



DIÁRIO da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE NOVEMBRO DE 2002

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a Maria Leonor Couceiro P. Beleza M. Tavares

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Manuel Alves de Oliveira
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

A Sr.^a Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 15 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da entrada na Mesa da proposta de resolução n.º 20/IX, dos projectos de lei n.ºs 159/IX e 161 a 163/IX e da apreciação parlamentar n.º 8/IX, de requerimentos e da resposta a alguns outros.

Em declaração política, o Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP), a propósito do acidente do petroleiro Prestige, chamou a atenção para a necessidade de um debate acerca dos meios disponíveis para enfrentar este tipo de acidentes ecológicos e criticou as políticas do Governo que levam ao descontentamento popular pela situação social e económica do país.

Igualmente em declaração política, o Sr. Deputado Francisco Louçã (BE) referiu-se também ao acidente do petroleiro Prestige, questionando as soluções adoptadas e os meios disponíveis para fazer face às suas consequências, e anunciou a apresentação de um voto de solidariedade com as populações afectadas. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Telmo Correia (CDS-PP) e António Nazaré Pereira (PSD).

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado Guilherme Silva (PSD) informou acerca da marcação de um debate com o Governo sobre o acidente do Prestige para o próximo dia 22, ocorrida na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, após o que falou acerca das reflexões havidas nas Jornadas Parlamentares do PSD, realizadas em Portalegre no passado fim de semana. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) e José Sócrates (PS).

Entretanto, em interpelação à Mesa, o Sr. Deputado José Magalhães (PS) contestou a informação dada pelo Sr. Deputado Guilherme Silva (PSD) acerca da marcação do debate com o Governo sobre o acidente do petroleiro Prestige, tendo também usado da palavra, além do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luis Marques Mendes), os Srs. Deputados Francisco Louçã (BE), António Costa (PS), Isabel Castro (Os Verdes) e Telmo Correia (CDS-PP).

Também em declaração política, o Sr. Deputado António Costa (PS) deu conta das conclusões do XIII Congresso Nacional do Partido Socialista, tendo tecido críticas à acção governativa. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Telmo Correia (CDS-PP) — que também usou da palavra em defesa da honra da bancada —, Guilherme Silva (PSD) e Bernardino Soares (PCP).

A Sr.^a Deputada Isabel Castro, em declaração política, falou da catástrofe ecológica que ameaça Portugal e criticou os sucessivos governos pelo adiamento na adopção de medidas de vigilância, prevenção e segurança marítimas indispensáveis.

O Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP), em interpelação à Mesa, anunciou à Câmara a apresentação de um recurso de admissão da proposta de lei n.º 29/IX — Aprova o Código do Trabalho.

Ordem do dia. — Antes de se ter dado inicio ao debate sobre o conceito estratégico de defesa nacional, o Sr. Deputado António Filipe (PCP), em interpelação à Mesa, chamou a atenção para o facto de só ontem, ao fim da manhã, ter sido distribuído pelos grupos parlamentares um documento do Governo sobre o debate, tendo-se também pronunciado o Sr. Deputado Marques Júnior (PS).

No debate sobre o conceito estratégico de defesa nacional usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional (Paulo Portas) e do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas (António Martins da Cruz), os Srs. Deputados Correia de Jesus (PSD), Telmo Correia (CDS-PP), Ana Drago (BE), Marques Júnior (PS), Rui Miguel Ribeiro (PSD), João Soares (PS), Isabel Castro (Os Verdes), José Lello (PS), Rui Gomes da Silva (PSD), Miranda Calha (PS), João Teixeira Lopes (BE), António Filipe (PCP), João Rebelo (CDS-PP) e José Saraiva (PS).

Entretanto, o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, após ter prestado alguns esclarecimentos à Câmara, manifestou disponibilidade do Governo para, num debate a realizar nesta mesma sessão, dar todas as explicações ao Parlamento sobre o acidente

ocorrido com o navio Prestige, tendo usado da palavra, além do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, os Srs. Deputados Isabel Castro (Os Verdes), José Magalhães (PS), Bernardino Soares (PCP), Telmo Correia (CDS-PP), Francisco Louçã (BE), Marques Júnior (PS), António Nazaré Pereira (PSD) e José Sócrates (PS).

Finalmente, procedeu-se a um debate sobre o acidente do petroleiro Prestige e suas consequências, tendo-se pronunciado, a diverso título, além dos Srs. Ministros de Estado e da Defesa Nacional e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (Isaltino Morais), os Srs. Deputados Pedro Silva Pereira (PS), Isabel Castro (Os Verdes), Francisco Louçã (BE), Telmo Correia (CDS-PP), António Nazaré Pereira (PSD), Honório Novo (PCP), Maria Ofélia Moleiro (PSD) e Isabel Gonçalves (CDS-PP).

A Sr.^a Presidente encerrou a sessão eram 22 horas e 30 minutos.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Joaquim Almeida Henriques
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Arménio dos Santos
 Bernardino da Costa Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Jorge Martins Pereira
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Daniel Miguel Rebelo
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Eduardo Artur Neves Moreira
 Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
 Fernando António Esteves Charrua
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Mimoso Negrão
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Gustavo de Sousa Duarte
 Henrique José Monteiro Chaves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João António Pistacchini Calhau
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge José Varanda Pereira
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel de Lemos Pavão
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 José Miguel Gonçalves Miranda
 Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira

Luis Filipe Alexandre Rodrigues
 Luis Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Dias Loureiro
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Marco António Ribeiro dos Santos Costa
 Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Paula Barral Carloto de Castro
 Maria Teresa da Silva Moraes
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Sérgio André da Costa Vieira
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fausto de Sousa Correia
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Pereira Serrasqueiro

Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Jaime José Matos da Gama
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Barroso Soares
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José da Conceição Saraiva
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo José Fernandes Pedroso
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Teresa Maria Neto Venda
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
 António Herculano Gonçalves
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Henrique Jorge Campos Cunha
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 João Rodrigo Pinho de Almeida

Manuel de Almeida Cambra
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva
 Narana Sinai Coissoró
 Pedro Manuel Brandão Rodrigues
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luisa Raimundo Mesquita

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato
 Francisco Anacleto Louçã
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

ANTES DA ORDEM DO DIA

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. Secretário (Manuel Moreira): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: proposta de resolução n.º 20/IX — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Tunisina sobre transportes rodoviários internacionais, assinado em Lisboa, em 25 de Outubro de 1994, que baixou à 9.^a Comissão; projectos de lei n.^{os} 159/IX — Aprova o estatuto do cooperante (PCP), que baixou à 2.^a Comissão; 161/IX — Altera o regime jurídico dos inquéritos parlamentares (PCP), que baixou à 1.^a Comissão, 162/IX — Proíbe as discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na deficiência (BE), que baixou à 1.^a Comissão, e 163/IX — Regime especial de pensões das pessoas com deficiência (BE), que baixou à 1.^a Comissão; e apreciação parlamentar n.^º 8/IX (PS) — Decreto-Lei n.^º 244/2002, de 5 de Novembro, que altera os artigos 1.^º e 3.^º do Decreto-Lei n.^º 46/89, de 15 de Fevereiro (Estabelece as matrizes de delimitação geográfica da nomenclatura de unidades territoriais para fins estatísticos) (PS).

Foram também apresentados diversos requerimentos.

Nos dias 14 e 15 de Outubro — ao Ministério da Justiça, formulado pelo Sr. Deputado Miguel Coleta; ao Sr. Primeiro-Ministro, aos Ministros dos Assuntos Parlamentares e de Estado e das Finanças e a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado António Galamba; ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado Vitalino Canas; ao Ministério da Educação, à Secretaria de Estado da Administração Educativa e à Direcção Regional de Edu-

cação de Lisboa, formulados pelo Sr. Deputado Herculano Gonçalves; ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulado pelo Sr. Deputado José Apolinário; ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior, formulado pelo Sr. Deputado Ascenso Simões.

Na reunião plenária de 16 de Outubro — ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Joaquim Ponte; aos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulados pelo Sr. Deputado José Apolinário; a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Miranda Calha; à Secretaria de Estado do Turismo, formulado pelo Sr. Deputado Mota Andrade; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulado pelo Sr. Deputado Renato Sampaio; ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho, formulado pela Sr.^a Deputada Odete Santos.

Nas reuniões plenárias de 17 e 18 de Outubro — aos Ministérios da Educação e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, formulados pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho; ao Ministério da Saúde, formulado pelo Sr. Deputado Ascenso Simões; à Ministra de Estado e das Finanças, formulados pelo Sr. Deputado João Rui de Almeida; ao Ministro da Presidência, formulado pelo Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco; aos Ministérios da Cultura e da Ciência e do Ensino Superior, formulados pelo Sr. Deputado Gonçalo Capitão; à Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, formulados pelo Sr. Deputado João Pinho de Almeida; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulado pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho; ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e ao Governo Regional da Madeira formulados pelo Sr. Deputado António Galamba; à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas formulado pelo Sr. Deputado Carlos Luís; a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Jerónimo de Sousa; ao Ministro de Estado e da Defesa Nacional, formulado pelo Sr. Deputado António Filipe; à Câmara Municipal de Lisboa, formulado pela Sr.^a Deputada Isabel de Castro.

No dia 21 de Outubro — ao Ministério da Economia, formulado pelo Sr. Deputado José Apolinário; ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, formulado pelo Sr. Deputado Ascenso Simões; ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, formulado pelo Sr. Deputado António Galamba.

Na reunião plenária de 22 de Outubro — aos Ministérios da Saúde e das Obras Públicas Transportes e Habitação e a diversas câmaras municipais, formulados pelo Sr. Deputado António Galamba; ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado Bernardino Soares; aos Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Habitação e da Justiça, formulados pelo Sr. Deputado Bruno Dias; aos Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Habitação, das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, da Administração Interna e da Saúde, formulados pelo Sr. Deputado Honório Novo; aos Ministérios da Economia e da Segurança Social e do Trabalho, formulados pelo Sr. Deputado Jerónimo de Sousa; a diversos Ministérios, formulados pela Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

Na reunião plenária de 23 de Outubro — ao Sr. Primeiro Ministro e à Ministra do Estado e Finanças, formulados pelo Sr. Deputado António Galamba; ao Ministério da Saúde, formulado pelo Sr. Deputado António

José Seguro; aos Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Habitação e da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, formulados pelo Sr. Deputado José Apolinário; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Luís; aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna, formulados pelo Sr. Deputado António Filipe; aos Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Habitação e da Economia, formulados pelo Sr. Deputado Bruno Dias.

No dia 24 de Outubro — ao Ministério da Administração Interna e à Ministra do Estado e Finanças, formulados pelo Sr. Deputado António Galamba; à Secretaria de Estado do Ambiente e à Câmara Municipal de Lisboa, formulados pelo Sr. Deputado João Rebelo; ao Ministério da Saúde, formulado pela Sr.^a Deputada Odete Santos; ao Ministério da Justiça, formulado pelo Sr. Deputado Francisco Louçã.

Nos dias 25 e 28 de Outubro — ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Joaquim Ponte; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulados pelos Srs. Deputados Carlos Luís e Isabel Castro; ao Ministro Adjunto do Primeiro Ministro e ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Fernando Cabral; ao Ministério da Cultura, formulado pelo Sr. Deputado José Apolinário; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulados pelos Srs. Deputados Rodeia Machado e Bruno Dias.

Por sua vez, foi recebida a resposta a requerimentos apresentados por vários Srs. Deputados.

No dia 16 de Outubro — Isabel Castro, no dia 4 de Junho; Jerónimo de Sousa, na sessão de 14 de Junho; José Apolinário, na sessão de 26 de Junho; Ascenso Simões, na sessão de 9 de Julho; António Galamba, no dia 22 de Julho; Lino de Carvalho, no dia 23 de Julho; Miguel Coelho, Álvaro Castello-Branco e Bernardino Soares, no dia 25 de Julho; José Miguel Medeiros, no dia 13 de Setembro.

No dia 17 de Outubro — José Apolinário, nas sessões de 10 de Abril, 20 de Junho, 4 e 10 de Julho e 20 de Setembro e no dia 11 de Setembro; Luís Fazenda, no dia 6 de Maio; Luísa Mesquita, no dia 22 de Maio; António Galamba, no dia 18 de Junho; Fernando Pedro Moutinho e João Teixeira Lopes, na sessão de 20 de Junho; Carlos Alberto Gonçalves, na sessão de 21 de Junho; Heloísa Apolónia, na sessão de 19 de Junho; Miguel Anacoreta Correia, na sessão de 28 de Junho; Isabel Castro e Maria do Carmo Romão, nas sessões de 4 e 9 de Julho; Osvaldo de Castro, no dia 12 de Julho; Lino de Carvalho, nos dias 17 e 25 de Julho.

No dia 24 de Outubro — Lino de Carvalho, na sessão de 8 de Maio; António Galamba e João Teixeira Lopes, nas sessões de 5 de Junho, 4 de Julho e 25 de Setembro e no dia 16 de Julho; José Apolinário, na sessão de 20 de Junho; Fernando Pedro Moutinho, na sessão de 3 de Julho; Honório Novo, na sessão de 10 de Julho; Francisco Louçã, na sessão de 19 de Julho; Luís Fazenda, no dia 1 de Agosto; Fernando Cabral, na sessão de 18 de Setembro; José Junqueiro, na sessão de 27 de Setembro.

No dia 22 de Outubro — Pina Marques, no dia 11 de Junho; José Apolinário, nas sessões de 26 de Junho e 26 de Setembro; Maria Manuela Aguiar, na Comissão Permanente de 4 de Setembro; Bernardino Soares, na sessão de 18 de Setembro.

No dia 23 de Outubro — Isabel Castro, na sessão de 17 de Maio; Maria do Carmo Romão, no dia 1 de Julho;

António Galamba, no dia 16 de Julho; José Apolinário, no dia 11 de Setembro; Francisco Louçã, no dia 7 de Outubro.

No dia 24 de Outubro — Carlos Alberto Gonçalves, na sessão de 23 de Maio; António Galamba, na sessão de 27 de Junho e nos dias 2 e 22 de Julho; Isabel Castro, na sessão de 3 de Julho e nos dias 2 de Julho e 30 de Setembro; João Teixeira Lopes, na sessão de 4 de Julho; Fernando Pedro Moutinho, na sessão de 11 de Julho; Carlos Luís, na Comissão Permanente de 4 de Setembro e no dia 12 de Julho; Honório Novo, no dia 17 de Julho; Luís Fazenda, no dia 23 de Julho; Herculano Gonçalves, no dia 31 de Julho; Francisco Louçã, no dia 7 de Outubro.

No dia 25 de Outubro — Isabel Castro, na sessão de 3 de Julho; António Galamba, no dia 16 de Julho; Honório Novo e Heloísa Apolónia, na sessão de 9 de Outubro e no dia 18 de Julho; João Pinho de Almeida, no dia 23 de Julho; Acílio Gala, na Comissão Permanente de 30 de Julho; Fernando Pedro Moutinho, na Comissão Permanente de 4 de Setembro; Bernardino Soares, no dia 16 de Setembro; Maria do Carmo Romão, na sessão de 2 de Outubro.

No dia 28 de Outubro — Rui Miguel Ribeiro, na sessão de 10 de Julho; Isabel Castro, no dia 15 de Julho; Manuel Cambra, na sessão de 19 de Julho; Vitalino Canas, no dia 19 de Agosto.

No dia 30 de Outubro — Bruno Dias, nas sessões de 19 de Julho e 2 de Outubro; Renato Sampaio, no dia 11 de Junho; Fernando Pedro Moutinho, na sessão de 11 de Julho; António Galamba, no dia 22 de Julho; António Filipe, na sessão de 25 de Setembro.

No dia 4 de Novembro — Fernando Pedro Moutinho, nas sessões de 15 de Maio e 10 de Julho e na Comissão Permanente de 4 de Setembro; Isabel Castro, na sessão de 4 de Julho e nos dias 3 de Junho e 2 de Julho; Pina Marques, na sessão de 5 de Junho; António Galamba, nas sessões de 5 e 12 de Junho e nos dias 16 de Julho, 11 e 13 de Setembro e 14 de Outubro; Duarte Pacheco, na sessão de 12 de Junho; Aires de Carvalho, na sessão de 3 de Julho; Ricardo Gonçalves e Lino de Carvalho, no dia 15 de Julho; Bruno Dias, na sessão de 19 de Julho; José Apolinário, na Comissão Permanente de 4 de Setembro e no dia 11 de Setembro; Vitalino Canas, no dia 13 de Setembro; Capoulas Santos e Nelson Correia, na sessão de 20 de Setembro; Luís Rodrigues, na sessão de 25 de Setembro; António Braga, na sessão de 2 de Outubro; Maria do Carmo Romão, na sessão de 3 de Outubro.

Nos dias 5 e 6 de Novembro — Ana Benavente, no dia 17 de Junho; Isabel Gonçalves, na sessão de 9 de Julho; Isabel Castro, na sessão de 19 de Julho; António Galamba e Luís Rodrigues, na sessão de 25 de Setembro e nos dias 1 de Agosto, 30 de Setembro e 14 de Outubro; Maria Manuela Aguiar, na Comissão Permanente de 4 de Setembro; Luisa Mesquita, na sessão de 19 de Setembro; Francisco Louçã, no dia 7 de Outubro.

No dia 8 de Novembro — Fernando Santos Pereira, na sessão de 21 de Junho; Paulo Pedroso, na sessão de 27 de Junho; António Galamba, na sessão de 18 de Setembro e no dia 16 de Julho; Honório Novo, no dia 18 de Julho; João Teixeira Lopes, na sessão de 11 de Outubro; Jerónimo de Sousa, na sessão de 18 de Outubro.

Foram respondidos os requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados.

Nos dias 17, 18, 23, 28, 30 e 31 de Outubro, 6 e 8 Novembro — Isabel Castro, no dia 16 de Julho; António Galamba, na sessão de 22 de Outubro e no dia 30 de Setembro.

Nos dias 11 e 13 de Novembro — Isabel Castro, no dia 16 de Julho; António Galamba, na sessão de 22 de Outubro.

Em termos de expediente, é tudo, Sr. Presidente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados: Não é possível começar esta intervenção, sem uma referência à grave situação ambiental criada pelo acidente com o navio *Prestige*.

Para além do acompanhamento desta situação no concreto, que certamente será feito diariamente e também nos oportunos debates que várias bancadas propuseram e que se vão ter lugar sexta-feira próxima, esta deverá ser uma oportunidade para reflectir com seriedade sobre a situação do nosso país, no que toca a fazer face a catástrofes deste tipo e ainda sobre a nossa preparação para enfrentar este tipo de situações.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O debate deve ser feito com toda a serenidade. Não deve ser um debate de «passa culpas» mas, sim, um momento verdadeiramente apostado no apuramento das nossas reais insuficiências e sobre qual seria o efeito de uma situação de gravidade semelhante para o nosso país (por exemplo no Algarve), que repercussões teria na nossa economia e nas nossas populações.

Trata-se, portanto, de matéria que deve merecer a maior atenção desta Câmara e deve ter, no debate, toda a ponderação, para que no Portugal esteja preparado para responder a situações deste tipo.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Peço aos Srs. Deputados que façam silêncio para que possamos ouvir o Orador.

Peço desculpa pela interrupção, Sr. Deputado. Faça favor de continuar.

O Orador: — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Para além desta matéria, quero trazer à Câmara uma referência à situação social e económica que vivemos no nosso país. O Governo confronta-se, neste aspecto, com cada vez maior descontentamento popular: primeiro, porque a população vai crescentemente sentindo, na sua vida, as consequências negativas da política do PSD e do CDS e, depois, porque vão caindo as falsas justificações com que o Governo tenta esconder as reais características da sua governação.

Ao longo destes meses, o Governo não hesitou em manter e aumentar os privilégios dos poderosos, como não hesitou em, sistematicamente, praticar uma política de injustiça social.

Ao longo destes meses, os portugueses viram os preços aumentar drasticamente, especialmente quanto aos bens essenciais, ao mesmo tempo que foram confrontados com a diminuição dos seus salários.

Os portugueses assistiram à degradação sucessiva da qualidade dos serviços públicos, para abrir caminho a pri-

vatizações tão gulosamente ansiadas pelos grupos económicos privados, que têm no Governo fiel representante.

Os portugueses já perceberam que, para satisfazer as seguradoras, o Governo quer entregar-lhes uma parte das contribuições dos trabalhadores.

Os portugueses já perceberam que o Governo, por muito que tente esconder as suas intenções, não quer resolver os problemas do Serviço Nacional de Saúde mas, sim, fazer da saúde um negócio para grupos privados, pago pelo Orçamento do Estado.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Governo escolheu o caminho da confrontação com os reais interesses do país e dos portugueses. Foi o Governo que escolheu esse caminho e por isso se alarga e generaliza este descontentamento.

O Código de Trabalho, entregue na Assembleia da República, é um dos traços fundamentais desta grave ofensiva. A convocação pela CGTP-IN de uma greve geral para 10 de Dezembro expressa a necessidade de uma resposta adequada a tão grandes ataques do Governo, nomeadamente na alteração da legislação laboral, e merece por isso o nosso inequívoco apoio.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Saudamos a decisão soberana daquela central sindical, porque traduz o sentimento de muitos trabalhadores portugueses, que tem vindo a ser expresso em sucessivas e diversificadas lutas. É uma iniciativa de carácter profundamente democrático, porque é legítimo e profundamente democrático o protesto e o combate a uma política que prejudica a generalidade dos trabalhadores e da população.

Não há na sociedade portuguesa uma confrontação no sentido pejorativo que o Governo lhe pretende dar mas, sim, uma confrontação da política do Governo com os seus desastrosos efeitos e com as suas graves injustiças.

É evidente que, face a tal descontentamento, a intranquilidade do Governo começou já a vir à superfície, fazendo considerações que não são verdadeiras.

Não é verdade que a luta dos trabalhadores seja a escolha da confrontação em detrimento do diálogo e da concertação. O que é verdade é que o caminho da confrontação foi escolhido pelo Governo quando resolveu satisfazer muitas das mais antigas reivindicações do grande patronato.

Não é verdade que a proposta de lei agora apresentada tenha alterações fundamentais em relação ao anteprojecto. O que é verdade é que se mantêm, na esmagadora maioria dos casos, as intenções iniciais, o que nem sequer a encenação mediática de recursos circunstanciais conseguiu esconder.

Não é verdade que o momento para o protesto geral sobre esta matéria seja extemporâneo por o processo de discussão continuar a decorrer. O que é verdade é que os fins a atingir pelo Governo já estão bem definidos à partida e o combate deve ser feito a tempo de fazer recuar tal política.

Aliás, é o próprio Governo — e em concreto o Primeiro-Ministro — que se desmente a si próprio. Diz que uma greve geral é extemporânea porque a discussão e a negociação continuam, mas reafirma imediatamente que não vai ceder nos seus objectivos ou, para citar mais rigorosa-

mente o Primeiro-Ministro, «que o Governo não se afasta um milímetro dos objectivos que traçou».

O Sr. Jerónimo Sousa (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Não é verdade que a política do Governo seja o único caminho. É apenas o caminho que o Governo escolheu!

Nem os sacrifícios de que tanto falam estão equitativamente distribuídos. Para os grandes grupos económicos não há sacrifícios, antes continuam as benesses.

Não é verdade que as alterações à legislação laboral se destinem a resolver problemas de produtividade. A produtividade aumenta-se, por exemplo, com investimento na modernização tecnológica e na gestão empresarial e também com aumentos salariais, que, não sendo a única, são uma medida indispensável para o aumento da produtividade.

As alterações na legislação laboral servem, isso sim, para impor aos trabalhadores maior precariedade e para dar um crescente poder à entidade patronal, para lhes impor a diminuição de salário com trabalho igual, com as horas entre as 20 e as 22 horas a passarem agora a ser pagas como diurnas, para os sujeitar a diminuições no subsídio de Natal ou de férias, para acrescentar anos à precariedade e insegurança, para introduzir limitações à liberdade de expressão nas empresas e para autorizar invasões patronais na vida privada.

Está em causa, nesta matéria, para além de inconstitucionalidades concretas, que a seu tempo debateremos, uma alteração por via legislativa de uma matriz fundamental do nosso regime: a que qualifica como essencial a protecção dos trabalhadores, um entendimento de que há desigualdade de forças entre quem emprega e quem trabalha e de que a legislação laboral corresponde a este desequilíbrio.

Não sendo certamente o único, e muito menos o último, momento de contestação, a greve geral, na contestação a uma política negativa do Governo, é sem dúvida um momento privilegiado para que convirjam os mais variados descontentamentos, um momento para afirmar que esta política não serve e que este caminho não é inevitável.

Aplausos do PCP.

É uma oportunidade para os que têm visto sistematicamente aumentar a carne, o peixe, o pão e outros bens essenciais, ou os transportes públicos e a electricidade (e sabem que já se preparam novos aumentos em Janeiro, como novamente o da electricidade); para os jovens que viram negado o acesso a casa própria; para os que vêm cada vez mais restrito o acesso a um ensino público e de qualidade; para os pequenos empresários que o Governo discriminou no Orçamento, enquanto beneficia os grandes grupos económicos, e que sentem, em primeiro lugar, o cada vez maior «aperto de cinto» imposto aos trabalhadores; para os reformados, a quem PSD e o CDS-PP prometeram muito, para afinal recuarem até em relação ao que já estava previsto na lei.

É um momento de confluência dos justos anseios populares por uma vida melhor, a que todos têm direito e que lhes está a ser negada, e é uma oportunidade para mostrar ao Governo que assim não pode ser, é preciso outra política, que respeite os trabalhadores e a população portuguesa. E essa política é possível!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Portugal vive hoje o perigo de um dos maiores acidentes ambientais de sempre, provocado por uma sucata ambulante que fazia a sua última viagem, o navio *Prestige*, como centenas de outros velhos petroleiros de casco simples que vão cruzando as nossas águas.

Por isso, para que o Parlamento não adie o que é inadável, não podemos deixar de começar a discutir o assunto hoje, aqui.

É certo que cabe aos técnicos e aos cientistas acompanhar o desenvolvimento da situação e cabe ao poder político prevenir e preparar o País para saber combater o pior. Todas as iniciativas para salvar o mar, as costas portuguesas e galegas e, naturalmente, as populações ameaçadas pela maré negra, terão, por isso, todo o apoio do Bloco de Esquerda.

Não somos dos que respiramos de alívio pelo facto de os ventos dominantes do dia de hoje apontarem a maré negra para a Galiza. A zona das rias de Vigo é uma das maiores maternidades para as espécies que depois migram para águas portuguesas. Mesmo que assim não fosse, teríamos sempre todas as razões para não diminuir uma enorme tragédia que nos pode ser imposta ou aos nossos vizinhos.

Deveremos, pelo contrário, aprender com este acidente. E porque a «culpa não pode morrer solteira», deveremos saber tomar medidas.

É certo que a irresponsabilidade do transportador tem de ser punida. Os estados, aliás, não podem continuar a ser laxistas em relação aos crimes ambientais, como se estes fossem meras contravenções sem qualquer gravidade.

Mas é certo que o facto do petroleiro *Prestige* utilizar uma bandeira de conveniência dificulta a sua responsabilização: temos um armador grego de um navio libriano, com uma bandeira das Bahamas, com uma carga da Suíça, que veio da Letónia e vai para Singapura e que desta forma se vai sempre protegendo de qualquer responsabilidade.

As bandeiras de conveniência permitem não pagar impostos, fugir aos seguros e não respeitar os direitos dos trabalhadores. Permitem que o drama e o crime não sejam responsabilizáveis. Talvez por isso, questionar o estatuto jurídico internacional das bandeiras de conveniência possa ser uma das poucas consequências positivas desta enorme desgraça.

Mas, sobretudo, em Portugal, temos de reflectir acerca das condições para prevenir e combater as consequências deste drama.

Ora, temos um silêncio da parte do Governo que chega a ser incômodo. Durão Barroso chegou a apresentar uma conclusão metafísica de enorme porte: «podem mais os ventos e as marés do que os governos» — disse ele ao País. Pois, mas o bom governo é o que serve para prevenir e combater as consequências que as marés e os ventos nos possam impor em alguma circunstância.

Mas é certo que a forma leviana como o Estado espanhol tratou este acidente não pode passar sem discussão no Parlamento português.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — É uma questão de discussão técnica saber se a melhor opção foi levar o navio para sul ou se, pelo contrário, era mais vantajoso rebocá-lo para um porto, ou fazer a trasfega de combustível no alto mar.

Mas, com excepção do governo espanhol — e do nosso Governo não ouvimos uma palavra sobre este assunto —, todas, repito, todas as opiniões têm insistido em que teria sido preferível levar o barco para um porto ou levá-lo para oeste, para longe da costa, em desespero de causa, ou fazer a trasfega de combustível no alto mar, minimizando e controlando, dessa forma, as consequências do acidente.

Por que é que o Estado espanhol, depois de ocupar militarmente o barco e depois de prender o comandante, decide rebocar o petroleiro para águas portuguesas, é uma pergunta que o Governo português tem de fazer ao Primeiro-Ministro Aznar. Tem de ficar esclarecido se esta decisão é tomada por má-fé, numa tentativa de exportar os danos ambientais para Portugal, ou se é tomada por pura incompetência. E a hipótese da pura incompetência não pode ser excluída, porque hoje mesmo o Ministro da Defesa espanhol veio afirmar publicamente que considerou a possibilidade de bombardear o *Prestige* com aviões F-18. Isto não é uma anedota, é uma declaração do Ministro da Defesa espanhol!

Ora, depois de quase uma semana de paralisação e depois desta decisão duvidosa, discutível, de incompetência ou de má-fé, o comportamento do Estado espanhol tem vindo a acentuar a irresponsabilidade. O vice-presidente, Mariano Rajoy, afirmou ontem que «afinal as coisas terminaram bem».

Estamos todos com o «coração na boca», ouvimos todos os dias o boletim meteorológico para ver se os ventos vêm para terra ou se vão para o mar, se vão para Portugal ou se vão para a Galiza, e há quem nos venha dizer que as coisas terminaram bem!

O vice-presidente do governo espanhol está enganado ou está a tentar enganar-nos. As coisas começaram mal, continuaram mal, ainda não sabemos como é que vão acabar, mas sabemos que vão acabar mal.

O governo espanhol foi, nesta matéria, incompetente, inconsciente e irresponsável!

Devemos, aliás, ser claros: caso a costa portuguesa e nossa zona económica exclusiva venham a ser afectadas, a obrigação mínima do Governo português é pedir ao governo espanhol satisfações e a reparação pelos prejuízos para o ambiente, para a economia e para as populações portuguesas, no quadro de uma resolução no âmbito da União Europeia, mesmo que se saiba que há perdas que são irreparáveis.

Mas o Governo português deve também esclarecer junto das autoridades espanholas se foram tomadas as medidas mais consequentes para minimizar este desastre ecológico. Sobretudo, o Governo português deveria, nesta ocasião, fazer o que não fez: elevar-se e tomar uma posição digna, que não passa-se pela subalternidade em relação ao governo espanhol, a que já nos tem habituado.

Como este, o recente caso da escolha do trajecto do TGV, por decisão espanhola, é bem o exemplo de que é muito mais fácil a José Maria Aznar vir ao Coliseu de Lisboa lançar *confetti* sobre um candidato José Manuel Durão Barroso do que tratar o Governo português com o mínimo de respeito e com o mínimo de relações de boa fé e de boa vizinhança. E é em relação a isso que o Governo português deveria, nesta ocasião, ter uma palavra dura e séria.

Ora, por tudo isto, há muitas razões de diplomacia internacional e de política que devemos extraír deste acidente. As regras para o transporte de mercadorias perigosas, a identificação dos responsáveis pelo seu transporte e as punições para os prevaricadores têm de ser objecto de uma decisão que decorre deste drama.

Por isso mesmo, a criação de instrumentos de cooperação internacional, no âmbito da União Europeia, para a defesa do ambiente é indispensável. Ficámos hoje a saber que, depois do acidente no Porto Santo, foi criado um centro internacional de luta contra a poluição, através de um acordo estabelecido entre Espanha, Portugal, França e Marrocos, mas só Portugal e a França é que o assinaram. Este centro existe, no entanto não tem qualquer responsável desde Setembro. Sempre que há um acidente anunciam-se grandes medidas, mas, muitas vezes, demasiadas vezes, são medidas que morrem como nascem, são só para a opinião pública ver: não têm qualquer consistência.

É necessário, portanto, decidir antecipar a imposição do duplo casco como condição para o atravessamento das águas da União Europeia, criar um corredor protegido e controlado, afastado da costa, para o tráfego de produtos perigosos e, sobretudo, criar, em Portugal, os instrumentos capazes de impedir este tipo de situações. É por isso que, num dia como o de hoje, fica realçado que os investimentos e a política nesta matéria são o centro de uma política de defesa. Portugal não tem defesa enquanto não puder actuar contra a poluição e proteger os seus corredores marítimos. E todos sabemos que, de Gibraltar a Finisterra, estes petroleiros vão lavando os seus porões no alto mar, fazem o que lhes apetece, descarregam os produtos que querem, enquanto as autoridades não tomam qualquer atitude, mantendo-se cegas, surdas e paralisadas.

Esperamos, portanto, as medidas do Governo, e para que o País não fique silencioso, quero submeter-lhe, Sr.^a Presidente, um projecto de moção, que exprime a nossa solidariedade para com as populações das costas do Alto Minho e na Galiza que possam vir a ser afectadas e para com o povo galego, que já está a ser afectado, e que, naturalmente, manifesta a indignação, à qual o País tem de se unir, contra este crime ambiental.

Aplausos do BE, de Os Verdes e do Deputado do PS José Lello.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza). — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Telmo Correia e António Nazaré Pereira.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, natural e logicamente, posso compreender a sua preocupação e a sua atenção em relação à agenda política e à necessidade de trazer aqui uma matéria relacionada com factos recentes, que estão a ser tratados pela comunicação social. No entanto, pelos termos da sua pergunta, fico sem saber onde é que o Sr. Deputado quer chegar. E isto por uma razão extraordinária, é que este navio, o *Prestige*, tanto quanto pude obter através de uma recolha rápida na comunicação social — e tudo o que sei é o que vem na comunicação social sobre esta matéria —, é um navio com bandeira das Bahamas, que navega sob propriedade de um armador grego e que, a pedido de um escritório russo sediado na Suíça, faz

um transporte para Gibraltar. Acontece que se soma a tudo isto o facto de o acidente ter ocorrido em águas espanholas e não em águas portuguesas. Pouco faltou para ouvirmos na sua declaração esta coisa extraordinária que era a responsabilização directa do Governo português perante este grave acontecimento! Pouco faltou! Estava quase a um passo de o fazer!

Sr. Deputado Francisco Louçã, compreendendo que V. Ex.^a, em relação a tudo o que tenha a ver com Espanha ou com o governo do Sr. Aznar, tenha automaticamente alguma predisposição menos positiva, sendo até razoável aceitá-lo e admiti-lo. Todavia, pergunto-lhe o que é que propõe quando diz que o Governo deveria ter sido mais duro com Espanha. Propõe a invasão de águas territoriais espanholas? Que vamos nós lá, violando essas mesmas águas, tentar intervir nesta mesma matéria? Não ficou claro, de todo, Sr. Deputado Francisco Louçã, o que é que o senhor pretende.

Parece que o navio se terá afundado mais ou menos à latitude norte de 42° e à longitude oeste de 12°, pelo que o navio nunca chegou a estar em águas da zona económica exclusiva portuguesa, e, tanto quanto sabemos, é a informação que temos também da comunicação social, o Governo tomou todas as medidas necessárias e possíveis para reagir a esta mesma situação.

Por último, Sr. Deputado Francisco Louçã, quero dizer-lhe o seguinte: o senhor sabe, porque participou, tal como eu, na Conferência de Líderes, que, em caso de necessidade, o Governo estaria disponível para hoje mesmo vir aqui à Assembleia discutir esta matéria, mas foi entendido que, perante a agenda que temos, com declarações políticas dos vários grupos parlamentares e com um debate tão importante como o do conceito estratégico de defesa nacional, seria mais útil que esse debate fosse na sexta-feira. Portanto, Sr. Deputado, pergunto-lhe se quer ou não aguardar, porque estou perfeitamente convicto de que, na sexta-feira, teremos aqui o Governo, que prestará todos os esclarecimentos sobre esta matéria e demonstrará que agiu em conformidade e fez tudo aquilo que era possível.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Nazaré Pereira.

O Sr. António Nazaré Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, creio que nenhum dos cidadãos portugueses considerará oportuno transformar o grave acidente do petroleiro *Prestige* numa questão de política interna nacional. Não só ficou aqui bem claro na intervenção anterior que nem sequer houve da parte do Governo português uma menor desconsideração pela situação, desde logo porque acompanhou, através de medidas adequadas, todo o acidente, com o acompanhamento marítimo e aéreo, para saber a dimensão da catástrofe, como também não houve sequer entrada do petroleiro *Prestige*, quer antes quer depois de rebocado, em águas do território nacional.

Posso, portanto, perceber, Sr. Deputado Francisco Louçã, que, perante a decisão que hoje foi tomada na Conferência de Líderes, o Sr. Deputado não teve oportunidade de preparar outra intervenção e considerou que seria adequado fazer esta, mesmo não havendo da sua parte vontade de a transformar numa situação de política interna. O

prestígio que tem e que me merece levam-me a pensar que assim tenha acontecido.

V. Ex.^a sabe bem que o assunto que está em causa é, antes de mais, um assunto que tem em vista precavermos situações futuras, não está em causa qualquer decisão que o Governo actual tenha tomado. Pelo contrário, não só se mostrou disponível para vir a esta Assembleia hoje mesmo, se fosse caso disso, como também se comprometeu a enviar à Assembleia a informação diária sobre o evoluir da situação.

Ora, este conhecimento, Sr. Deputado, leva-me a perguntar-lhe se poderemos considerar que o Bloco de Esquerda, na próxima sexta-feira, dia em que consensualmente decidimos debater a questão, dará a sua contribuição para prever situações futuras, para que o País possa estar devidamente dotado de meios, em colaboração com os outros governos da União Europeia, nomeadamente com o Governo espanhol, para que situações desta gravidade não tenham as repercuções ecológicas e da natureza que, evidentemente, todos queremos que não tenham.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr.^a Presidente, as duas perguntas que foram feitas, pelo Sr. Deputado Telmo Correia e pelo Sr. Deputado António Nazaré Pereira, são uma demonstração categórica e conclusiva de que o debate tem lugar hoje, porque, se assim não fosse, para os senhores seria totalmente indiferente, porque o país estaria preocupado com outras matérias e, por isso, não teria de se discutir hoje ou de se começar a discutir hoje. Agradeço, portanto, o apoio que dão ao facto de ter suscitado aqui o problema, porque reconheceram que era de todo oportuno que assim fosse feito.

É certo que o Governo sugeriu vir cá na sexta-feira...

O Sr. António Nazaré Pereira (PSD): — Hoje mesmo!

O Orador: — ... e, portanto, o debate continuará na sexta-feira nas condições naturais. O Ministro da Defesa Nacional esclareceu ontem, perante as televisões, que entendia que poderia dar hoje esclarecimentos a uma delegação do Partido Socialista, mas que não queria que fosse discutida em Plenário esta matéria. Nós entendemos diferentemente e dizemos ao Plenário e ao País aquilo que entendemos ser prioridade.

O País está preocupado com este assunto, e muito bem; o País quer respostas sobre este assunto, e tem todo o direito a ter essas respostas; o País quer saber o que pensamos sobre este assunto, e tem o direito e o dever de nos exigir essas respostas. Por isso, o debate é necessário. É a isso que se quer chegar, à transparência absoluta.

O que seria extraordinário, Srs. Deputados, era que na quarta-feira, tantas horas depois deste drama, dissessemos que ele nos interessa tão pouco que temos de esperar mais 48 horas até começarmos a falar sobre ele.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — Isso não é aceitável, não o aceitamos, nem contribuímos para isso. O debate continuará na sexta-feira e muito para além de sexta-feira, porque as implica-

ções estratégicas desta questão são fundamentais. Queremos um país preparado para prevenir, queremos um país preparado para actuar, e não estamos. Esse é o problema essencial.

O problema essencial é saber se a boa defesa é comprar três submarinos completamente desnecessários ou se, pelo contrário, é criar os meios para actuar em relação a situações como esta ou outras desta dimensão e com esta gravidade, às quais estamos sujeitos, como esteve sujeita a Madeira, em particular a ilha de Porto Santo, como tem estado sujeita a Galiza e como aconteceu em tantas outras circunstâncias.

É por isso que há uma mensagem política a que o Deputado Telmo Correia, naturalmente, não podia deixar de ser sensível, que é o silêncio ofuscante do Governo português sobre o Governo espanhol. O Ministro da Defesa espanhol diz que quer bombardear 70 000t de combustível, depois o Vice-Presidente diz que o assunto já está resolvido, quando a maré negra vai a caminho das costas do canto norte da península, e nós temos um Primeiro-Ministro silencioso sobre todas estas matérias. Ora, Portugal tem de acabar com a sua subalternidade passiva e envergonhada e tratar a Espanha como igual e como responsável de uma decisão extraordinária.

Bem podem respirar de alívio, porque o barco se afundou! Mas o facto é que a marinha de guerra espanhola ocupou o barco,...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Bem ou mal!?

O Orador: — ... prendeu o comandante e não se pode desculpar com uma iniciativa privada dos salvadores ou dos rebocadores que decidiram trazê-lo para as costas portuguesas. O barco vinha para as costas portuguesas. É boa governação fingir que nada sabemos?! Que nos é indiferente?! Que há uma escolha estratégica acerca da qual não temos de perguntar nada?! Lamento, Srs. Deputados! Como Deputados e como qualquer português temos de saber a verdade sobre isto,...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Claro!

O Orador: — ... porque o Governo espanhol não nos pode tratar como o último dos grumetes em relação à sua navegação ibérica. Somos um país independente, tomamos decisões, temos que ter a protecção comum, com a Galiza, contra o crime ambiental que está a ser cometido e que podia ter sido agravado por decisões desconexas, descoordenadas, arbitrárias e desajustadas.

Quero ainda chamar-lhe a atenção para uma outra matéria: a Grécia vai ser brevemente presidente da União Europeia e a Grécia é o país que mais facilita o uso e o abuso de bandeiras de conveniência e a falta de regulação do transporte marítimo.

Neste caso, era um armador grego que estava envolvido, mas são propriedade grega grande parte dos navios de casco simples que atravessam os mares da Europa e é um sinal que tem de ser dado na União Europeia, para uma melhor coordenação de políticas de segurança marítima europeia e para uma melhor política ambiental na Europa, tudo o que decorre da precaução, da prevenção e da intervenção contra este crime ambiental.

Esperaria ter uma palavra de apoio vosso a esse respeito, mas percebo que tudo aquilo que são reflexos condicionados da defesa de um Governo que quis primar pelo

silêncio nesta matéria sobreleva sobre a vossa função como Deputados.

Aplausos do BE.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr.^a Presidente, antes de iniciar a minha intervenção, gostaria de introduzir um esclarecimento sobre o problema do desastre ecológico que ocorreu com o navio *Prestige*.

Esta manhã, na Conferência de Líderes, o Governo e a maioria manifestaram toda a disponibilidade para se fazer hoje o debate requerido pela oposição. Entretanto, foi sugerido pelo Partido Socialista que se realizasse o debate na sexta-feira e, assim, aceitámos fazê-lo na sexta-feira.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares informou que o Governo envia, diariamente, uma nota informativa sobre a evolução dos acontecimentos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E vai, naturalmente, fazê-lo, informando a Assembleia da República e os grupos parlamentares desta questão.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os últimos dias foram férteis em acontecimentos políticos com inevitável incidência na vida parlamentar, nos tempos mais próximos. O Partido Socialista, como é sabido, realizou o seu Congresso durante o fim-de-semana; o Grupo Parlamentar do PSD realizou as suas primeiras Jornadas Parlamentares desta Legislatura, em Portalegre, cidade que inspirou José Régio num dos mais belos poemas da nossa literatura e cuja população quero daqui saudar, pela forma hospitaliera como nos recebeu.

Vozes do PSD e CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quando um grupo parlamentar se abre ao exterior, aos valores da sociedade civil, recolhendo dela, pelas suas vozes mais autorizadas e mais relevantes nos diversos sectores da vida nacional, o seu sentido e os seus melhores ensinamentos, por certo que se enriquece e valoriza, como dignifica e valoriza a Assembleia da República.

Por isso, quero aqui testemunhar, publicamente, o reconhecimento do Grupo Parlamentar do PSD aos Prof. António Barreto e Dias Urbano, pelo precioso contributo que deram às nossas jornadas na reflexão sobre o tema educação, em particular no que toca ao ensino superior e às reformas em curso.

Igual testemunho quero aqui deixar em relação ao Prof. Rosa Pires, relativamente à interessante intervenção que fez, no segundo dia dos nossos trabalhos, sobre o tema descentralização, matéria que esteve na gaveta durante os últimos seis anos e que já foi objecto de importantes medidas por parte do actual Governo, no Conselho de Ministros de Tomar. Descentralização que, como prometeu ontem o Sr. Primeiro-Ministro, vai continuar, nomeadamente com a democratização das comissões de coordenação regional.

A conclusão mais segura que das Jornadas Parlamentares e dos dois dias de debate e reflexão que tão participadamente realizámos foi possível tirar é a de que estamos no caminho certo, ou seja, que nos compete manter e

reforçar a solidez da coligação, designadamente no âmbito parlamentar, para assegurar ao País a continuidade da recuperação económica e financeira e o prosseguimento das reformas que iniciámos.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — É num quadro de empolamento artificial e de deturpação, por parte dos partidos da oposição, da acção política do Governo e da maioria parlamentar, com grande ajuda dos *media*, que vimos desenvolvendo a nossa actividade no Parlamento e prosseguindo a nossa acção como Deputados da maioria que, em coligação, apoia o Executivo.

Era tempo de fazer algum balanço, ainda que genérico, dos últimos seis meses: 2002 ficará na história portuguesa como um ano decisivo. Uma maioria de Governo deu a Portugal a estabilidade de que Portugal precisava e a governabilidade que os Portugueses exigiam: definiu-se uma estratégia nacional onde ela não existia; recuperou-se para o País a confiança que tinha sido perdida; começou a inverter-se o rumo de descalabro em que Portugal se precipitava; repôs-se no País uma cultura de exigência e de rigor, de aposta no trabalho, no esforço e no mérito; governar passou a ser um exercício de decisão e de responsabilidade e deixou de ser um repositório de tiradas discursivas, sem correspondência prática e sem consequências efectivas; a autoridade democrática do Estado voltou a afirmar-se, terminando o tempo das cedências e dos recuos permanentes perante quem, batendo o pé, opunha a força da pressão mediática ao primado da legitimidade popular.

Numa palavra, 2002 é o ano, depois de vários anos, em que Portugal voltou a ter Governo e voltou a ser um País governável.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Os Deputados do PSD orgulham-se de serem protagonistas activos desta mudança. Uma mudança de fundo e de forma, uma mudança na atitude política e na substância política.

Estamos a romper com anos de laxismo e de preponderância de lógicas eminentemente corporativas; estamos a romper com anos em que se trilhou a ilusão de que era possível viver «à grande e à francesa», acima das nossas possibilidades; estamos a romper com anos em que se fez «navegação à vista», sem objectivos e sem ideais; estamos a romper com a ideia peregrina de que era sempre possível prometer tudo a todos e, ainda por cima, sem esforço e sem trabalho; estamos a romper com a tentação absurda de que era possível desenvolver sem reformar, evoluir sem crescer, modernizar sem cortar com hábitos e interesses instalados; estamos a romper com uma lógica que não conduzia ao futuro, pelo contrário, levava-nos de volta ao passado, ao imobilismo e à estagnação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Estamos numa nova era, com uma nova cultura política, sabendo onde estamos, para onde queremos ir. A isto chama-se governar e, mais, tudo isto significa governar com alma e ambição, governar a pensar em vencer e, sobretudo, em vencer no futuro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Grupo Parlamentar do PSD orgulha-se do contributo que tem vindo a dar para esta tarefa colectiva e nacional. Um contributo empenhado e dedicado, um contributo de todos e de cada um dos seus Deputados, um contributo de generosidade e de solidariedade.

Estamos a semear, com as reformas de fundo que aprovámos, as condições para Ter, no futuro, um País mais produtivo e competitivo; estamos a semear, com as decisões que subscrevemos, os alicerces de uma sociedade futura com mais desenvolvimento e menos exclusão social; estamos a semear, com o apoio que damos ao Governo de Portugal, os instrumentos que permitem que o nosso País deixe de ser, definitivamente, a periferia política e económica da Europa onde nos integramos.

É com o maior orgulho que o Grupo Parlamentar do PSD, articuladamente com o Grupo Parlamentar do PP, tem participado activamente neste desígnio colectivo que nos há-de conduzir, enquanto País, ao único lugar condizente com os nossos oito séculos de história, o lugar de um País pequeno nos recursos mas grande na sua capacidade de afirmação, o lugar de um País humilde nas atitudes mas orgulhoso da sua cultura e da sua história, o lugar de um País moderno, desenvolvido e solidário.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Este caminho é bom para Portugal, mas é um caminho que faz desesperar os partidos da oposição e é isso que explica muitas das suas atitudes.

Apostaram em como a coligação não funcionaria ou não duraria muito. Falharam! A coligação funciona, está sólida e respira boa saúde!

Vozes do PSD e CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Apostaram na tentativa de fomentar divisões entre Ministros. Falharam! O Governo funciona como um todo, coeso e solidário!

Apostaram em como à primeira dificuldade a maioria começaria a abrir brechas. Falharam! A maioria está unida, organizada e trabalha com afinco e determinação!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Entraram, por isso, por desespero, em confrontos inúteis e em «conflitualidades» estéreis.

Vozes do CDS-PP: — É isso mesmo!

O Orador: — Da nossa parte, da parte do PSD e da maioria, terão sempre como resposta a serenidade das atitudes e a intransigente firmeza dos princípios.

É em obediência à serenidade das atitudes e à firmeza dos princípios que dizemos, com toda a clareza: a democracia é a regra da maioria, com respeito pelos direitos da minoria. A democracia não é, nem nunca será, o regime em que a minoria pretende condicionar a vontade da maioria ou subordinar a legitimidade da maioria aos interesses da minoria.

Aplausos do PSD e do CDS-PP:

É em obediência a estes princípios que afirmamos: Portugal vive em estabilidade, mas há uma tentativa clara de criar instabilidade no Estado e nas suas instituições.

Conhecemos os objectivos e percebemos os métodos, mas não pactuaremos com tais comportamentos. Temos uma única preocupação: prestigiar o mandato que recebemos, servir o País que representamos, trabalhar para resolver os problemas concretos e reais dos Portugueses.

Desviarmo-nos um milímetro deste caminho e engrossar a fileira dos que se perdem no puro combate político mediático, que privilegiam as discussões formais, que confundem a discussão de ideias e das reformas com a crítica e o ataque pessoal, seria comprometer, irreversivelmente, o futuro do nosso País.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados, o Congresso do Partido Socialista, realizado no último fim-de-semana, constituiu a confirmação pública do estado em que se encontra o maior partido da oposição.

O Congresso do Partido Socialista, como era de esperar, pelo estilo de oposição que tem feito até aqui, não foi um congresso de transição, de um partido que se prepare para ser alternativa, mas um simples compasso de espera, foi um congresso de vésperas, vésperas de liderança e vésperas de orientação política.

Vésperas de liderança porque o ponto mais saliente nas semanas que antecederam o congresso foram os reposicionamentos tácticos, as declarações sinuosas, os avisos cifrados dos principais dirigentes que se consideram a si próprios a reserva de liderança para o futuro, que não se revêem com entusiasmo no estilo de fazer oposição do Dr. Ferro Rodrigues mas que não estão dispostos, por enquanto, a assumir os encargos difíceis de liderar a oposição, por ansiarem que a coesão da coligação governativa tem todas as condições para assegurar um Governo de legislatura.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O radicalismo que tem prevalecido na conduta do PS, que, estranhamente, nem sequer deu ao Governo o prazo de benefício de dúvida que costuma ser dado nestas circunstâncias, e que, de resto, o PSD lhe deu quando lhe coube a ele governar, é bem elucidativo.

Os dirigentes do PS actuam como se estivessem, ainda, sob o efeito de um sonho mau, que é terem perdido o poder e estarem na oposição. Ainda não interiorizaram que o estado caótico em que deixaram o País não é compatível com uma longa e dura cura de oposição, que poderia ser muito frutífera se a aproveitassem para rever os erros praticados, o que de facto não está a acontecer.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Apoiamos um projecto de libertar Portugal do peso — direi mesmo do fardo — dos graves erros dos últimos seis anos; apoiamos um projecto comprometido com a urgência que o País vive, apoiamos um projecto que acompanha a mudança de gerações e de mentalidades de que Portugal precisa. E que ninguém se iluda: os portugueses estão hoje prontos para a mudança, exigem essa mudança e querem ser protagonistas dessa mudança.

É este compromisso que renovámos e reforçámos nos dois dias em que estivemos unidos em Portalegre. Começámos um projecto de mudança e não vamos parar. Acreditamos nos portugueses! Queremos mudar Portugal! Estamos a cumprir! Portugal vai vencer!

Aplausos do PSD e do CDS-PP:

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma interrogação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Guilherme Silva chegou hoje atrasado à Conferência de Líderes e só aí posso encontrar explicação para a menção que fez às circunstâncias da calendarização do debate de urgência sobre a possível maré negra.

Na verdade, nem a Sr.^a Presidente nem ninguém que tenha estado na Conferência, incluindo eu, ouviu qualquer proposta, tanto do Governo, como da bancada do PSD, no sentido de que esse debate se fizesse e esta declaração não suporta infirmação. Daí que as coisas aconteceram assim: não fomos nós que tomámos tal iniciativa e V. Ex.^a pode testemunhar, tal como os que estiveram presentes na Conferência, que foi exactamente isto que se passou.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr.^a Presidente, manto, exactamente, o que disse no início da minha intervenção.

O Sr. José Magalhães (PS): — Não esteve lá, mas mantém!

O Orador: — Muito mais fácil do que ouvir-me a mim, ou ao Sr. Deputado José Magalhães, ou a qualquer outro Sr. Deputado, uma vez que o que está em causa é a disponibilidade do Governo, é ouvir-se o Ministro dos Assuntos Parlamentares, que esteve na Conferência de Líderes. Naturalmente que o Sr. Ministro não terá dificuldade em vir ao Plenário confirmar, ou não, aquilo que eu aqui disse.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, neste momento, não está presente o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares. Evidentemente que ele pode pronunciar-se sobre isso e eu devo dizer que, durante a Conferência de Líderes, foi decidido, por unanimidade, sem que ninguém tenha levantado qualquer problema, que na próxima sexta-feira haveria um debate de urgência sobre esta questão.

Aliás, como é natural, compreendi que antes disso teria havido alguma espécie de conversa entre os vários intervenientes, porque na própria Conferência decidiu-se que era na sexta-feira sem que alguém, repito, tenha levantado qualquer obstáculo a isso.

Para pedirem esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Nuno Teixeira de Melo e José Sócrates.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Guilherme Silva: Começo por saudá-lo pelo excelente clima em que decorreram as Jornadas Parlamentares do PSD e agradecer-lhe toda a hospitalidade com que nos receberam, a mim e à delegação do CDS-PP, de que fez parte também o Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, Dr. Telmo Correia, e o Sr. Deputado Diogo Feio, e, portanto, na pessoa de V. Ex.^a, quero agradecer a todos os Srs. Deputados do Partido Social Democrata a hospitalidade com que nos receberam.

Risos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo está no uso da palavra. Vamos prosseguir os trabalhos.

O Orador: — Sr.^a Presidente, convirá V. Ex.^a que eu estava só a tentar ser bem educado, coisa que pensei que a oposição apreciasse, mas parece que não, pelo que são coisas que ficam lá com a oposição.

Risos do CDS-PP.

Sr. Deputado Guilherme Silva, anotámos que a questão da descentralização foi uma prioridade e um tema importante tratado nestas Jornadas Parlamentares que ocorreram em Portalegre, e recordei-me, Sr. Deputado, que, em 1998, houve um referendo sobre a regionalização, um referendo em que o «não» à regionalização venceu e venceu estrondosamente. Foi um referendo livre, um referendo de forte participação política e cívica, e recordo o enorme número de movimentos que foram criados e que ajudaram a formar essa convicção em todos os portugueses, sendo certo que, a partir de então, a partir dessa derrota do «sim» à regionalização patrocinada nomeadamente pelo Partido Socialista, ficou o governo socialista de então obrigado a operar o processo de descentralização.

A descentralização política, administrativa e financeira foi um compromisso, que, de resto, foi público e assumido perante todos os portugueses, mas a verdade é que veio ao de cima a mágoa e o ressentimento em relação a esses portugueses que votaram «não» e essa descentralização a que se obrigaram nunca foi levada a cabo.

Devo também dizer, com alguma surpresa, Sr. Deputado, que verificámos que neste último Congresso do Partido Socialista a questão da regionalização foi repescada e aquilo que antes era um ressentimento, um amuo, em relação à vontade dos portugueses que votaram «não» passou a ser um fazer «tábuas rasa» dessa vontade dos portugueses, fazendo-se de conta que essa vontade não tem interesse algum, não tem qualquer importância e, de alguma forma, voltando a trazer-se à discussão a questão da regionalização, que julgávamos já decidida e enterrada.

Por isso, Sr. Deputado, deixo-lhe duas questões: a primeira é se considera normal que, decorridos tão poucos anos desde essa participação cívica dos portugueses, que decidiram de uma vez por todas que não querem ir por essa regionalização, o Partido Socialista repesque novamente para a discussão esta questão.

A segunda questão é esta: como avalia o processo de descentralização que, entretanto, o Governo da maioria já operou e que já tem resultados à vista de todos?

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr.^a Presidente, responderei se houver condições para isso na Sala, porque penso que a pergunta do Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo incomodou a bancada do Partido Socialista, a avaliar pela reacção que está a ter. Mas ainda bem que o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo me colocou essa pergunta, por causa de uma questão prévia a essa questão, que passo a expor.

Alguns membros do Partido Socialista têm falado e escrito sobre a qualidade da democracia e há uma questão

importante no problema que me colocou, que é a seguinte: o Partido Socialista tem um discurso pró-democracia, acusando designadamente a maioria de ser despótica e de atropelar os direitos da minoria, mas tem uma prática antidemocrática, visto ter dificuldade em conviver com a democracia autêntica.

Protestos do PS.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E isso verifica-se, designadamente, como se tem visto, na dificuldade em aceitar humildemente o resultado das últimas eleições de Março.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — E, a propósito do referendo da regionalização, a iniciativa de retomar esta matéria é um novo indício de má convivência com a expressão democrática do povo português através do referendo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Já tinha convivido mal com ela quando, zangado com o resultado desse referendo, não tomou, durante os seis anos de governação, as iniciativas de descentralização que deveria ter tomado,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... tendo sido este Governo que, em seis meses, satisfez o seu compromisso, pois, tendo estado contra aquela regionalização, era um defensor acérrimo das medidas de descentralização!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — E não é apenas um defensor teórico, é um defensor prático, como resultou das medidas que foram aprovadas no Conselho de Ministros realizado em Tomar e como vai resultar das demais que vamos aprovar, como ainda ontem o Sr. Primeiro-Ministro afirmou no encerramento das jornadas parlamentares.

Portanto, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, temos uma posição verbal, teórica, e uma coincidência prática com essa posição, a posição conforme à democracia, conforme à vontade e aos anseios do povo português.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Sócrates.

O Sr. José Sócrates (PS): — Sr.^a Presidente, disse o Sr. Deputado Guilherme Silva que este foi um fim-de-semana recheado de muitos factos políticos. É verdade, e dois desses factos políticos ficámos a devê-los à criatividade do PSD.

O primeiro facto político diz respeito à verdadeira sublevação que o Grupo Parlamentar do PSD fez, nas jornadas parlamentares, contra o Governo...

Aplausos do PS.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sobre o PIDDAC!

O Orador: — ... e a propósito da elaboração do PIDDAC.

Nós já sabíamos que o Governo não tinha discutido connosco a elaboração do Orçamento nem do PIDDAC, mas o que nem nós nem o País sabíamos era que ele nem sequer os tinha discutido convosco.

E a vossa sublevação, o vosso acto de motim, tem toda a justificação, porque este PIDDAC é, de facto, muito infeliz. E começa, desde logo, por ser infeliz para o distrito de Portalegre, onde os senhores foram.

Bem podem citar 1000 vezes a «balada» de Portalegre, mas isso não compensa a diminuição do investimento público no interior do País e, em particular, no distrito de Portalegre.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — E esse é um dos pecados deste PIDDAC. É que pela primeira vez desde os últimos anos o investimento público nos distritos do interior baixa em vez de subir, como tem subido nos últimos anos.

Aplausos do PS.

E o segundo pecado, que acredito incomode muito os Srs. Deputados, são os cortes que se verificaram no PIDDAC, no investimento para o próximo ano, em sectores vitais para o nosso desenvolvimento, como é o caso da cultura, da ciência e da educação.

Percebo muito bem o incômodo que alguns dos Srs. Deputados e que a bancada do PSD têm com este Orçamento.

Mas a verdade também é esta: é que o pior do PIDDAC não são apenas os cortes mas, sim, a suspeita que fica de que só foram beneficiados os distritos que têm influência política no Governo,...

Aplausos do PS.

... de que só foram beneficiados aqueles que têm ministros no Governo, porque os distritos que não têm essa representação política ficaram para trás.

E o pior de tudo é a nódoa que fica neste Orçamento, que é a ideia de que houve uma região beneficiada: a Região Autónoma da Madeira. Foi um verdadeiro favor à Madeira,...

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — No PIDDAC?

O Orador: — ... uma borla à Madeira que, infelizmente, não tem a mínima justificação e que resulta apenas da consciência que o Governo tem de que agora tem de negociar com o Grupos Parlamentares do CDS-PP e do PSD, mas também com o respectivo grupo parlamentar da Madeira! Essa é a verdadeira nódoa na elaboração do PIDDAC!

Portanto, vocês só podem pedir explicações a vocês próprios, não a mais ninguém.

Percebemos muito bem esse vosso incômodo, mas a responsabilidade têm de encontrá-la — desculpe, Sr. Deputado — no interior do vosso grupo parlamentar e do vosso partido.

Mas os factos políticos não ficaram por aqui. A democracia portuguesa pode agradecer-vos um outro facto polí-

tico: é que, pela primeira vez, o Governo decidiu, num fim-de-semana em que o Partido Socialista organizava o seu congresso, fazer um seminário para dar «pancada» no Partido Socialista e para comentar o seu Congresso.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo acabou.

Conclua, por favor.

O Orador: — Isto, de facto, é uma novidade na vida política nacional. Nunca ninguém se tinha lembrado de, em vez de governar, sendo essa a principal responsabilidade do Governo, organizar um seminário para dizer mal do Congresso do Partido Socialista!

Isto revela um estilo que se baseia no seguinte: em vez de governar, a única coisa que o Governo faz não é tratar dos problemas dos portugueses e do País, é preocupar-se com o que faz o seu adversário e desencadear acções com vista a criticá-lo.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, desculpe, tem de concluir.

O Orador: — Vou já concluir, Sr.^a Presidente.

Estes dois factos políticos ficámos a devê-los aos senhores. Não pode dizer-se que eles tenham constituído, para o PSD, um grande fim-de-semana, mas antes um péssimo fim-de-semana.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Sócrates, a minha primeira palavra é para agradecer o elogio que fez ao Grupo Parlamentar do PSD — já era tempo! É que depois de acusarem sistematicamente o Grupo Parlamentar do PSD de ser submisso ao Governo, de ser «seguidista» do Governo, vêm finalmente reconhecer que não é assim.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A justiça chega tarde, mas chega. Em meu nome e em nome do Grupo Parlamentar do PSD agradeço a justiça que fez, embora tardia.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Fugiu-lhe a boca para a verdade!

O Orador: — Em relação às críticas que teceu ao PIDDAC, o que está a fazer é uma crítica interna. Como sabe, 80% do PIDDAC resulta de compromissos que os senhores tinham assumido, por isso pelo menos 80% da desgraça é sua.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Risos do PS.

Em relação ao benefício da Madeira em matéria de PIDDAC,...

O Sr. José Sócrates (PS): — Não, de Orçamento!

O Orador: — Ó Sr. Deputado, o senhor não pode estar com o mínimo de boa-fé que é lhe exigível como Deputado! As transferências no Orçamento são exactamente as que resultam da Lei de Finanças da Regiões Autónomas, por isso foram mais para os Açores do que para a Madeira! Em relação ao PIDDAC, os Açores têm mais 30 ou 40 milhões! Repare, pois, onde é que está o sectarismo deste Governo em matéria de PIDDAC.

Quanto à acusação de que o PIDDAC beneficia este ou aquele distrito conforme o peso político dos Membros do Governo, o Sr. Deputado ainda está muito preso ao PIDDAC dos seus governos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ainda deve estar muito atado à lógica dos PIDDAC do seu governo, que não é a deste Governo.

Sr. Deputado, não se esqueça de que, durante anos, os senhores, por pura demagogia, foram inscrevendo no PIDDAC uma série de coisas só para contentarem nominalmente os círculos eleitorais. Não executavam, deslizavam verbas de ano para ano. Chegavam a inscrever no PIDDAC dezenas de obras que não tinham projecto só para fazer um aceno aos círculos eleitorais em função de promessas que sistematicamente eram arrastadas e não cumpridas!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado, eu fiz as críticas que fiz a este PIDDAC, mas há uma que não tenho de fazer-lhe e que fazia aos vossos, que é a de falta de verdade e de transparência! O Governo penalizou formalmente alguns círculos eleitorais, penalizou determinadas obras. É verdade! Mas fê-lo em nome da verdade e da transparência, não cometeu o simulacro de pôr no PIDDAC coisas que não fazia nem vai fazer!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma interrogação à Mesa, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes): — Sr.^a Presidente, pedi a palavra devido à questão suscitada há instantes relativa à realização de um debate acerca do petroleiro que se afundou e cujas consequências, naturalmente, preocupam também os portugueses por causa da costa portuguesa.

O Partido Socialista, o Bloco de Esquerda e Os Verdes solicitaram, através de requerimentos que apresentaram e de que eu tive conhecimento ontem, a realização de um debate sobre esta matéria.

Quando, em Conferência de Líderes, realizada hoje ao fim da manhã, se iniciou a abordagem desta matéria, o Sr. Deputado José Magalhães, em nome do Partido Socialista, propôs que se fizesse um rearranjo na agenda de trabalhos da próxima sexta-feira e que se iniciasse esse dia de trabalho com o debate sobre esta matéria.

Eu próprio, em nome do Governo, manifestei logo toda a abertura para a realização desse debate. Penso que, de resto, nem poderia ser de outra forma: não é apenas um direito, é uma obrigação do Governo dar toda a informação à Câmara sobre esta questão.

Obviamente que se o debate foi, em primeiro lugar, solicitado pelo Partido Socialista, eu esperava que este partido propusesse a data.

Quero dizer que manifestei total disponibilidade e de que estaria disponível para outras datas. Mais ainda: informei todos os partidos e a Sr.^a Presidente que, sem prejuízo da realização do debate na data que foi proposta e aceite, o Governo se comprometia a facultar diariamente à Câmara, a todos os partidos, uma informação detalhada sobre o evoluir da situação.

Tudo se passou, portanto, dentro de toda a normalidade, dentro de toda a tranquilidade, sem nenhum problema, ou seja, rigorosamente nos termos — estou a repetir — que há pouco o Sr. Deputado Guilherme Silva referiu.

Os factos são, pois, estes. Por isso, sinceramente, pareceu-me um pouco descabido, sobre uma matéria desta natureza, de importância para o País, que suscita naturais preocupações — esperemos que não venham a concretizar-se —, uma matéria que foi tratada em Conferência de Líderes rapidamente, com toda a tranquilidade, com toda a abertura, sobre a qual foi feita uma proposta pelo Partido Socialista que foi aceite pelo Governo e pelos demais partidos, ter ouvido aqui, há instantes a ideia ou a insinuação de que o Governo não queria hoje, por exemplo, tratar do assunto.

Os factos são estes. Mas como entendo que todos nós temos de fazer um esforço para discutirmos menos o método e a forma das questões, sem prejuízo da sua importância, e mais o conteúdo, porque é isso que interessa aos portugueses, devo dizer-lhe o seguinte: se quiserem reconsiderar e fazer o debate hoje mesmo, no final do debate que está agendado sobre o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, o Governo estará aqui!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ou seja, se quiserem acrescentar, cumprida a agenda parlamentar, um debate sobre essa questão, para que todos os esclarecimentos sejam dados, todas as informações sejam prestadas, todas as dúvidas sejam esclarecidas, já estava disponível, esta manhã, para esse procedimento. Portanto, se quiserem, sugiro o seguinte: não vale a pena, sinceramente, perdermos mais tempo com o método, com as trincas que não interessam a ninguém e vamos esclarecer tudo, Srs. Deputados, tudo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Uma última nota, Sr.^a Presidente, para dizer o seguinte: é natural que, no debate democrático, tenhamos opiniões diferentes ou divergentes sobre muitas matérias. É saudável, desde que seja feito com elegância, com linguagem correcta, tudo isso é normal em democracia.

Estamos perante uma questão que, obviamente, preocupa a todos, sobre a qual o Governo tem vindo a informar a opinião pública, com todo o rigor e como é sua obrigação, e a Assembleia da República, tal como esta manhã o Sr. Primeiro-Ministro informou o Sr. Presidente da República e, portanto, peço que não façamos disto um caso, unamos, sim, esforços, em tudo aquilo que está ao nosso alcance, para resolver um problema e para que ele não tenha consequências maiores do que aquelas que já teve.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Também para uma interpelação sobre a mesma questão, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, não foi a bancada do Partido Socialista que suscitou problema algum sobre esta matéria, foi uma menção, que interpretámos como infundamentada, constante da declaração política feita pelo Sr. Deputado Guilherme Silva, que nem sequer teve ocasião de assistir à Conferência de Líderes desde o princípio. Eu interpretei essa ausência como sendo a explicação para o equívoco estabelecido — e suponho que se trata de um equívoco em absoluto — e, portanto, o tom com que coloquei a questão foi rigorosamente este, de uma serenidade absoluta, porque, na verdade, nem o Governo, nem o PSD, que eu tenha ouvido, e a Sr.^a Vice-Presidente no mesmo sentido o confirmou, aventou a hipótese de realização do debate hoje e a sequência dos factos é a que o Sr. Ministro, aliás, enunciou num determinado momento mas com a seguinte precisão: nós, ontem, propusemos a realização do debate, ontem foi transmitido ao nosso grupo parlamentar um impedimento ou uma dificuldade da parte do membro do Governo directamente interessado e protagonista no sentido de o debate se fazer hoje, nós tivemos em conta essa dificuldade e respeitámo-la e a Conferência de Líderes de hoje decorreu nos termos que a Sr.^a Vice-Presidente aqui exarou, sem que o Governo ou o PSD tivessem regressado à questão de realizar o debate hoje. É só isto, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que é também irrefutável e, suponho, deve ser sanado já e aqui, fazendo-se o debate o mais depressa possível nas condições de maior eficácia.

Era isto que tinha de ficar registado em acta, em nome da honradez e da lealdade deste grupo parlamentar.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Ainda para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr.^a Presidente, registo a longuíssima interpelação feita pelo Sr. Ministro Marques Mendes, mas quero, a este respeito, assinalar duas considerações.

Em primeiro lugar, há pouco, uma bancada da maioria entendeu dizer à Câmara que, existindo dúvidas, devia chamar-se o Ministro Marques Mendes. Ele veio, mostrando a sua disponibilidade de sempre para colaborar com o Parlamento, mas quero dizer que, pela nossa parte, o conceito de tutela exercida pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares não se estende à oposição e o esclarecimento é feito no debate, aqui, é feito na apresentação das informações, de boa fé — esperamos! — mas não por uma palavra última do Ministro Marques Mendes.

Os factos são, no entanto, os factos. O Partido Socialista pediu ontem um debate de urgência para hoje. Os Verdes secundaram esse pedido, o Bloco de Esquerda também, e foi entendimento, na Conferência de Líderes, que esse debate era urgente. Quando se iniciou a Conferência de Líderes, no entanto, estávamos confrontados com um facto, que era a declaração do Ministro de Estado e da Defesa Nacional nas rádios, ontem, segundo a qual o debate em Plenário não se justificava hoje, atendendo à im-

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

portância da discussão do conceito estratégico de defesa que irá ter lugar dentro de pouco tempo. Disponibilizava-se, sim, a vir a outras instâncias do Parlamento no dia de hoje. Foi o que eu ouvi e, certamente, outros tê-lo-ão ouvido também.

Face a isto, na abertura da Conferência de Líderes registou-se a disponibilidade do Governo para vir à Assembleia na sexta-feira e houve um acordo unânime, no sentido de na sexta-feira, se fazer esse debate.

O que fica absolutamente comprovado, no entanto, é que se perde em atrasar, que tinha sentido a proposta de urgência, que este debate é tão incontornável que o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares produz uma intervenção de fundo sobre a importância de o fazer hoje. Portanto, façamo-lo hoje, porque hoje o País quer uma resposta e não tem qualquer sentido que esperemos mais tempo em relação a ele.

Se a disponibilidade do Governo está dada, pois, então, façamos o debate hoje. Devíamos tê-lo feito antes, no período de antes da ordem do dia, porque se trata da figura regimental do debate de urgência — era agora que devíamos estar a fazê-lo —, mas, pela nossa parte, damos o nosso acordo a que seja uma figura pós-período da ordem do dia, seja qual for o consenso que se venha a obter.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Também para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr.^a Presidente, quero apenas dizer, a propósito desta matéria, ao Sr. Deputado Francisco Louçã que, em matéria de tutela, no Parlamento, chega a sua tutela sobre o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Applausos do PSD e do CDS-PP.

Não me cabe a mim nem à minha bancada a tutela sobre o Governo nem vice-versa, mas há um princípio que temos e que já percebemos que V. Ex.^a e a sua bancada não têm: estando em causa o Governo, é o Governo que deve responder. VV. Ex.^{as} imputaram ao Governo a não vontade de fazer o debate hoje e precisávamos que o Governo viesse aqui clarificar e dizer que, quer aqui, quer na Conferência de Líderes, mostrou disponibilidade para o fazer.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Ainda para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado António Costa.

O Sr. António Costa (PS): — Sr.^a Presidente, creio que estamos a «fazer uma tempestade num copo de água».

Da parte do Partido Socialista, não levantámos qualquer objecção quanto à data do debate. O Sr. Deputado José Magalhães só pediu a palavra para corrigir um problema puramente factual.

Quanto a nós, para que fique tudo claro, na carta que dirigimos, ontem, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, pedindo o debate, propusemos que o mesmo se realizasse hoje. Ontem, ao fim do dia, telefonou-me o Sr. Deputado Marques Júnior, que, depois de ter sido recebido, no seio de uma delegação do PS, pelo Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, me transmitiu que era

entendimento do Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional que, por motivos que considerámos atendíveis, o debate se realizaria com vantagem na sexta-feira. E perguntou-me o Sr. Deputado Marques Júnior se eu via ou tinha alguma objecção. Transmiti ao Sr. Deputado Marques Júnior que, da nossa parte, não havia qualquer objecção a que o debate se fizesse na sexta-feira, indicação que transmiti hoje ao Sr. Deputado José Magalhães, que, naturalmente, agiu na Conferência no pressuposto normal, que a Sr.^a Presidente me pareceu também ter, de que havia um entendimento no sentido de que fosse na sexta-feira.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Portanto, não há aqui qualquer «caso» e, sinceramente, não creio que valha a pena o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e o Sr. Deputado Guilherme Silva quererem, agora, enervar-se e transformar num «caso» uma coisa que não tem qualquer anormalidade e que, pela nossa parte, não existe, sequer, este tema nesta discussão.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma interpelação sobre a mesma questão, tem ainda a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, a minha interpelação é sobre a mesma questão mas numa tentativa de a encerrar. E de a encerrar, Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, porque Os Verdes, como outros grupos parlamentares, pediram um debate de urgência, não questionaram o dia que foi acordado para a sua realização e, portanto, não me parece que faça sentido interromper declarações políticas para suscitar uma polémica que ninguém suscitou, nomeadamente nenhum dos três partidos que requereu este debate de urgência.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Pela nossa parte, podemos fazê-lo hoje, amanhã ou em qualquer dia, pensamos que era bom que o Governo também tivesse alguma estabilidade e algumas ideias, enfim, com maior segurança, quando avança, mas pensamos, fundamentalmente, que há declarações políticas, que há debate político que não vale a pena continuar a adiar com discussões que nos parecem manifestamente dispensáveis.

Vozes de Os Verdes: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Ainda para uma interpelação à Mesa sobre esta matéria, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, também quero apenas dizer que, nesta matéria, parece-me que o Sr. Deputado António Costa estará estranhamente e curiosamente até mais informado do que eu, uma vez que transmitiu uma informação do Sr. Ministro da Defesa que eu próprio não conhecia, não obstante o Sr. Ministro da Defesa ser o líder do meu partido, o que é normal e pode acontecer e não vem daí mal ao mundo.

A ideia que tenho, e concordando consigo, Sr. Deputado António Costa, é a de que, de facto, era intenção do Governo duas coisas fundamentais — essa era, de facto, a

informação e a ideia que eu tinha: em primeiro lugar, e essa é também a preocupação da nossa bancada, é muito importante não desvalorizar o debate sobre o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, que é um debate que consideramos da maior importância;...

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... por outro lado, há dados que ainda estão a ser apurados relativamente a esta situação, que têm a ver com várias coisas, inclusivamente com coisas que não controlamos de forma nenhuma, como é o caso das marés, que podem beneficiar se o debate for realizado na sexta-feira.

Esta questão foi decidida, por unanimidade, na Conferência de Líderes e, por nós, pensamos que o incidente deve ser encerrado, registando-se, no entanto, se for caso disso, a disponibilidade para que o debate se realize hoje mesmo.

Portanto, Sr.^a Presidente, entendemos que devemos encerrar este incidente e passar à frente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, vamos, com certeza, encerrar este incidente.

A razão pela qual deixei que todas as bancadas usassem da palavra e que o Governo falasse sobre esta matéria com alguma extensão foi por me parecer importante que perante o País não fique qualquer dúvida sobre a importância e a urgência que toda a Câmara dá a este assunto. Pareceu-me que isso era importante.

Em todo o caso, e porque, eventualmente, alguma coisa daquilo que eu própria disse pode ter ficado menos clara, há alguns factos que quero relatar agora e que, aliás, só provam ou não diminuem nada a noção de que toda a Câmara, todos os partidos estão preocupados com este assunto e entendemos que ele merece um tratamento de urgência.

Hoje teve lugar uma Conferência de Líderes, a qual estava marcada para as 12 horas. Tinham dado entrada na Mesa da Assembleia três pedidos de debate de urgência sobre esta questão, um do Partido Socialista, solicitando que ele tivesse lugar hoje, um do Bloco de Esquerda e outro de Os Verdes, que se juntavam à iniciativa sem fazerem referências de data.

Antes da realização da Conferência de Líderes, recebi um pedido, por parte do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no sentido de que a Conferência não tivesse lugar às 12 horas mas ao fim do dia. Como há uma regra regimental, segundo a qual os debates de urgência são aprovados em Conferência, pensei que tinha havido qualquer alteração em relação ao pedido de que a questão fosse hoje debatida. No entanto, como tal sucedeu já muito em cima da hora a que teria lugar a Conferência de Líderes, eu própria fui para a sala e verifiquei que se encontravam aí parte dos representantes necessários para que a Conferência se realizasse, pelo que começámos a conversar na base de que a Conferência seria adiada, ou seja, de que não teria lugar naquela altura, mas sim mais tarde, mas também com a consciência de que esta questão não poderia ser debatida hoje se a Conferência de Líderes não tivesse lugar antes da reunião plenária. Foi isto que se passou.

Entretanto, o Sr. Deputado José Magalhães apareceu na Conferência de Líderes, representando o Partido Socialista, e eu percebi que a questão tinha sido resolvida no in-

terior do Partido Socialista. Quando, algum tempo depois, ouvi falar no dia de sexta-feira para a realização do debate de urgência, percebi que tinha havido factos que tinham conduzido a que houvesse um entendimento de toda a gente, na convicção da urgência e da importância do problema, para que ele fosse debatido nesse dia.

Portanto, repito que discutimos aqui, durante todo este tempo, o que se passou porque é importante que o País saiba que toda a Câmara está preocupada em que esta questão seja debatida e tratada. E julgo que ficou claro, perante o País, que todos a queremos tratar, e que a queremos tratar com urgência. Suponho que é isso que é importante e que podemos prosseguir os nossos trabalhos.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado António Costa.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr.^a Presidente, peço desculpa, permite-me apenas uma breve interpelação à Mesa?

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr.^a Presidente, peço desculpa, não quero perturbar a declaração política que anunciou, mas gostaria de perceber, exactamente, quando é que terá lugar o debate de urgência.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Desculpe, Sr. Ministro, nesse ponto tem toda a razão.

Excepto se todos os grupos parlamentares me fizerem saber que desejam que seja hoje, e o Governo já manifestou interesse em que isso aconteça — e, como sabem, é necessário que assim seja, para que possa ser alterada a ordem do dia —, terá lugar na sexta-feira. Se me fizerem saber que querem que seja hoje, será hoje, no final dos trabalhos, tal como estão programados.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr.^a Presidente, assim sendo, quero apenas deixar claro que a disponibilidade do Governo é rigorosamente aquela que manifestei na minha intervenção. Quanto ao demais, a Câmara decide livremente.

Em qualquer circunstância, reafirmo o que disse esta manhã, na Conferência de Líderes: diariamente, com debate ou sem debate, ao longo dos dias, o Governo informará a Câmara de toda a evolução dos acontecimentos.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Peço desculpa, Sr. Ministro e Srs. Deputados, pois devia ter-me referido a este ponto e não o fiz.

Agora, sim, para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado António Costa.

O Sr. António Costa (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Na semana em que se realizou o XIII Congresso Nacional do Partido Socialista, permitam-me que, em nome do Grupo Parlamentar do PS, comece por dirigir duas saudações.

A primeira, de calorosas felicitações, ao Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues, pela sua reeleição como Secretário-Geral do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

A segunda, a todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados das outras bancadas, da oposição e da maioria. A democracia é o regime da convivência das diversidades, da tolerância e do respeito mútuo e, por isso, em todos saudamos, por igual, a pluralidade democrática de representação do povo português.

Aplausos do PS.

Actualizámos a nossa Declaração de Princípios, modernizámos os nossos Estatutos, definimos uma estratégia para os próximos quatro anos, confirmámos e reforçámos a liderança do partido.

Estamos, agora, em melhores condições para nos concentrarmos, com redobrada energia, nas nossas tarefas: sermos oposição firme, responsável e construtiva e construirmos uma nova alternativa de governo.

A esta nova fase da vida do PS devia também corresponder um virar de página para a maioria e para o Governo.

O autismo, a arrogância, a tentativa de instrumentalização das instituições, o abuso de poder são perversões à normal regra da maioria. Não afirmam a autoridade do Estado, pelo contrário, descredibilizam-no e corroem a confiança dos cidadãos nas instituições.

A crise e a permanente procura do conflito social ou institucional subvertem a concertação e a solidariedade institucional. Não revelam determinação política, pelo contrário, são fonte de desperdício de energias, de tempo e de oportunidades de mobilização solidária do todo nacional.

Aplausos do PS.

Não é aceitável uma política fiscal iníqua, assente na promoção da desigualdade, que agrava o IVA pago por todos os consumidores, que agrava a tributação sobre as pequenas e médias empresas através do regime de pagamento por conta, que agrava a tributação em IRS dos rendimentos do trabalho, ao mesmo tempo que isenta as sociedades gestoras de participações sociais (SGPS), as mais-valias especulativas ou favorece a evasão fiscal através da Zona Franca da Madeira.

É inadmissível uma política orçamental assente no sacrifício do futuro, que corta o investimento na educação, na ciência e na cultura, essencial à qualificação dos nossos recursos humanos, que corta o investimento em infra-estruturas, essencial para o nosso desenvolvimento, incorrendo no trágico risco de, inclusive, vir a desperdiçar a oportunidade irrepelível de utilização dos fundos comunitários disponíveis.

Aplausos do PS.

Os resultados já conhecidos da política económica do Governo são esclarecedores quanto à necessidade urgente de o Governo arrepistar caminho. Os desastrosos resultados obtidos pelo Governo nestes sete meses são uma evidente ilustração de como é necessário abandonar uma política

assente na arrogância, no conflito social, na promoção das desigualdades e no sacrifício do futuro.

Todos os dados e estimativas divulgadas na semana passada pela Comissão Europeia, pelo Banco de Portugal e pela própria Direcção-Geral do Orçamento são convergentes: Portugal está em acelerada queda de crescimento económico e à beira de uma grave recessão.

Aplausos do PS.

Há uma queda abrupta do investimento, uma forte retracção do consumo das famílias e das exportações.

Pela primeira vez desde 1993, Portugal vai crescer abaixo da média comunitária e muito abaixo do crescimento de outros países da coesão: mais de um ponto abaixo da Espanha; mais de dois pontos abaixo da Irlanda; e quase três pontos abaixo da Grécia.

O desemprego, em queda desde o primeiro semestre de 1996, tem subido consideravelmente. Só este ano haverá mais 50 000 novos desempregados, prevendo-se um acentuado agravamento da situação no próximo ano, quer quanto à convergência com a União Europeia, quer quanto ao desemprego, que num ano de Governo PSD subirá de 4% para 5,5%.

Aplausos do PS.

Este é o estado da economia real, das empresas e das famílias, que revelam índices históricos de quebra de confiança no futuro!

O Governo decidiu tudo sacrificar a um único objectivo de política económica. O Governo fez mal, o Governo fez mesmo muito mal!... Paralisou a economia, cortou o investimento, aumentou os impostos e a carga fiscal e, ainda por cima, falhou rotundamente no seu objectivo.

O défice — é hoje certo — será superior ao previsto pelo Governo no Orçamento rectificativo, e só não atingirá os 3,4% previstos pela Comissão Europeia se a venda ao desbarato da rede fixa da PT e do património do Estado gerarem receitas extraordinárias que atenuem o buraco resultante da quebra da receita fiscal e da clara derrapagem da despesa corrente, em particular da despesa corrente primária, que teve este ano um crescimento recorde de 17,2%!

A discrepância entre a previsão da receita constante do Orçamento rectificativo e os dados de execução revelados na passada sexta-feira são esclarecedores do efeito devastador desta política orçamental sobre a economia real.

Ainda em Maio, o Governo previa que a receita de IRS aumentasse 3,5%. Sabemos hoje que diminuiu 3,1%. Prevvia o Governo que a receita de IRC crescesse 6,2%. Sabemos hoje que desceu 6,8%. E o próprio IVA, que, apesar de agravado, deveria crescer 10,1%, não ultrapassou os 6,4%.

O autismo e a arrogância do Governo e o seu desprezo absoluto pela economia real iniciaram um perverso ciclo vicioso: ao défice responde com um corte no investimento; ao aumento do défice gerado pelo corte no investimento responde com um maior corte no investimento!

Aplausos do PS.

Chegou o momento de o Governo e a maioria abandonarem o discurso demagógico e simplista sobre a consolidação das finanças públicas, de mudarem de política, com-

preendendo que não se atinge este objectivo sacrificando o crescimento económico e que, bem pelo contrário, como tem insistido o PS, só relançando o crescimento da economia e o desenvolvimento sustentável do País será possível reduzir o défice das contas públicas.

Aplausos do PS.

A próxima revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento é a oportunidade certa para romper o ciclo vicioso iniciado por este Governo. O intenso debate em curso em toda a União Europeia sobre a revisão do Pacto é essencial e de importância estratégica para Portugal.

É inaceitável que o Governo assuma uma postura de orgulhosamente só, recusando liminarmente contribuir para um debate vital para o futuro da Europa e de Portugal, como já compreenderam a Comissão Europeia ou mesmo os Governos da Alemanha ou da França.

Aplausos do PS.

Que fique claro: o PS reafirma a sua total disponibilidade para participar de modo construtivo nesse debate, contribuindo para a inversão da política económica que está a ser seguida. Não queremos o «quanto pior melhor»; Portugal e os portugueses merecem e precisam de outra política!

Aplausos do PS.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O País precisa, com urgência, de vencer a depressão e de ganhar confiança e ambição; o País precisa de vencer o atraso estrutural que nos separa dos países mais desenvolvidos da União Europeia. Recusamos um modelo de convergência com o modelo social dos países do Terceiro Mundo; a nossa convergência é com o modelo social europeu.

Aplausos do PS.

O nosso modelo de desenvolvimento não pode assentar numa estratégia de baixos salários, de fragilização dos direitos dos trabalhadores, de agravamento das assimetrias regionais e da exclusão social.

O nosso desafio é o da economia do conhecimento e da inovação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É, por isso, decisivo o aumento da produtividade com base na qualificação dos recursos humanos, na inovação tecnológica, no reforço das competências de gestão. É, por isso, decisivo o aumento da competitividade por via da modernização das infra-estruturas, da reforma da Administração Pública e do sistema de justiça, da maior eficiência e equidade fiscais.

É nossa função recolocar Portugal na via do desenvolvimento sustentável. Daremos, por isso, prioridade, nos próximos meses, à construção de novas políticas para o reforço da competitividade e da produtividade.

Aplausos do PS.

Não aceitamos que a produtividade seja mero resultado do aumento do desemprego e a maior competitividade

resultado do sacrifício do rendimento dos portugueses. Dizemos, por isso, «não» à proposta do Governo de legislação laboral e contrapomos iniciativas alternativas que reforcem a produtividade e a competitividade sem sacrifício da coesão nacional e do valor da solidariedade.

A estratégia aprovada no nosso último congresso define cinco prioridades à acção política do PS: o investimento no futuro; a aposta numa competitividade económica sustentável; a promoção da solidariedade e da coesão nacional; a defesa radical da democracia; a defesa de um Estado de qualidade, moderno e ao serviço dos cidadãos. Esta é a nossa agenda!

A Assembleia da República é o espaço do confronto das alternativas, mas deve ser também o espaço da construção dos consensos indispensáveis para a reforma do sistema político, para a reforma dos tratados da União Europeia e para a política externa ou de defesa nacional.

Conhecem a nossa posição, conhecem a nossa disponibilidade e a nossa determinação, sabem, por isso, com o que podem contar como oposição e com o que podem contar como parceiro de consenso nacional. É, por isso, a hora de arrepriarem caminho, de virarem também a vossa página e de virem ao debate político com a postura construtiva e responsável que o País exige!

Aplausos do PS, de pé.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Telmo Correia, Guilherme Silva e Bernardino Soares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António Costa, naturalmente, quero começar esta minha intervenção saudando democraticamente o PS pela realização do seu congresso...

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — ...e, em particular, o Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues pela sua reeleição como Secretário-Geral.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quero, no entanto, dizer-lhe, Sr. Deputado, que esperava mais e mais esclarecimentos sobre esse mesmo congresso. Esperava mais porque me parece que o Sr. Deputado fez aqui um pouco uma *reprise* do debate orçamental (já conhecíamos essa posição, já tivemos ocasião de a rebater e aí não houve grande novidade), não me parece sequer corresponder àquilo que um espectador atento do congresso do PS, como é o meu caso, traduziu do debate interior nesse mesmo congresso.

Toda a comunicação social nos dizia que este era o congresso da viragem à esquerda (era isto o que era dito, reproduzido e referido). A seguir, ficámos a saber, com enorme surpresa, que alguns dos congressistas e Deputados ilustres desta Assembleia, designadamente o presidente de uma comissão, como é o caso do Dr. António Pina Moura, entendiam que aquele não só não era o congresso da viragem à esquerda como devia ser o congresso do caminho para o bloco central. Deus nos livre! Mas essa é outra questão... De qualquer forma, o Sr. Deputado António Pina Moura queria o regresso do bloco central.

Logo a seguir, ficámos a saber que, por exemplo, o Presidente do Governo Regional dos Açores não quer bloco central coisíssima nenhuma e que, designadamente, o Dr. Manuel Alegre entende que esse bloco central seria a desgraça das desgraças, que o PS tem de trilhar um caminho claro de esquerda e que o caminho para o bloco central seria o caminho que deixou o PS nos 20% nas últimas eleições. Curiosamente, já o Presidente da Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa, o Dr. Jaime Gama, entende exactamente o contrário, ou seja, que é precisamente a viragem para um percurso «identitário» do PS e a sua busca de uma esquerda mais ou menos utópica que os levou aos 20%.

Penso que a única coisa em comum é a preocupação com os 20%. Entre o discurso de um e de outro o que fica de comum é a preocupação com os 20%. Não desejo que o PS tenha 20%, obviamente, porque o País precisa de um Partido Socialista forte, mas é bom, Sr. Deputado, que esclareça este aspecto.

As outras declarações proferidas são também extraordinárias! A Sr.^a Deputada Helena Roseta quer um PS contra o imperialismo americano...

Risos do CDS-PP.

A ideia com que ficámos é que o PS passou o congresso a olhar para o seu próprio umbigo. Fico satisfeito se nesse mesmo umbigo não encontrou um *piercing* do Bloco de Esquerda!

Risos do CDS-PP e do PSD.

Se nesse umbigo não encontrou um *piercing* do Bloco de Esquerda já não é mau!

De qualquer modo, fica-nos a dúvida: para onde vão os senhores? Como o Sr. Deputado disse várias vezes, a maioria sabe para onde vai, tem o seu rumo e o seu caminho. Era bom que o PS trilhasse um caminho de oposição de centro-esquerda a um governo de centro-direita. Espero que decidam, que não pisquem para a esquerda para virar para a direita ou vice-versa.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

O Orador: — Termine já, Sr.^a Presidente.

Espero, pois, que decidam, sendo certo que, se entrarem nesse caminho de piscar para um lado para virar para o outro, correm o risco de ficar no meio da estrada, e quem fica no meio da estrada, Sr. Deputado, é atropelado, coisa que, obviamente, não desejo ao PS!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Costa.

O Sr. António Costa (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, registo o gesto cortês de ter agora felicitado o Secretário-Geral do PS pela sua eleição.

Gostaria de manifestar a minha satisfação e algum orgulho por ver o desvelo e a atenção com que acompanhou não só o congresso do PS como também a fase da sua preparação.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — É motivo de orgulho para nós a atenção que a nossa acção merece dos nossos adversários.

Gostaria ainda de dizer que, porventura, não terá dado atenção aos aspectos mais importantes e substantivos do debate do nosso congresso, designadamente à discussão em torno da modernização e actualização da nossa declaração de princípios.

Sr. Deputado, fique tranquilo quanto à nossa identidade. A nossa identidade é a que sempre foi: somos o partido da esquerda democrática em Portugal, e vivemos muito bem com esta nossa identidade.

Quanto ao que vai acontecer, também o explicámos, aliás, explicou-o com muita clareza o Secretário-Geral do PS: iremos sozinhos a todas as eleições, mesmo às aquelas em que os senhores serviram de bengala ao PSD, que tem medo de confrontar-se sozinho connosco.

Aplausos do PS.

Inclusive, às eleições europeias, nas quais — até nessas! — o PSD tem medo de confrontar-se, ombro a ombro, com o PS,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ...precisando ter como bengala aquele partido que, nesta Câmara, tem o passado mais antieuropeísta e é liderado pelo político que mais se bateu contra a existência da moeda única.

Aplausos do PS.

Não temos esses problemas e — poderá ficar descansado — não seremos nós a fazer um bloco central para substituir o CDS-PP em tão boa missão de bengalinha do PSD.

Porém, há uma coisa que o Sr. Deputado terá de perceber. Estamos, neste momento, numa situação original em Portugal: somos governados, hoje — e reconheço o mérito do CDS-PP nesse facto —, pelo governo mais à direita que o nosso país já alguma vez teve. Mais à direita do ponto de vista do autoritarismo, embora nessa matéria o PSD já tenha dado bons exemplos nos 10 anos de cavaquismo, e mais à direita na sua estratégia de destruição do modelo social europeu. Não tenho dúvidas de que tal é mérito do CDS-PP e felicito-o, mas, como perceberá, isso só pode levar a uma frontal oposição da nossa parte à política deste Governo, comandado pelo CDS-PP e pela sua política.

Aplausos do PS.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, peço a palavra para defesa da honra da minha bancada.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, pode especificar o motivo da ofensa?

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, a ofensa consiste na acusação de o CDS-PP ser o partido mais antieuropeísta de Portugal.

Risos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, quero só referir-me a um aspecto calma e tranquilamente, como foi feito, de resto, pelo Sr. Deputado António Costa, e ainda bem.

Sr. Deputado António Costa, devo dizer-lhe que as saudações que dirigi há pouco foram feitas com agrado. Diz o Sr. Deputado que acompanhamos com muita atenção a vida do PS. É normal e natural que assim seja, de resto não há aí qualquer surpresa.

Acredite que saudei sinceramente o PS pelo seu congresso e acredite também que o saúdo a si por verificar que, afinal, não está nada desgastado. Afinal, o meu amigo, apesar de não gostar da função que exerce, está aí, não está tão desgastado como diz e vai respondendo. De resto, certamente será reeleito e pode ser que, no futuro, até venha a gostar mais da função que desempenha do que aquilo que conseguiu gostar até hoje. É o que lhe desejo sinceramente, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, quero dizer-lhe que o CDS-PP não é bengala de ninguém, e a demonstração disso é que chegámos aqui, com estes 14 Deputados e esta maioria, pelo nosso próprio pé, correndo todos os riscos em todas as eleições. O Sr. Deputado sabe tão bem como eu, porque também acompanha — não com a atenção com que acompanho o PS, mas com alguma atenção — a vida da maioria e do meu partido, que o CDS-PP tinha, de eleição em eleição, sempre com algum exagero, uma morte anunciada, como dizia Mark Twain. As notícias da nossa morte foram sempre motivo de algum exagero. Foi assim nas eleições europeias e foi assim nas eleições legislativas. E chegámos aqui por força do nosso trabalho, por força do nosso mérito e por vontade dos eleitores. Nunca tivemos medo de ir a eleições. E sabe também o Sr. Deputado que, em determinada altura, as posições políticas e públicas do CDS-PP em matéria europeia sofreram assumidamente revisões e que votámos favoravelmente quer o Tratado de Amsterdão quer o Tratado de Nice.

Não é, portanto, legítimo fazer essa invocação. O CDS-PP é um partido de história europeista e eu, pessoalmente, entendo — peço-lhe que não responsabilize a minha bancada por esta declaração —, e já o escrevi, que é desejável que a maioria cocorra junta às próximas eleições europeias. É a minha opinião pessoal, porque penso que isso decorre do trabalho que estamos a realizar tanto no Governo como no Parlamento. Isso é normal.

O que não é normal é que os senhores acompanhem todos os dias partidos saudosistas do modelo de governo que caiu em alguns países e que agora querem aderir à Europa, designadamente o Partido Comunista Português, que é saudosista do modelo soviético.

Mas é natural que dois partidos democráticos e europeístas, como o CDS-PP e o PSD, concorram juntos — é a minha opinião pessoal — às próximas eleições europeias.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado António Costa.

O Sr. António Costa (PS): — Sr.^a Presidente, darei as explicações, no pressuposto óbvio de que esta defesa da

honra foi um puro expediente regimental para o Sr. Deputado Telmo Correia poder prolongar o diálogo comigo, o que até lhe agradeço.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Nessas condições, o Sr. Deputado tem o mesmo direito de o prolongar.

Risos.

O Orador: — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Sr. Deputado Telmo Correia, é evidente que os partidos têm o direito de evoluir nas suas posições. Registo, contudo, que o CDS-PP apresenta uma diferença em relação ao que é normal nos partidos. É que em matérias essenciais não há «cambalhotas»! Nós sempre fomos europeistas e nunca deixámos de sê-lo — não passámos a ser, fomos sempre —, mas o CDS tem um corte epistemológico com a sua história. Há o velho CDS, aliás desaparecido da primeira fila do CDS-PP, e há agora um novo corpo, populista, que vive muito da personalidade do respectivo líder e que tem feito uma campanha com base num discurso puramente populista, com base na promessa, aliás não cumprida, de que queria vir para aqui ser moderação do PSD. Ora, o que temos constatado ao longo destes sete meses é que os senhores não moderaram os ímpetos autoritários do PSD, só os aumentam!

Aplausos do PS.

E tem sido tal o autismo, o autoritarismo e a arrogância desta nova maioria que quase nos deixa com saudades do autoritarismo do Prof. Cavaco Silva.

No entanto, convém que o CDS-PP, por mais estranho que lhe possa parecer, perceba que quem ganhou as eleições foi o PSD, que, por isso, tem toda a legitimidade para Governar. Os senhores não estão no Governo por força da vitória, mas sim por força da fraqueza do PSD...

Protestos do PSD.

O Orador: — ... e do resultado eleitoral do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

Não compreenderem isso e terem-se julgado não só predestinados por Deus mas também legitimados pelo voto para governar Portugal...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — A nossa fé não vai tão longe!

O Orador: — ... tem-vos feito perder muito do bom senso que caracterizou o velho CDS. E o facto de se terem deslumbrado com um poder que transitoriamente agora desempenham, mas que é só isso, não é mais do que — e lamento dizê-lo — resolver um problema do PSD, o de não ter maioria nesta Casa.

É por isso que vão concorrer juntos às eleições europeias. Não é por terem uma posição comum sobre a Europa, é porque o PSD tem medo de enfrentar o PS, ...

Protestos do PSD.

... tem medo de perder com o PS e precisa da bengala CDS-PP. O CDS-PP é uma espécie de banquinho que o PSD utiliza para ver se fica alto.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António Costa, começo também por saudar o Sr. Dr. Ferro Rodrigues pela sua eleição para o cargo de secretário-geral do Partido Socialista, bem como os demais membros eleitos para os diferentes órgãos do partido.

Sr. Deputado António Costa, V. Ex.^a, o seu grupo parlamentar e o seu partido não têm emenda. V. Ex.^a foi à tribuna fazer o discurso da defesa da política que o Partido Socialista executou durante seis anos.

O Sr. José Sócrates (PS): — Isso é que é categoria parlamentar!...

O Orador: — E a síntese que recorrentemente vem produzindo é a de que o Governo actual está a levar o País para uma situação desastrosa, porque usa um discurso que não gera confiança, um discurso de pessimismo, etc.

O Sr. José Magalhães (PS): — Isso é verdade!

O Orador: — Ó Sr. Deputado, o vosso mal foi exactamente esse! Pensaram que podiam fazer todos os desmandos enquanto proferiam o discurso de que era tudo «um mar de rosas» e consideraram que esse discurso ia chegar para evitar o desastre. Ora, é exactamente ao contrário! Não chega fazer o discurso da inverdade, de uma confiança que não existe, e não é o discurso do realismo e da verdade que causará a recessão. V. Ex.^a sabe, tão bem como eu, que assim é.

Aliás, é elucidativo que aquilo que senhor critica tenha recebido o aplauso tanto da União Europeia como do Sr. Governador do Banco de Portugal. E se as medidas que o Governo adoptou no sentido contrário àquele que V. Ex.^a defende têm algum defeito, alguma deficiência, é o facto de não terem sido ainda mais radicais. Como o Sr. Governador do Banco de Portugal várias vezes tem dito, era necessário ter sido mais exigente, era preciso mais contenção, mais restrição e, eventualmente, mais impostos, maior exigência, etc.

V. Ex.^a vem aqui dizer que a política que o Governo está a seguir poderá pôr em causa os apoios comunitários e os projectos que dele beneficiam. Sr. Deputado, nós evitámos — o senhor sabe que a Comissão veio declará-lo publicamente — que Portugal fosse sancionado com pesadíssimas multas, que seriam graves para a nossa já deficiente situação financeira, que Portugal fosse sancionado com a perda de fundos comunitários, o que ia ser gravíssimo para vários projectos que contam com esse apoio. V. Ex.^a sabe que a Comissão levantou essa sequência exactamente porque reconheceu que as medidas que estávamos a tomar eram as adequadas. Mas o seu partido não aprende! Devia, ao menos, ter aprendido com os erros cometidos e ter tido a humildade de reconhecer que era este o caminho certo.

No entanto, o que mais me preocupa no discurso de V. Ex.^a é o ar de satisfação e de regozijo com que diz: «muito provavelmente não vão atingir os 2,8%, vão ultrapassar os 3% do défice e isto é um desastre! E com que satisfação o diz!

V. Ex.^a devia dar ouvidos ao apelo!..

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, peço-lhe o favor de abreviar.

O Orador: — Vou já terminar, Sr.^a Presidente.

V. Ex.^a devia ouvir o apelo que o Sr. Primeiro-Ministro aqui fez no sentido de que fizéssemos sobre esta matéria um pacto, devia ouvir o apelo que o seu colega Joaquim Pina Moura fez nesse mesmo sentido e, acima de tudo, devia ouvir mais profundamente a sua consciência. Se a ouvisse não continuava, naturalmente, a defender os erros que o Partido Socialista cometeu nos últimos seis anos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Costa.

O Sr. António Costa (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Guilherme Silva, se algum mérito tive foi o de tê-lo ajudado a reconduzir-se aos caminhos da cortesia parlamentar, onde gosto sempre de o ver.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Não posso dizer o mesmo, infelizmente!

O Orador: — Quanto à questão que o Sr. Deputado Guilherme Silva colocou, penso que temos de ver se nos entendemos sobre qual é a nossa diferença fundamental em matéria de política económica. Os senhores entenderam que o único objectivo a prosseguir em matéria de política económica era a redução do défice; nele tudo apostaram, a ele sacrificaram todos os outros. E o resultado que tiveram foi a queda brutal do crescimento da nossa economia, o aumento do desemprego, a destruição da confiança das famílias e a quebra do rendimento, tanto das famílias como das empresas.

Como diz o relatório do Banco de Portugal, o nosso país está hoje à beira da recessão. Estas foram as consequências da vossa política!

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Depois de seis meses?...

O Orador: — Dir-me-á que valia a pena fazer esses sacrifícios, porque eles eram essenciais para a redução do défice.

Sr. Deputado, os resultados estão à vista: os senhores tiveram estas consequências e falharam no objectivo de conseguirem reduzir o défice, nem estão a conseguir! A despesa corrente primária tem este ano um aumento recorde de 17,2%, não conseguiram controlá-la e, pelo contrário, têm a maior derrapagem da despesa corrente dos últimos anos.

O Sr. António Nazaré Pereira (PSD): — Para pagar as vossas contas!

O Orador: — Agora, em desespero, a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças tenta vender ao desbarato o património do Estado e a rede fixa da PT. Está a vender os «anéis!» É a receita extraordinária irrepetível! Uma vez vendida não poderá ser revendida e isto significa que, mesmo resolvendo o problema este ano, voltam a tê-lo no próximo ano. E isto é grave, porque significa continuarem a não querer perceber que o nosso problema fundamental não está directamente no défice. O défice é consequência do nosso problema estrutural, que é o pouco crescimento da nossa economia e o nosso atraso estrutural com a União Europeia.

Aplausos do PS.

Por isso, a vossa política económica destrói a economia e não consolida as finanças públicas.

O que nós propomos é relançar a nossa economia, para vencermos o nosso atraso estrutural em relação à União Europeia, e, assim, podermos consolidar as finanças públicas.

Sr. Deputado Guilherme Silva, um dia que tenha tempo dê-se ao trabalho de ver com atenção o que é que aconteceu ao défice de 1995 até 2001. Verificará que, de 1995 a 2000, tivemos uma redução muito significativa do défice, e isso aconteceu porque houve um crescimento muito significativo da economia portuguesa. O problema, em 2001, foi de abrandamento da economia; em 2002, o problema foi porque paralisaram a economia, logo agravaram o défice. Mas o pior é que as previsões da Comissão europeia e do Banco de Portugal dizem-nos que o próximo ano será ainda pior do que este e que, em 2004, ainda será pior e que por três anos consecutivos cresceremos abaixo da média da União Europeia.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, por favor.

O Orador: — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

Em vez de nos aproximarmos do nosso objectivo, afastamo-nos dele. E o que é terrível, Sr. Deputado Guilherme Silva, é quando na Europa todos os governos e a Comissão europeia discutem a revisão do Pacto de Estabilidade para o adequar à variabilidade da conjuntura, para que não sacrifique o investimento, a posição do Governo português seja a de dizer: não vamos a esse debate, vamos continuar nesta política. E esta política só destrói a nossa economia real, as nossas empresas, o emprego, os nossos trabalhadores e o rendimento das nossas famílias. Isto é que é grave e deveria colocar-vos na estrita obrigação de meditarem sobre o preço altíssimo que estamos a pagar pelo discurso demagógico que fizeram sobre a consolidação das finanças públicas.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António Costa, começo por saudar o Partido Socialista pela realização do seu Congresso, saudar a eleição do Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues e dos demais membros do Partido Socialista para os

diversos órgãos e por dizer que, se houve novidade, pelo menos publicitada, do Congresso do Partido Socialista foi esta clarificação de um discurso de esquerda, discurso ao qual é preciso agora dar conteúdo concreto pelas propostas, e é isto que esperamos ver e acompanhar nos próximos tempos.

Mas, face à intervenção que aqui proferiu e aos problemas que nela colocou, quero colocar-lhe três questões.

A primeira tem a ver com a matéria relativa ao Pacto de Estabilidade e Crescimento e à obsessão do Orçamento, que há pouco aprovámos, com esta questão do défice e do cumprimento do Pacto de Estabilidade. Pergunto-lhe se, hoje, está ou não já provado, se é ou não já claro que esta política de obsessão pelo cumprimento do Pacto de Estabilidade, tal como ele está definido, é prejudicial para os desígnios do nosso país, para o desenvolvimento da nossa economia, tendo em conta o momento particular em que vivemos, e para a convergência com os outros países das União Europeia. Pergunto-lhe se não é absolutamente essencial comprovar, neste momento, que esse caminho não é o correcto e que o País deveria ter uma palavra forte na União Europeia no sentido da revisão deste Pacto de Estabilidade, para que se encontrem outras soluções, mesmo que de meio termo, como, por exemplo, excluir as despesas de investimento da contabilização do défice, ou outras matérias que, assim, possam ser consideradas, em benefício do real desenvolvimento económico.

A segunda pergunta tem a ver com a grave situação social e económica que se vive no nosso país, cujo agravamento é, sem dúvida, da responsabilidade da política deste Governo. Gostaria de saber como é que, neste momento, o Partido Socialista vê a gravidade de uma ofensiva do Governo no plano social, com destaque para a alteração da legislação laboral mas que se prolonga em muitos outros sectores e aspectos da vida nacional, que se traduz numa diminuição dos direitos dos portugueses, numa degradação da sua qualidade de vida e numa frustração das expectativas e dos anseios a que os nossos cidadãos têm legitimamente direito.

A terceira questão tem a ver com o, hoje muito falado, problema dos centros de decisão nacionais, ou seja, com o saberemos como vamos conseguir manter ainda no controlo nacional alavancas fundamentais da nossa economia, que correm o risco — ou já estão — de irem parar às mãos de grupos privados estrangeiros. Pergunto-lhe se a única forma de contrariar este percurso, que ao longo dos anos tem seguido, não é a de suspender, a de repensar, este processo de privatizações, que, ao longo dos anos, tem provado que muitas vezes significa, a prazo pelo menos, a entrega de importantes empresas nacionais ao capital estrangeiro.

Eram estas as questões que queria colocar-lhe, Sr. Deputado.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Costa.

O Sr. António Costa (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, quanto à primeira questão, uma matéria relativamente à qual gostaria que não houvesse equívocos, entendemos que é útil a existência de um Pacto de Estabilidade e Crescimento. Consideramos que é impossível estar-se numa união monetária em que, no conjunto dos países dessa união, não exista um pacto sobre as regras da sua política monetária, sob pena de os

erros de uns serem muito baratos para eles próprios mas pesadíssimos para todos os outros. Tem de haver um Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Agora, tal como resulta do Tratado de Maastricht e do próprio Pacto, este pacto não é só de estabilidade, é um pacto de estabilidade e crescimento. A versão inicial do Pacto foi, obviamente, muito marcada por uma conjuntura excepcional, que os governos europeus entenderam, em erro, como sendo uma conjuntura sustentável ao longo de uma década. Verificou-se que não é e por isso em todos os países, não é só em Portugal, a rediscussão do Pacto está na ordem do dia, a começar pela Alemanha, que foi, como se sabe, o país que mais se bateu para a existência do Pacto como condição para a construção da moeda única.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — E o que hoje se tem verificado é a generalidade dos economistas, na Europa e fora dela — e ainda recentemente, em Portugal, no congresso mundial dos economistas, vimos um prémio Nobel da economia, americano, a explicar isto — dizerem que é totalmente absurdo a constitucionalização de um objectivo de política económica no Tratado, que não tem condições de adaptabilidade e flexibilidade às alterações e evolução da conjuntura.

O Sr. José Magalhães (PS): — Bem lembrado!

O Orador: — Recorde-se que, nos Estados Unidos da América, quando os republicanos quiseram introduzir uma norma constitucional, fixando um tecto para o défice americano, ela não foi admitida; foi rejeitada esta alteração à Constituição. Nós entendemos que deve haver um pacto de estabilidade e crescimento. Porém, parafraseando o Presidente Romano Prodi, entendemos que este pacto deve ser dotado de inteligência para poder ser um instrumento ágil, eficaz e credível de política monetária e não se transformar na asfixia da política económica dos diferentes Estados-membros.

Quanto à segunda questão, Sr. Deputado Bernardino Soares, a nossa posição é também muito clara. Somos contra a actual proposta, apresentada pelo Governo, de legislação laboral. Entendemos que o modelo de reforço da nossa produtividade e competitividade não passa sobre-tudo pela alteração da legislação laboral, passa por uma melhor qualificação dos recursos humanos, por uma melhor competência de gestão, por uma maior rede de infra-estruturas, por um conjunto de factores de reforma da Administração Pública, do sistema de justiça e da organização das próprias empresas que devem e são decisivas para contribuir para estes objectivos.

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, pois o tempo já terminou.

O Orador: — Vou já terminar, Sr.ª Presidente.

Como temos esta preocupação, desencadearemos, aliás, um conjunto de iniciativas aqui, na Assembleia da República — quer seminários, quer visitas de trabalho a empresas nacionais que hoje são das mais competitivas no mercado internacional —, para compreender como foi possível, neste quadro, atingir-se aquele nível de competitividade e o que é necessário e possível fazer ainda para aumentar e melhorar a sua competitividade.

Aliás, «novas políticas para a competitividade» será o tema a que dedicaremos as jornadas parlamentares que terão lugar nos dias 13 e 14 do próximo mês, na cidade de Aveiro.

É um tema que nos preocupa. Agora, temos uma noção clara: o aumento da produtividade e competitividade não pode ser feito à custa dos direitos, da estabilidade do emprego e do rendimento dos portugueses. Não é este o caminho que queremos para Portugal.

Applausos do PS.

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr.ª Presidente, Sr.ºs e Srs. Deputados: A catástrofe ecológica ameaça Portugal.

A costa da Galiza foram atingidas, há cerca de uma semana, por mais de 4000 toneladas de *fuel* derramadas pelo petroleiro *Prestige*. Esta maré negra provocou graves consequências ambientais e económicas naquela região, semeou a morte de milhares e milhares de aves numa reserva natural, levou as autoridades a suspender a pesca e a captura de bivalves numa extensão de 100 km de costa.

A história repete-se com um petroleiro em risco, velho, com mais de 26 anos, sem casco duplo, proibido, desde há 10 anos, de entrar nos portos de Roterdão e Nova Iorque, a navegar com a usual bandeira de conveniência e com uma carga de 77 000 t de elevada toxicidade e potencial de risco não sujeita às necessárias operações de controlo e segurança marítima internacional.

A avaliação do risco eminent e previsível, resultante do desastre provocado pelo rombo do petroleiro na vizinha Galiza, não foi devidamente feita pelo Governo português.

A subavaliação das consequências deste acidente pelas autoridades portuguesas conduziu à situação lamentável de, apenas no final do 5.º dia após este acidente, o Governo ter anunciado a constituição de um gabinete de crise para acompanhar a situação — facto que se verifica, apenas, 7 horas antes de o petroleiro se começar a afundar.

Bem podem, por isso, o Ministério da Defesa Nacional e o Governo aludir à mediana clareza da atitude portuguesa de recusa face à pretensão do petroleiro acostar em Portugal.

Estamos conversados quanto a essa mediana clareza e recusa.

À margem da proclamação do Ministro e do Governo já o petroleiro tinha mudado de rota e se deslocava, perante a irresponsável atitude das autoridades de Madrid, rápido e inexplicavelmente, para sul, em posição próxima e tangencial à zona económica exclusiva portuguesa.

A firmeza, a título póstumo, do Ministro deixa a costa portuguesa do norte e as suas populações ribeirinhas à mercê de uma eventual catástrofe, que o Governo português, por inércia, por incapacidade ou por submissão (não sabemos), não soube, pelos meios dissuasores, diplomáticos e políticos adequados, evitar.

Uma situação que importa prever e prevenir agora para minimizar os seus danos imediatos, previsíveis uns e imprevisíveis outros, já que estamos nas mãos da natureza, designadamente tentar salvaguardar as nossas zonas estuarinas sensíveis dos rios Minho, Lima, Cávado e Douro e,

ainda, garantir o apoio às comunidades de pescadores que, eventualmente, em Caminha e Viana do Castelo, poderão vir a ficar na ruína.

Uma situação de emergência que requer, ainda, a instalação imediata de um sistema de informação em contínuo que permita prevenir e avaliar a localização e o comportamento da carga submersa, que pode constituir uma verdadeira bomba de efeito retardado.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: A situação que temos pela frente é grave e também uma enorme incógnita. Ela conduz-nos, invariavelmente, à reflexão sobre a desatenção dos sucessivos governos que, em Portugal, têm subalternizado uma verdadeira política do mar e sucessivamente adiado a adopção de medidas de vigilância, de prevenção e de segurança marítimas indispensáveis.

Medidas tanto mais prementes quanto a dimensão da nossa zona económica exclusiva — uma das maiores da Europa — e a nossa condição de país ribeirinho, cruzado diariamente por mais de 40 navios, a maior parte dos quais transportando substâncias perigosas e que constituem 40% do comércio marítimo, requereria. É preciso e é urgente que os governos deixem de encarar estas medidas com retórica, assumindo a responsabilidade política da defesa dos oceanos.

Pela nossa parte, mantemos e retomamos propostas, algumas velhas, de anos, desde já, exigindo: a antecipação do calendário para instalação do sistema de vigilância costeira VTS (*Vessel Traffic System*), que permita a fiscalização e a informação em contínuo e em tempo real sobre todos os navios que se deslocam, percorrem ou aproximam da nossa costa; o início de negociações com a Organização Marítima Internacional, no sentido do afastamento dos corredores de passagem de navios na nossa costa, deslocando-os para uma distância superior a 25 milhas; a aquisição de um reboque de alto mar, que continuamos a não ter, que permita, com rapidez, eficiência e segurança, realizar operações de afastamento ou reboque de navios em situação crítica; a definição de regras mais apertadas de circulação na nossa zona económica exclusiva, de forma a garantir maior segurança e prevenir os riscos de poluição causada, em especial, por substâncias perigosas.

Ao longo do tempo, temos sistematicamente avançado com estas medidas, mas entendemos que agora é o momento de, de uma vez por todas (para além dos juízos que necessariamente se possam fazer e que nos parecem indispensáveis), o Governo português as adoptar.

São propostas orientadas para a defesa de um património comum da Humanidade mas que não deixa, por isso, de ser também um património nacional, que não pode continuar a ser ignorado. São medidas que se exigem em nome da defesa dos oceanos, que são um objectivo estratégico de desenvolvimento, pelo que não é tolerável continuar a adiar.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra, para uma interpelação à Mesa, o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.^a Presidente, quero anunciar que iremos entregar na Mesa um recurso de admissão da proposta de lei n.º 29/IX — Aprova o Código do Trabalho, o que, aliás, já tínhamos publicamente

anunciado, com fundamento em constitucionalidade de algumas das suas normas, que consideramos absolutamente relevante e incontornável, e que deve merecer a atenção da Câmara, de forma a que esta proposta de lei não seja admitida.

Nos termos regimentais, esta iniciativa deve merecer despacho do Sr. Presidente da Assembleia da República para a comissão respectiva, a fim de ser analisada no prazo previsto no Regimento para posterior debate em Plenário. Solicito, portanto, que esses procedimentos sejam acionados.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Com certeza, Sr. Deputado. Nos termos regimentais, remetê-lo-ei imediatamente à 1.^a Comissão para apreciação e parecer no prazo de 48 horas. Devo, aliás, dizer que entrou um requerimento, em termos paralelos, do Bloco de Esquerda, que também já teve esse tratamento.

Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

Eram 17 horas e 35 minutos.

ORDEM DO DIA

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, vamos dar início ao debate sobre o conceito estratégico de defesa nacional.

O Sr. António Filipe (PCP): — Peço a palavra, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr.^a Presidente, para fazer uma interpelação à Mesa sobre o andamento dos trabalhos que se vão iniciar e que têm a ver com as grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr.^a Presidente, este debate foi agendado há um tempo razoável pela Conferência de Líderes, aliás, por proposta do Governo e tem, como base de discussão, um documento apresentado pelo PCP em Julho deste ano, um documento apresentado pelo Partido Socialista, datado do dia 12 deste mês, e um documento do Governo, que é, como se comprehende, fundamental para esta discussão e que só foi distribuído aos grupos parlamentares ontem — no que nos diz respeito —, ao fim da manhã.

Não podemos deixar de anotar, Sr.^a Presidente, que esta é uma forma insólita de a Assembleia da República discutir um documento com a importância das grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional.

Seria importante que não se repetisse uma situação como esta, de a Assembleia da República ter de discutir um documento com tal importância, entregue aos grupos parlamentares a pouco mais de 24 horas do debate em Plenário.

Vozes do PCP e do BE: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Fica registada a sua posição, Sr. Deputado.

O Sr. Marques Júnior (PS): — Peço a palavra, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Marques Júnior (PS): — Sr.^a Presidente, para uma interpelação à Mesa, um pouco no mesmo sentido da do Sr. Deputado António Filipe.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Marques Júnior (PS): — Sr.^a Presidente, de facto não se comprehende que um documento com esta importância, que foi objecto de um debate público e com grande intervenção da opinião pública, um documento ao qual o Governo atribuiu uma importância fundamental, dê entrada na Assembleia da República precisamente na véspera de ser discutido. Isto não faz qualquer sentido.

Portanto, também gostaríamos de lavrar o nosso protesto pela forma como o Governo tratou a Assembleia da República. Pode não ter sido intenção objectiva do Governo, mas, a nosso ver, é uma forma de desrespeito pelos trabalhos desta Assembleia.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Fica registado, Sr. Deputado.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional (Paulo Portas): — Sr.^a Presidente, peço a palavra para prestar um esclarecimento à Câmara.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional (Paulo Portas): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Tendo sabido que houve intervenções sobre a vontade da Câmara obter um esclarecimento, por parte do Governo, relativamente ao acidente com o navio *Prestige*, gostaria de sublinhar alguns aspectos.

Primeiro, o Governo seguiu, em todo o momento, uma política de informação e de transparência, regular e sistemática, em todos os aspectos deste acidente.

Segundo, o Governo manifestou a sua disponibilidade para, como é evidente, comparecer e dar todas as explicações que tem de dar, pode dar e deve dar junto do Parlamento.

Terceiro, o grupo de acompanhamento, constituído desde segunda-feira, que segue esta matéria por parte do Governo, obviamente tem um conjunto de informações para dar, e outras em fase de recolha, aos partidos da oposição, que, segundo creio, ontem, terça-feira, solicitaram este debate.

Quarto, a única coisa que o Governo pediu foi que não ficasse precludido o debate sobre o conceito estratégico de defesa nacional, porque, do ponto de vista do interesse

nacional, é relevante que o mesmo seja debatido no Parlamento antes da Cimeira da Aliança Atlântica que amanhã começa.

Quinto, como, sobre isto, parece que foram suscitadas dúvidas, eu, como responsável por aquele grupo de acompanhamento, faço questão em que o debate se realize hoje, termine a que horas terminar. Se pretendem realizar o debate não em perspectiva do interesse nacional mas transformá-lo num mero contraditório entre oposição e Governo, que fique muito claro que o Governo defendeu, em todas as circunstâncias, o interesse de Portugal. E, portanto, estaremos aqui até à hora que for preciso para fazer esse debate.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em nosso entender,...

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Ministro, peço desculpa por o interromper, mas, relativamente à questão que acaba de colocar, seria bom que esclarecêssemos neste momento se há ou não lugar à discussão desta matéria hoje. Portanto, peço-lhe que aguarde um pouco.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Peço a palavra, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — É sobre esta questão, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — É, sim, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, já que o Sr. Ministro da Defesa Nacional manifestou a sua disponibilidade, tendo relembrado que o Governo constituiu um gabinete que, no 5.º dia após o acidente, começou a acompanhar este *dossier*, devo dizer que, por nós, o debate pode realizar-se hoje, mas parece-nos que, a ser assim, devem estar presentes outros membros do Governo para além dos Srs. Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas. Portanto, a disponibilidade manifestada pelo Governo deve estender-se ao Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Estará cá!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, vou propor-vos um procedimento, com o objectivo de não atrasarmos muito o cumprimento da ordem de trabalhos para hoje: se estiverem de acordo, enquanto decorre o debate sobre o conceito estratégico de defesa nacional, contactarei as diversas bancadas para podermos saber se há ou não..

Vozes do PS: — Não, não!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Não estão de acordo?

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr.^a Presidente, peço a palavra.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Bom, então, vamos ter de resolver esta questão agora.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, julgo que não deveria ficar qualquer dúvida sobre a postura de todas as bancadas, designadamente da nossa, quanto ao estilo e à forma de tratar esta questão, porque é uma questão nacional e não aceitamos qualquer suspeição nesta matéria.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional não tem qualquer razão ao insinuar que quem quer que seja,...

O Sr. José Sócrates (PS): — Ninguém, muito menos nós!

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Não falei do PS!

O Orador: — ... por uma calendarização determinada, trata a questão segundo um outro critério. Não aceitamos esta interpretação e suponho que V. Ex.^a faria bem em não a fazer ou insinuar.

Em segundo lugar, o que emergiu da Conferência de Líderes, sem que tivesse sido proposta alternativa, pelas razões que já foram abundantemente referidas — o Sr. Deputado Marques Júnior pode dar um depoimento sobre essa matéria, se houver necessidade de o fazer, e o Sr. Ministro da Defesa Nacional sabe bem a que esteve a aludir —, aquilo que ficou pactuado foi um esquema sério para tratar desta questão e envolve a participação, por exemplo, do Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, que não está presente,...

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Mas estará!

O Orador: — Esse esquema deve ser mantido e organizado seriamente, com a temporalização adequada.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Já chega de desculpas!

O Orador: — Portanto, tratemos desta questão com elevação e terão, por parte da nossa bancada, a atitude rigorosamente correspondente a isso.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado Bernardino Soares, tem a palavra.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.^a Presidente, como manifestámos na Conferência de Líderes e resulta da nossa não intervenção no debate que há pouco foi travado sobre esta matéria, não nos opúnhamos, evidentemente, a que o debate se fizesse na próxima sexta-feira. No entanto, após todos estes incidentes, consideramos que é impossível que o mesmo não se realize hoje.

Portanto, pensamos que o debate se deve realizar hoje.

Quero dizer, ainda, que a intervenção que o Sr. Ministro da Defesa Nacional acaba de fazer também não contribui para a serenidade com que este debate deveria realizar-se.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, de forma muito sintética, quero dar conhecimento da total disponibilidade da minha bancada para que o debate se realize hoje.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr.^a Presidente, foi posição da nossa bancada, e mantém-se, que os debates políticos importantes, em particular esses, devem ser realizados perante o País no momento certo. E o momento certo é agora.

Vozes do PSD: — Só o PS é que não quer!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr.^a Presidente, é para reafirmar o que disse há pouco quanto à disponibilidade do Governo para realizar esse debate hoje, a seguir ao do conceito estratégico de defesa nacional, e o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional voltou a confirmá-la.

Acrescento que, quando, há pouco, eu disse o que disse, já tinha a confirmação do Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente quanto à sua presença no debate a realizar a seguir a este...

O Sr. José Magalhães (PS): — Mas não o tinha dito!

O Orador: — Sr. Deputado José Magalhães, também não me tinha sido perguntado! Mas, naturalmente, como sou uma pessoa responsável, fiz a articulação com todos os Ministros em questão, e é assim, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ao princípio da tarde, perante toda a gente, eu disse, preto no branco, sem tracas, de forma clarinha, linear e transparente, que o Governo, uma vez terminado o debate sobre o conceito estratégico de defesa nacional, estava disponível para prestar esclarecimentos à Câmara.

Naturalmente, o Governo faz-se representar por quem entende, no caso vertente, pelo Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional e pelo Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

Está reafirmada, pelo Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional e por mim próprio, toda essa disponibilidade e, por isso, se a questão é de fundo, é verdadeira e séria, vamos ao debate, imediatamente a este que estamos a iniciar, que é muito importante, e, depois, ao outro. E, assim, as coisas ficam definitivamente clarificadas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PS): — Sr.^a Presidente, se me permite, uma vez que o meu nome foi citado relativamente a esta matéria, gostaria de dar um esclarecimento.

Desde já e obviamente, o Partido Socialista dá o seu acordo e manifesta o seu desejo de que o debate tenha lugar hoje, como, aliás, consta da nossa carta, e sempre foi este o nosso desejo.

Gostaria de dar um esclarecimento e peço ao Sr. Ministro Paulo Portas que confirme o que vou dizer, porque, olhos nos olhos, não pode fazer o contrário.

Ontem, o Partido Socialista, que enviou uma carta ao Governo no sentido de solicitar este debate de urgência, manifestando preocupação pelos acontecimentos, solicitou, igualmente, um *briefing* no centro de crise constituído pelo Governo no Instituto Hidrográfico — e devo sublinhar que, imediatamente, o Governo se disponibilizou a receber-nos e a dar-nos todas as indicações que possuía na altura —, o qual teve lugar às 19 horas de ontem.

Quando, já no fim dessa reunião, aventámos que, uma vez que, hoje, estaria no Plenário o Sr. Ministro da Defesa Nacional, o debate de urgência poder-se-ia realizar hoje mesmo, antes da discussão do conceito estratégico de defesa nacional, o Sr. Ministro retrorquiviu, o que é verdade, que não queria que um debate prejudicasse o outro, o que, obviamente, é compreensível.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Exactamente!

O Orador: — O Sr. Ministro disse ainda — e este é o elemento importante — que iria falar ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, no sentido de o debate poder ser adiado, porque, dentro de 48 horas, o Governo, em princípio, disporia de informações mais actualizadas que seriam relevantes para este debate.

Sr.^a Presidente, eu dei conta deste meu encontro com o Sr. Ministro da Defesa Nacional ao líder do meu grupo parlamentar e, como não soube mais nada, ele geriu a informação conforme entendeu. E, por aquilo que agora posso perceber, o Partido Socialista inferiu este desejo do Governo, que lhe transmiti da forma que acabo de referir, e manifestou disponibilidade para se adiar o debate. Foi isto e não outra coisa...

O Sr. José Magalhães (PS): — Foi isso exactamente!

O Sr. José Sócrates (PS): — Isto é ter sentido de Estado!

O Orador: — Portanto, se me permite esta observação, penso que estas matérias, quer a relacionada com o acidente do petroleiro, quer a relacionada com o conceito estratégico de defesa nacional, são demasiado importantes para estarmos a fazer estes «jogos de florete» — e não quer ofender ninguém.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra o Sr. Deputado António Nazaré Pereira.

O Sr. António Nazaré Pereira (PSD): — Sr.^a Presidente, vejo-me constrangido a concordar, pro-

vavelmente pela primeira vez, com a expressão mesmo agora proferida pelo Sr. Deputado Marques Júnior, de que os dois assuntos que estão em causa hoje — o conceito estratégico de defesa nacional e o acidente do petroleiro *Prestige* — são suficientemente importantes para não merecerem este «esgrimir de florim» a que se tem assistido.

Lamentamos profundamente que alguns Srs. Deputados tenham, ao longo do período de antes da ordem do dia e à volta destes mesmos assuntos, procurado criar os factos que estão à nossa vista.

Sr.^a Presidente, o que me levou a pedir a palavra foi a necessidade de afirmar que a bancada do PSD está disponível para realizar o debate sobre o acidente do petroleiro *Prestige* a qualquer momento, quer na próxima sexta-feira, tal como terá sido definido hoje, de manhã, pela Conferência de Líderes, quer hoje, a seguir ao debate sobre o conceito estratégico de defesa nacional, o qual iniciaremos agora, de acordo com a nossa ordem de trabalhos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr.^a Presidente, conheço o Sr. Deputado Marques Júnior há muito tempo; é um homem de palavra, um homem de carácter, e aquilo que ele aqui disse é verdade.

Devo acrescentar — e ele também não poderá desmentir-me — que eu disse: primeiro, que o Governo estava disponível, como é seu dever, para vir ao Parlamento prestar todos os esclarecimentos; segundo, que, do ponto de vista do interesse nacional — coisa que os partidos que apoiam este Governo e o Partido Socialista entendem —, tendo em atenção a Cimeira da Aliança Atlântica, era importante realizar-se o debate parlamentar, que é o que conta, sob o ponto de vista democrático, na Europa, sobre o conceito estratégico de defesa nacional; terceiro, que havia um conjunto de informações científicas que ainda precisavam de ser ou recolhidas ou analisadas e que o debate, feito hoje, teria um conjunto de informações e, feito amanhã, teria um outro conjunto de informações. No entanto, manifestei sempre a disponibilidade do Governo.

Os Srs. Deputados terão de entender que, embora não tenha sido o seu partido, Sr. Deputado Marques Júnior, hoje, nesta Câmara, houve quem tivesse colocado em dúvida a vontade do Governo em esclarecer estas matérias perante o Parlamento. E isto, peço desculpa, não é verdade!

Portanto, o Governo tem toda a legitimidade para dizer que o debate será hoje até às horas que for, com a informação que dispõe.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, se bem entendo, neste momento, todos os grupos parlamentares querem que o debate se realize hoje. Assim, procederemos ao debate no fim da discussão do conceito estratégico de defesa nacional.

O Sr. José Sócrates (PS): — Peço a palavra, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — É ainda sobre o mesmo assunto, Sr. Deputado?

O Sr. José Sócrates (PS): — É sim, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra.

O Sr. José Sócrates (PS): — Sr.^a Presidente, acho que, agora, as coisas estão claras.

O Partido Socialista sempre quis o debate hoje, porque tem mais sentido político debatermos essa questão hoje do que na sexta-feira. Naturalmente, fomos sensíveis ao argumento do Sr. Ministro, que também tem todo o sentido, porque a realização dos dois debates numa única sessão plenária pode conduzir à desvalorização do primeiro. Mas o nosso único intuito, ao manifestarmos a nossa disponibilidade para adiar o debate, foi o de correspondermos a esse apelo para que os dois debates tivessem uma diferença de 48 horas. No entanto, insisto, o desejo do Partido Socialista — está escrito na nossa carta — sempre foi o de realizarmos esse debate ainda hoje.

Se o Governo está em condições e mostra o desejo de o fazer, fá-lo-emos.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, vamos então dar início ao debate sobre o conceito estratégico de defesa nacional.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Entende o Governo que hoje é um dia importante para a política de defesa nacional por um conjunto de razões.

Em primeiro lugar, porque se cumpre uma etapa importante do Programa do Governo, que subordinava à revisão dos documentos conceptuais da defesa nacional a nova ordenação de prioridades neste sector. Fizemos o compromisso de lançar o debate sobre o conceito estratégico de defesa nacional e de o completar até ao final do ano — compromisso feito, compromisso cumprido!

Em segundo lugar, porque este debate permite dar a Portugal um documento conceptual que é actual e operativo, capaz de enformar um conjunto de opções da defesa nacional. Diria, aliás, a este propósito, que não foi o conceito estratégico de defesa nacional de 1994 que durou pouco tempo, foi o mundo em que vivemos que mudou muito em pouco tempo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — De 1994 até hoje, gostaria de sublinhar alguns factos internacionais relevantes que justificam as alterações propostas pelo Governo. A NATO aprovou o seu novo conceito estratégico; a União Europeia estabeleceu os objectivos globais de Helsínquia, que devem ser cumpridos até 2003; aconteceu a tragédia do 11 de Setembro; e, no espaço da lusofonia, deram-se inúmeras alterações relevantes, a maior das quais foi a independência de Timor-Leste.

Também há factos nacionais relevantes que justificam a alteração do conceito estratégico de defesa nacional: a desconstitucionalização do serviço militar obrigatório em tempo de paz; a evolução para a profissionalização das Forças Armadas; a participação regular das Forças Arma-

das portuguesas em missões internacionais que as prestigiaram e que, do ponto de vista militar, lhes deram um conjunto de experiência e de cultura nova de modernidade, que são extremamente importantes.

Era, portanto, a nosso ver, urgente termos um novo conceito estratégico de defesa nacional, capaz de reflectir circunstâncias que são diferentes, ameaças que são novas e missões que são variadas.

É uma ambição nacional ser relevante nas instituições internacionais em que Portugal participa. A condição prévia para sermos relevantes é que não nos podemos atrasar nem nos conceitos nem nos equipamentos.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, sublinharia que o novo conceito estratégico de defesa nacional não é fruto de uma reflexão em circuito fechado; é resultado de um debate que foi aberto e participado.

Gostaria de informar a Assembleia da República que houve cerca de 50 000 consultas ao site do Ministério da Defesa Nacional onde estavam publicadas as bases do conceito estratégico de defesa nacional, o que revela, para surpresa seguramente de alguns, que há um interesse democrático efectivo nas questões da segurança e da defesa, o que nos auxilia a construir um verdadeiro espírito de segurança e de defesa na população portuguesa, face às novas circunstâncias.

Foram recebidos pelo Ministério da Defesa Nacional 113 contributos individuais de personalidades relevantes neste sector e das mais diversas instituições, o que revela vontade de participar nos debates sobre a defesa nacional.

O Instituto de Defesa Nacional procedeu a 72 audições; a Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional fez um conjunto de trabalhos extremamente importante para a melhoria da proposta de bases do conceito estratégico de defesa nacional; e também não queria deixar de sublinhar o contributo de grande qualidade que foi dado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Naturalmente, damos a maior importância ao debate na Assembleia da República. O texto das grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional é diferente do texto das bases desse mesmo conceito. E, depois deste debate, seguramente o texto final do conceito estratégico de defesa nacional será diferente do texto aqui entregue como grandes opções.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Esperamos o contributo da Assembleia para além daquele que já recebemos de vários partidos políticos. Estamos obviamente disponíveis para melhorar e consensualizar o texto e abertos à recolha de novas orientações.

Como todos sabem, após este debate, ainda tem de ser seguido um conjunto de trâmites até ao texto final, que, repito, em função deste debate, será certamente diferente do texto das grandes opções aqui entregue.

Deste processo podem retirar-se algumas conclusões que, perante a Assembleia da República, gostaria de sublinhar.

Pode perguntar-se se um Estado — e, no caso, Portugal — deve ter um conceito estratégico de defesa nacional público e escrito. Não pode, no entanto, duvidar-se de que o novo conceito estratégico de defesa nacional que Portu-

gal vai ter será público também no sentido de que foi aberto e acessível à opinião pública. Não deve também, a nosso ver, ignorar-se que o texto final que ficar escrito será escrito a várias mãos, desde o Estado à sociedade, desde o Governo à oposição. É este o sentido nacional que deve ter o texto de um conceito estratégico de defesa nacional, num país que assume a tradição de o fazer de forma pública e aberta.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Ao processo têm sido feitos dois reparos sobre os quais não quero deixar de aqui reflectir. Um é o de que o método de debate do novo conceito estratégico de defesa nacional lançado pelo Governo seria uma panaceia para adiar o reequipamento das Forças Armadas. Essa acusação não é veraz. Desde logo, porque, desde o primeiro dia, o Governo disse que entregaria, até ao final do ano, nesta Câmara, quer a proposta de conceito estratégico de defesa nacional, quer a revisão da Lei de Programação Militar, sede ideal para tratarmos a questão do reequipamento. Mas ainda assim, independentemente do conceito estratégico de defesa nacional e da revisão da Lei de Programação Militar, foi já este Governo a assinar um conjunto de contratos de construção ou de modernização de equipamentos militares, como: os navios patrulha oceânicos; a modernização dos F16; na próxima semana, a modernização do P3 Orion; e, já em aberto, a tratar com o Exército, o processo de substituição das suas viaturas blindadas.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Tudo isto sem conceito estratégico de defesa nacional e sem revisão da Lei de Programação Militar.

Em seis meses, creio que é suficiente para demonstrar que o Governo tem uma vontade de reforma do ponto de vista doutrinário e uma determinação efectiva do ponto de vista dos equipamentos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A outra crítica que tem sido feita é que o debate do conceito estratégico de defesa nacional, em si mesmo, seria pouco relevante. E não deixa de ser curioso que quem mais faz essas críticas são aqueles que passaram anos a exigir dos órgãos de soberania um novo conceito estratégico de defesa nacional. Enquanto ele não existia, era importante; nas vésperas de existir, deixou de o ser.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — É isso mesmo!

O Orador: — É da natureza dos críticos profissionais. Mas não é verdade.

Protestos do Deputado do PS José Saraiva.

Quero, Minhas Senhoras e Meus Senhores, dizer alguma coisa sobre grandes opções que presidem e balizam esta proposta do Governo.

Nós assumimos a herança de coragem e lucidez que está presente nos conceitos estratégicos de defesa nacional de 1985 e de 1994. Quanto aos valores essenciais, há uma linha de continuidade histórica que quero aqui saudar e sublinhar. Nós tivemos, como era evidente, o cuidado

de, ao propormos as bases e, agora, as grandes opções, respeitar, em todas as circunstâncias, o que está escrito na Constituição da República Portuguesa e nas leis portuguesas. E também assumimos que queremos retirar da geografia portuguesa o máximo de rentabilidade estratégica que ela nos proporciona, queremos retirar da geografia portuguesa o máximo de potencialidade estratégica que ela nos oferece. Por isso se assume Portugal como um país europeu, de centralidade atlântica e vocação universalista.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Por isso se assume que «Portugal pode e deve operar várias e múltiplas fronteiras», todas elas fazem parte da sua História e do seu destino, todas elas devem fazer parte da defesa e protecção do seu lugar no mundo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Temos uma fronteira política e económica e também cultural, que é europeia; temos uma fronteira de segurança e defesa, que é atlântica e europeia; e temos uma fronteira de identidade e cultura que passa, em primeiro lugar, pelo relacionamento com aqueles que falam a nossa língua.

Portugal, a nosso ver, é tudo isto e retirar qualquer destas dimensões de um conceito estratégico de defesa nacional é diminuir a potencialidade estratégica do País.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, encaramos a defesa nacional como abrangente; temos uma visão que consideramos actualizada nas questões da segurança externa e da segurança interna; e propomos uma articulação mais cuidada entre as políticas de defesa e externa, entre as políticas de defesa e de segurança interna, entre as políticas de defesa e as políticas de educação.

Mas entendamo-nos: este é um conceito estratégico de defesa nacional, porque é isso que a lei exige; não é um conceito estratégico nacional, que alguns pedem, mas que não é o que aqui está em causa. E nós preferimos ter um conceito estratégico de defesa nacional que tenha linhas de orientação claras e permita, portanto, a seguir, fazer escolhas igualmente nítidas do que um mero debate intelectualmente interessante, mas que não tenha consequências do ponto de vista da operacionalidade das nossas políticas de defesa ou política externa.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Quais são, no essencial, os passos em frente que esta proposta de grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional dá ou oferece a Portugal? No entendimento do Governo, podem verificar-se, capítulo após capítulo, algumas novidades, alguns passos em frente, algumas questões extremamente interessantes do ponto de vista do debate político, desde logo quanto aos valores permanentes.

Neste campo fazemos um compromisso, o compromisso de que o Estado português se deve preparar para defender a vida e os interesses dos portugueses, onde quer que estejam, em qualquer lugar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Este compromisso é, talvez, o mais exigente de toda a proposta que entregámos, porque implica um grau de preparação e de exigência, nos próximos anos, que ninguém pode ignorar. Ser capaz de respeitar o Direito Internacional e, tendo justificação para isso, de proteger a vida e os interesses dos portugueses, onde quer que estejam e em qualquer momento, significa uma cultura de acção conjunta entre os ramos das Forças Armadas, uma detenção de meios de projecção de forças, uma capacidade de apoio de informações e uma capacidade de sustentação que representam, para o Estado português, um esforço de investimento importante nos próximos anos.

Sublinharia, em segundo lugar, as questões que se prendem com o espaço estratégico de interesse nacional, seja ele permanente ou conjuntural. A primeira delas é a capacidade de vigilância do espaço marítimo e aéreo de Portugal naquilo em que podemos estar, precisamente, no valor material da soberania nos dias de hoje — a capacidade de fazermos, por nós próprios, embora enquadrados num sistema de alianças, a vigilância marítima e aérea do espaço territorial português, seja ela permanente, seja ela conjuntural. Esta capacidade implica também um esforço nacional, que vem sendo seguido do ponto de vista de capacidade de controlo e de comunicações, que deve estender-se do continente ao arquipélago da Madeira e até ao dos Açores, e do qual precisamos absolutamente para garantir esta capacidade de vigilância.

Sorri o Sr. Deputado e meu amigo José Saraiva, mas essa vigilância, hoje em dia, não é feita a partir de Portugal.

Vozes do CDS-PP: — Bem lembrado!

O Orador: — Chamaria, também, a atenção para a necessidade de encararmos alguns desafios do futuro e de nos preparamos a tempo para constituir «o caso português» em algumas negociações internacionais. As águas territoriais, a zona económica exclusiva, os fundos marinhos contíguos, tudo isto já é conhecido, mas está à disposição de Portugal melhorar a sua situação nesta matéria nas negociações da chamada «plataforma continental».

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — E isto não foi esquecido na proposta de grandes opções do conselho estratégico de defesa nacional, o que corresponde a uma prioridade que o Governo assume.

Ainda no quadro do espaço estratégico de interesse nacional, gostaria de sublinhar a referência que fazemos à necessidade de Portugal estar atento, de participar e de ter até uma linha de política externa específica e própria relativamente ao diálogo com os países do Mediterrâneo e, em particular, com os países do Magrebe. Muitas vezes, esquecemo-nos de que, para além da fronteira continental, temos uma fronteira atlântica e ainda tendemos mais a esquecer de que não temos apenas um vizinho, temos dois vizinhos, e ainda de que Portugal tem, até, uma capacidade própria de relacionamento com os países do Magrebe que, assumida a circunstância de ser decisiva a estabilidade nessa região para a Europa e, portanto, para Portugal, devemos cultivar e desenvolver também por nós próprios.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Não será necessário sublinhar aqui que não temos, em relação ao Magrebe, nem os problemas que outros têm nem o passado que outros têm.

Sublinharia, também, que, no que diz respeito às ameaças relevantes, chegamos a dois pontos que têm sido objecto de forte discussão pública: primeiro, a consideração do terrorismo como ameaça, do ponto de vista do Estado português. Nós consideramos que o terrorismo é um ameaça ao sistema de Estados, aos Direitos Humanos e às sociedades livres. É a ameaça mais perigosa, mais letal, e mais presente no mundo que nós conhecemos, hoje. Seria, portanto, estranho que um conceito estratégico de defesa nacional português, feito em 2002, ignorasse a questão do terrorismo, ou não lhe desse o relevo que ele efectivamente tem.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Gostaria aqui de dizer que me parece pouco consistente alguma linha de pensamento que, de quando em vez, pretende equiparar a observação romântica sobre os atentados bombistas do início do século XX, ou do final do século XIX, com o terrorismo de massa que o mundo do século XXI conhece. Talvez a genealogia da ideia de terrorismo seja a mesma: o uso de meios violentos para afirmar posições políticas. Porém, gostaria de sublinhar que o terrorismo que conhecemos no século XXI nada tem a ver com a defesa dos pobres ou dos oprimidos,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... nada tem a ver com o combate, pelo meio mais violento, contra uma tirania. O terrorismo que nós conhecemos no século XXI apoia-se em redes de sustentação financeira poderosíssimas...

O Sr. José Saraiva (PS): — É!...

O Orador: — ... e apoia-se directamente naquilo a que eu chamaria a visão mais reaccionária que se pode ter da evolução de uma sociedade, que é a visão do fundamentalismo teocrático sobre o homem e a sociedade. É este o terrorismo do século XXI que nós conhecemos, e é por isto que este terrorismo tem de ser combatido sem qualquer hesitação!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Creio que todos nesta Câmara reconhecemos, com gosto, que Portugal — o Portugal democrático — fez uma escolha de vida, que é vive em liberdade e em segurança. Considerar o terrorismo como uma ameaça nacional e como uma forma de agressão que pode vir do exterior, através de meios extremamente variáveis, cuja concretização é extremamente difícil de prever, tem um único sentido: garantir a nossa segurança para proteger a nossa liberdade!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Quero, ainda, sublinhar um outro ponto que tem sido objecto de enorme polémica: o problema da participação auxiliar das Forças Armadas no combate ao crime organizado transnacional. Aqui, como terão repara-

do aqueles que fizeram uma leitura muito pormenorizada quer das bases quer das grandes opções, foram retiradas expressões, que poderiam ser criticadas por serem vagas ou genéricas neste sector, neste domínio, e foram incluídas algumas outras matérias, porque a esmagadora maioria das instituições ouvidas assim o solicitou e o Governo concorda.

O que é que, de essencial, propomos e defendemos, aqui? Em primeiro lugar, queremos as Forças Armadas a participarem em acções de fiscalização, detecção ou rastreio do tráfico de droga que é feito no espaço marítimo português.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Temos centenas de quilómetros de costa e, pela nossa geografia, estamos demasiado próximos de rotas de narcotráfico que são frequentadas e somos, ainda, fronteira externa da União Europeia.

A nosso ver, não é possível dispensar a colaboração dos meios navais e dos meios aéreos, no combate ao maior flagelo das sociedades modernas que é o tráfico de droga!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. José Saraiva (PS): — Já era assim!

O Orador: — Mas eu faria aqui uma pergunta, mais de sentido prático, para que este debate tenha serenidade. Muitos dos que criticam esta opção do Governo, traduzida para princípio escrito, quer das bases quer das grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional, esquecem depressa demais que, nomeadamente, a marinha portuguesa, já participava em operações de combate ao tráfico de droga...

O Sr. José Saraiva (PS): — Já era assim!

O Orador: — ... e nunca ninguém suspeitou da ilicitude, muito menos da constitucionalidade dessa participação!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E se assim já era, e se nunca houve problema, então, qual é o problema de oferecermos as Forças Armadas, sob a liderança das autoridades competentes, para reforçar o combate ao tráfico de droga? Por nós, não há problema algum!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, avança o Governo para a participação auxiliar das Forças Armadas no combate às redes de promoção e exploração da imigração ilegal.

Suponho ser indiscutível, para todos, que o problema da imigração ilegal é, hoje, um problema europeu, é um problema no quadro da Península e é um problema também português. Suponho que todos concordamos em que o tráfico de pessoas e as redes de imigração ilegal representam um dos mais severos desafios às convicções humanistas e democráticas que, tenho a certeza, a esmagadora maioria dos portugueses tem e que a esmagadora maioria dos portugueses, aqui representados, também tem!

Porque a imigração ilegal, o tráfico de pessoas é feito pelos respectivos promotores e exploradores, com absoluta violação dos mais elementares direitos humanos. Neste ponto, surpreendem-me muito as críticas à participação das Forças Armadas nesta matéria, que é uma participação bem enquadrada e bem definida no texto das grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu gostava de apelar à leitura humilde do *Diário da República*, que não será uma literatura por demais interessante mas que, em todo o caso, é esclarecedora. Mas que mal tem, que delito existe em oferecer a participação auxiliar das nossas Forças Armadas no quadro do combate à imigração ilegal se o Decreto-Lei n.º 43/2002 e o Decreto-Lei n.º 44/2002, particularmente no seu artigo 6.º, alíneas k) e l), já a prevêm e legalizam? Diz o primeiro desses decretos que o sistema de autoridade marítima tem competência para prevenir e reprimir a imigração clandestina,...

Vozes do PS: — Certo!

O Orador: — ... para prevenir e reprimir a criminalidade, o narcotráfico, o terrorismo e a pirataria.

Sei que este decreto-lei foi feito por um ministro que era democrata-cristão, mas foi subscrito por colegas que o não eram! E se, no tempo do Partido Socialista, permitir que as Forças Armadas, nomeadamente a nossa marinha, que é o que está nas Grandes Opções, participem no combate à imigração ilegal era normal, no nosso tempo, normal será! Ou seja: não são comprehensíveis críticas a um conceito estratégico de defesa nacional que, de facto, avança em certas matérias de segurança interna, mas avança bem estribado na lei, dentro da Constituição e sob liderança das autoridades competentes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Finalmente, também se prevê um terceiro ponto que tem a ver com a participação das Forças Armadas na definição da segurança dos chamados pontos estratégicos e vitais de Portugal. Também nesta matéria, ou seja, no permitir que Portugal tenha os seus centros vitais em funcionamento permanente, que não possa ser interrompido por qualquer crise, creio que a opção feita na proposta do Governo é melhor do que a realidade que, hoje, temos, se quiserem, por formalizar ou legalizar.

Parece-me melhor que a segurança dos pontos vitais conte com as experiências das Forças Armadas em vez de ser entregue a empresas privadas. E esta minha visão foi claramente entendida como legal e constitucional pelo Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República n.º 147/2001. Portanto, também aqui, o texto da proposta é criticável doutrinalmente mas não do ponto de vista constitucional ou legal.

Finalmente, queria sublinhar que, no sistema de alianças, nós retiramos da circunstância geográfica portuguesa a máxima potencialidade que ela nos pode oferecer.

Não tem grande sentido — a nosso ver — uma querela entre europeísmo e atlantismo no quadro do conceito estratégico aqui proposto. E não tem pela simples circunstância de que Portugal toda a vida foi, é e será um país euro-atlântico. Por isso mesmo, não estamos interessados nem numa visão puramente continental das questões da defesa nacional nem numa visão puramente atlântica das questões da defesa nacional; antes diria que estamos inte-

ressados (e, para além disso, quase fatalmente interessados) numa visão complementar, conjugada entre a dimensão europeia e a dimensão atlântica.

Muita coisa pode ter mudado no mundo, a nossa geografia, em todo o caso, não mudou: continuamos a ter à nossa frente um oceano e não, propriamente, um rio continental!

Sublinharia ainda as opções que são feitas quanto aos meios necessários e o compromisso e a exigência que esse compromisso implica para este Governo, para o Parlamento e, em geral, para os órgãos de soberania.

Por um lado, quanto aos meios, temos de perceber que o ponto de partida é uma divergência séria entre o nível de investimentos militares português e o nível de investimentos militares da média dos países europeus da Aliança Atlântica. Não temos alternativa: se queremos defender a nossa relevância política — e este Governo quer defender, com certeza, a relevância política de Portugal nas instituições internacionais — teremos de progredir nesse nível de investimentos, assumindo ao mesmo tempo o compromisso de ter ganhos de eficiência em matéria de despesas de funcionamento.

Relativamente ao modelo de Forças Armadas, também aqui o conceito é orientador, porque nos diz que vamos ter Forças Armadas mais conjuntas, com menos espírito de «cada um por si», «cada ramo por si»; Forças Armadas mais combinadas, capazes de cooperar com os nossos aliados; Forças Armadas normalmente, e sem qualquer problema, com menos efectivos, mais e melhor equipados; Forças Armadas com menos dispositivo territorial clássico, com mais capacidade de projecção e sustentação de forças. É o que se exige de uma visão moderna, actual das Forças Armadas.

Queria sublinhar que o Governo também avança nas missões de interesse público cometidas às Forças Armadas.

Queremos as Forças Armadas mais envolvidas na prevenção da destruição florestal cíclica a que o nosso país assiste? Queremos! Queremos as Forças Armadas mais envolvidas na prevenção dos atentados ao nosso ecossistema? Queremos! Queremos as Forças Armadas mais envolvidas no apoio à população quando há problemas de planeamento civil de emergência e de protecção civil? Queremos, sim senhor! Queremos Forças Armadas mais envolvidas em salvar vidas no nosso próprio espaço territorial e em impedir a degradação de recursos naturais que são portugueses? Queremos, sim senhor!

O contrato de confiança que propomos ao País sobre as nossas Forças Armadas é dar-lhes prestígio militar e, ao mesmo tempo, demonstrar todos os dias a sua utilidade em tempo de paz e a enorme dignidade e brio com que desempenham as missões que os órgãos de soberania competentes lhes atribuem.

Sabendo eu que este conceito estratégico de defesa nacional, nas suas grandes opções, é debatido no Parlamento mas não votado, queria terminar esta intervenção solicitando ao Parlamento (que conta com as nossas abertura e disponibilidade para melhorar e corrigir o texto, abertura que já foi expressa em todos os momentos deste debate) que dê, embora não vote, a esta proposta de conceito estratégico de defesa nacional a força e a sustentação que nós, no Governo, entendemos que ela merece, no preciso momento em que as nossas Forças Armadas estão a demonstrar, quer numa situação interna quer numa situação externa, a enorme importância que

têm para Portugal e o enorme brio com que desempenham as suas missões.

Todos os dias, temos a Força Aérea e a Marinha a demonstrar que sem elas não seríamos capazes de enfrentar uma situação como aquela que discutiremos no final deste debate, além de que estamos nas vésperas de uma cimeira da Aliança Atlântica, na qual há razões para crer que o papel de Portugal, que passa pelo brio e pela competência das Forças Armadas, será reconhecido como é devido que seja reconhecido.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

A Sr.º Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, inscreveram-se os Srs. Deputados Correia de Jesus, Telmo Correia, Ana Drago, Marques Júnior, Rui Miguel Ribeiro, João Soares e José Lello.

Para além do tempo de intervenção que está previsto no quadro electrónico, o Sr. Ministro dispõe de mais 5 minutos cedidos pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Correia de Jesus.

O Sr. Correia de Jesus (PSD): — Sr.º Presidente, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, quero começar por cumprimentar V. Ex.º pelo notável documento que o Governo apresenta hoje a esta Câmara, em que se constatam as grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional.

Quem analisa este documento com isenção, objectividade e serenidade conclui que estamos perante um documento que, quer do ponto de vista metodológico quer do ponto de vista da substância, é, a todos os títulos, notável. E essa terá sido, certamente, a razão pela qual ele conciliou o interesse de tantos portugueses.

O conceito é amplo, aborda várias vertentes da realidade, mas queria apenas concentrar-me em dois aspectos. O documento apresenta o quadro rigoroso das ameaças, das ameaças clássicas e das novas ameaças, e focaliza de forma enfática a ameaça que a todos nos preocupa, a ameaça do terrorismo (hoje, nessa nova forma globalizada do terrorismo, a que alguns especialistas já chamam «hiperterrorismo») e, também, o crime organizado.

Como todos sabem, hoje é muito difícil discernir a fronteira entre a guerra e o crime, daí que o conceito seja paradigmático na abordagem destas duas ameaças.

No entanto, o conceito confronta-nos, a este respeito, com o difícil equilíbrio entre a segurança e a liberdade. Sr. Ministro, por essa razão, perguntaria a V. Ex.º se não deveria haver, de forma mais explícita (porque entendo que ela existe implicitamente) uma preocupação de caracterização jurídico-legal do «estado de crise», em contraponto com os estados que estão já estratificados no nosso Direito, de modo que não houvesse a mínima dúvida sobre a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias fundamentais. Sabemos que não corremos esse risco, mas, uma vez que se trata de legislar e de teorizar acerca de matéria tão importante, penso que a densificação do «estado de crise» seria extremamente pertinente. Era esta a questão de fundo que queria colocar-lhe, Sr. Ministro.

Por outro lado, gostava de saber se o conceito que o Governo apresenta a esta Assembleia permite uma nova e mais eficaz adequação do sistema de forças, do dispositivo em relação à realidade geoestratégica do País, e se, levado até às últimas consequências, implica, ou não, um

redimensionamento dos ramos e uma redistribuição de meios pelo território nacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, há momentos, quando anunciei os Srs. Deputados inscritos para formular pedidos de esclarecimento, não mencionei a Sr.^a Deputada Isabel Castro, porque a Mesa não se tinha apercebido da respectiva inscrição. Fica feita a correcção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, para além de cumprimentar V. Ex.^a, queria fazer-lhe uma pergunta muito directa, que se relaciona com a matéria que hoje aqui nos trouxe.

A pergunta prende-se com o seguinte: V. Ex.^a falou, várias vezes, da vocação atlântica do País, inclusive da importância da participação de Portugal na NATO. Ora, sabemos que a NATO está, neste momento, por questões essencialmente operacionais e de opção, a tentar reduzir o actual número de comandos estratégicos. Sabemos também que essa redução do número de comandos estratégicos pode chocar directamente com um dos comandos regionais da NATO, designadamente o comando sediado em Portugal, e isso tem sido matéria de preocupação, várias vezes suscitada na opinião pública — e é de importância para Portugal manter esse comando.

Ouvি, de resto — e, devo dizer-lhe, com alguma curiosidade —, um «general-comentador» — que não é o mesmo que um «comentador-general», pois são realidades diferentes!..., general esse que não só está na reforma como também fala sobre reformas gerais...

Risos de Deputados do CDS-PP e do PSD.

Mas, dizia, ouvi um «general-comentador» afirmar recentemente que, se Portugal não mantivesse este comando, isso seria uma derrota do Governo português, o que é uma afirmação extraordinária, até porque a negociação vem de trás e o importante (o que, certamente, o Governo procurará fazer) é manter este mesmo comando. Portanto, sabendo-se que este problema vem de trás, esta afirmação é, no mínimo, curiosa.

Sublinhando a importância para Portugal da manutenção deste comando regional da NATO e sabendo que, brevemente, vai iniciar-se uma cimeira da NATO (em que V. Ex.^a estará presente), na qual esta matéria poderá vir a ser tratada, pergunto-lhe, Sr. Ministro, muito concreta e directamente, que expectativa leva e que informação pode dar-nos, neste momento, sobre essa importantíssima manutenção para um País que é atlântico e que deve apostar firmemente na sua participação na NATO.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Informo os Srs. Deputados de que o Sr. Ministro irá responder aos pedidos de esclarecimento por grupos de quatro.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro Paulo Portas, segui com atenção aquela que foi a sua explicitação sobre o debate que hoje aqui tra-

vamos e devo dizer-lhe que fiquei um pouco confusa, uma vez que o Sr. Ministro começou por dizer que era necessário discutir o conceito estratégico de defesa nacional, porque ele era central num processo de modernização das Forças Armadas — ou seja, não era apenas o mundo que tinha mudado mas havia implicações práticas — e, também, havia que definir quais eram as novas áreas de intervenção das Forças Armadas porque, dizia o Sr. Ministro, o mundo mudou.

Contudo, ao longo do seu discurso, pelo que fui percebendo, este debate sobre o conceito estratégico de defesa nacional não era necessário porque, afinal, já está tudo em curso; afinal, já está legislado o quadro de competências de acção das Forças Armadas no combate às redes de imigração e, afinal, o próprio reequipamento e a modernização das Forças Armadas também já estão em curso. Portanto, há algo aqui que, de facto, não terei compreendido, mas o Sr. Ministro esclarecer-me-á, certamente.

Gostaria de dizer-lhe, Sr. Ministro, que a proposta e os textos que hoje estamos a discutir traduzem, claramente, um entendimento que nos parece algo redutor, diria mesmo, pouco claro e um pouco contraditório do que deve ser o conceito estratégico de defesa nacional.

Em primeiro lugar, o conceito é restrito e um pouco empobrecedor porque, ao longo de todo o texto, o que é fundamental e notório é que todo o conceito está, no essencial, subordinado àquela que consideramos ser uma concepção militarista do que é a defesa nacional. Ou seja: o documento enuncia, por vezes, alguma filosofia preventiva mas, no essencial, vai subordinar o conceito estratégico de defesa nacional a uma intervenção militar na promoção de algo tão importante quanto é a segurança colectiva.

Em segundo lugar, este é, de facto, um texto pouco claro. É verdade que o Sr. Ministro esclareceu que Portugal é um País europeu, com duas fronteiras, dois vizinhos... — ficámos esclarecidos e não contestamos. Contudo, há aqui aspectos pouco claros. Senão vejamos: nas áreas de intervenção e de combate à criminalidade organizada transnacional e às redes de imigração clandestinas, o Sr. Ministro não nos disse quem vai controlar e autorizar a acção das Forças Armadas nestes desígnios nem como será feita a articulação com as forças de segurança interna.

Acima de tudo, parece-me que este documento não consegue avaliar quais são as estratégias necessárias para lidar com aquilo que apelida de «novas ameaças». Portanto, a matriz militarista aqui anunciada parece não responder claramente ao que o Sr. Ministro dizia, no sentido de combater as poderosas redes financeiras que sustentam o terrorismo na actualidade. Ora, nunca vimos por parte do seu partido ou por parte do Governo qualquer tentativa ou intenção de combater nesse campo da fiscalidade, das transações financeiras.

Por fim, diríamos que o conceito estratégico de defesa que é aqui defendido é contraditório na medida em que o Estado português se compromete a seguir as directivas das instituições internacionais de regulação dos conflitos na área internacional e, portanto, advoga uma concepção humanista. No entanto, todo o conceito estratégico de defesa nacional está subordinado àquilo que é a pretensa de Portugal à NATO. Ora, como sabe, a redefinição do conceito estratégico da NATO abriu não só um lado ofensivo por parte da Aliança Atlântica como estendeu aquilo que era a sua área de intervenção original.

Como nos parece que há aqui uma clara contradição, queria perguntar-lhe se é em nome destes valores humanistas que são anunciados e em nome da defesa desta segurança com várias dimensões que, como agora no caso do *Prestige*, tem uma dimensão ambiental, tem dimensões sociais e dimensões no que toca aos direitos humanos, se é em nome da defesa da paz como um direito das pessoas e das comunidades que o Estado português poderá estar disponível para arrastar Portugal para uma guerra no âmbito do ataque ao Iraque com os seus aliados no quadro da Aliança Atlântica. Em suma, gostaria de saber se o Governo português arrasta Portugal para um ataque que entende fazer a guerra para prevenir a guerra.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Narana Coissoró.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, esta é uma matéria que justifica o maior consenso possível. O PS deu o seu contributo para o documento que o Governo apresentou e colocou em debate público e continua disponível para o consenso.

O conceito estratégico de defesa nacional deve ser a matriz fundamental da política de defesa e das orientações estratégicas das Forças Armadas. Deve afirmar um compromisso público com o País, deve envolver os órgãos políticos responsáveis pelas Forças Armadas e deve conter as grandes opções estratégicas de onde devem emanar as concepções estratégicas mais concretas que têm de ter uma reserva de Estado, sob pena de se traduzirem em meros exercícios académicos.

Penso que deveria ser alterada a fórmula de aprovação do conceito estratégico de defesa nacional. Devia ser por lei da Assembleia da República e não por resolução de Conselho de Ministros. Parece evidente que deveria ser assim e precisamos, efectivamente, de alterar a lei.

O conceito estratégico de defesa nacional conforma a estratégia global do Estado que envolve o todo nacional, incluindo as Forças Armadas, mas não só, para a consecução de objectivos permanentes de defesa nacional tal como são definidos pela Constituição ou pela lei.

Na verdade, este documento que o Sr. Ministro pôs à nossa consideração privilegia a componente militar em prejuízo de outras componentes que deviam formar as Forças Armadas.

A componente militar aparece quase como exclusiva, sem referir, por exemplo, sectores estratégicos, reservas estratégicas essenciais com relevância para a defesa nacional.

O documento que estamos a analisar, mesmo na sua vertente exclusivamente militar ou quase militar, é muito generalista, procurando abranger tudo, não definindo uma hierarquia de valores e prioridades. Por exemplo, na questão importantíssima das ameaças não refere quais são as mais graves ou as mais prováveis, o que significa que ao nível das capacidades das Forças Armadas não haja igualmente uma prioridade, o que implicaria que o conceito estratégico militar tivesse de prever respostas iguais para todos, o que é manifestamente impossível.

Este documento, apesar de afirmar Portugal como euroatlântico, o que é correcto, privilegia de forma muito desequilibrada a componente atlântica em prejuízo da componente europeia.

Há uma relativa novidade no reforço das Forças Armadas em missões de segurança interna, embora reconheça que o Sr. Ministro introduziu neste documento alterações significativas que vão de encontro às nossas preocupações. De qualquer modo, as Forças Armadas devem actuar sempre de uma forma supletiva com as forças de segurança quando estas não têm meios suficientes. Apesar de tudo, este quadro de intervenção das Forças Armadas deve ser mais clarificado.

Por último, Sr. Ministro da Defesa, a própria sobrevivência das Forças Armadas. A importância do debate e a mobilização da opinião pública não resolvem o problema fundamental que é o da própria existência de Forças Armadas e que pode estar posta em causa com o fim próximo do serviço militar obrigatório e sem uma alternativa consolidada por causa das dificuldades de recrutar efectivos.

O documento até podia ser o ideal, mas quem lhe vai dar suporte? A profissionalização das Forças Armadas é considerada um dado adquirido. Como vai o Governo resolver o problema da falta de efectivos? Quem vai recrutar? Com que orçamento? O Orçamento que acaba de ser aprovado não deixa margem de manobra. Ele não cobre as despesas do ano 2002 e para o ano 2003 há uma sobreorçamentação muito significativa e, Sr. Ministro, sem dinheiro...

Sr. Ministro, este documento, apesar do esforço, em minha opinião, não tem a força que mobilize os portugueses e não consegue a empatia desejada de modo a que os cidadãos compreendam a importância da defesa nacional nas sociedades modernas.

O documento é extenso, não é impressivo relativamente ao que é importante, não faz escolhas nem opções hierarquizadas. Receio que se torne no tal documento «com o qual» ou «sem o qual» fica tudo «tal e qual».

Esperamos que o debate consiga corrigir alguns aspectos, tornando-o no conceito estratégico de defesa nacional de que Portugal precisa. Mas, Sr. Ministro, mesmo o documento mais perfeito não resolve qualquer problema se não houver vontade política de considerar a defesa nacional como uma prioridade.

Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional e Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, em que quadro estratégico se enquadrar o facto de Portugal não vetar a presença do Presidente da Bielorrússia em reuniões internacionais?

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr. Presidente e meu distinto amigo que eu nunca tinha cumprimentado nesta bancada estando V. Ex.^a aí, a presidir aos trabalhos.

Queria dizer ao Sr. Deputado Correia de Jesus que há um sinal no conceito estratégico de defesa nacional, tal qual o propomos e admitimos melhorar, de que queremos um verdadeiro sistema nacional de gestão de crises. Para não se estabelecerem equívocos, até reduzimos as referências ao estado de sítio e de emergência por ser desnecessário

ou redundante, mas o trabalho essencial nessa matéria também é do Parlamento e a reflexão nessa matéria também é do Parlamento.

Quanto à pergunta que me fez o Sr. Deputado Telmo Correia, meu caro amigo também, queria apenas dizer-lhe o seguinte: Portugal tem uma negociação difícil no quadro da Aliança Atlântica relativamente à estrutura de comandos. Por diversas circunstâncias, o Governo recebeu essa negociação numa posição muito crítica. Envolveu toda a comunidade diplomática de acordo com uma orientação que consta de um despacho do Sr. Primeiro-Ministro, do Ministro do Estado e da Defesa Nacional e do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e envolveu toda a comunidade militar para ultrapassar o ponto crítico dessa negociação.

Portugal nunca ficou só, mas várias vezes foi obrigado a quebrar o silêncio ou o consenso para defender aquilo que não é apenas um interesse nacional, é uma visão equilibrada da representação por zonas do globo na Aliança Atlântica.

Portugal vai para este problema numa equação que é muito difícil, Sr. Deputado. Vão entrar mais países na Aliança Atlântica, portanto, mais legítimos interesses. Vão ser diminuídas, num número que pode ir até nove, as estruturas de comando actuais da Aliança Atlântica.

Protestos do Deputado do PS José Saraiva.

Sr. Deputado José Saraiva, olhe que penso que o que estou a dizer é relevante e interessa-me tanto a mim como a si porque somos ambos patriotas! Aquilo que lhe posso dizer, e o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros pode confirmar, é que temos o orgulho de poder dizer que, neste momento, a negociação está melhor para os interesses de Portugal, seguramente melhor, do que no momento em que recebemos o dossier.

O Sr. José Saraiva (PS): — Então, por que razão vetou!

O Orador: — E os documentos estruturantes para definir a nova estrutura de comandos regionais e estratégicos da Aliança Atlântica são, neste momento, mais favoráveis a Portugal quando já foram extremamente desfavoráveis.

É isto que posso dizer-lhe!! Não lhe posso dizer que o comando regional está ganho porque é uma luta de todos os dias, mas posso dizer-lhe que a posição do Governo português, desde o início, citando o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, de manter níveis relevantes de decisão na Aliança Atlântica é uma decisão que podemos ganhar se mantivermos a guarda até ao último dia!!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Queria ainda dizer à Sr.^a Deputada Ana Drago o seguinte: certamente será defeito do Governo se o conceito não for demasiado claro, mas há um conjunto de matérias que devem ter elemento comparativo entre o conceito de 1994 e o conceito de 2002. Muitas das matérias de que aqui falei não estão no conceito de 1994, estão no de 2002. Entretanto, podem ter sede ou entendimento em alguns dispositivos legais. O que não aceitamos é a crítica de que este é um conceito estratégico de defesa nacional securitário — crítica tão querida ao Bloco de Esquerda — na medida em que não só se limita a institucionalizar, de um ponto de vista actual, de um ponto de vista operativo, um con-

junto de missões em que as Forças Armadas supletivamente são importantes, como a dar guarida, do ponto de vista conceptual, aquilo que já está nalguns dispositivos legais.

Devo dizer ao Bloco de Esquerda que, em todo o caso, reconheço que tem uma atenção crescente aos temas da defesa, mas é uma atenção crescente que precisa de começar nos papéis no início dos problemas e se a participação das Forças Armadas em missões de segurança interna é para vós um grande problema, então já devia ter sido há mais tempo porque ela já começou há mais tempo.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Sr. Ministro, já está a ultrapassar o seu tempo. Tem de terminar.

O Orador: — Sr. Presidente, conto sempre com o seu rigor. No entanto, preciso de responder também ao Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Dou-lhe a mesma benevolência que dei ao Sr. Deputado Marques Júnior.

O Orador: — Nem esperava outra coisa, Prof. Narana!

Sr. Deputado Marques Júnior, faremos um esforço para ir de encontro às críticas que aqui fez.

Há uma que é subjectiva, que é saber se os conceitos têm alguma empatia, se conseguem alguma «empatia». Não desistirei de a conseguir junto dos Deputados socialistas, em todo o caso, a empatia deste conceito é certamente maior do que a dos anteriores porque o método de discussão foi diferente, pois em vez de ser discutido num grupo pequeno de pessoas especialistas foi discutido por toda a gente que o quis discutir. Ora, isso já é uma forma de empatia democrática relevante.

Sr. Deputado, quanto à profissionalização, que foi a questão determinante que colocou, esse problema é de toda a gente nos órgãos de soberania em Portugal. Sabe, porque eu o disse — disse-o na Comissão de Defesa Nacional e repito-o no Plenário —, que o Governo trará ao Parlamento um relatório sobre a situação da profissionalização e todos temos de assumir as responsabilidades.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não interessam estados de alma relativamente à concordância que o Sr. Deputado ou eu possamos ter com as opções que foram feitas e existem comandos legais que têm de se cumprir. Em função disso, vamos definir o estado das coisas, fazê-lo com transparência e avaliar as hipóteses que temos.

Esta é uma responsabilidade de todos, Governo, oposição, Parlamento, Presidência da República, Comissão de Defesa Nacional, repito, de todos, porque o problema é de todos. Não nasceu hoje nem se resolve hoje e tem de ser encarado como um desafio muito importante para o perfil das Forças Armadas. Estou inteiramente de acordo consigo.

Vou dar-lhe apenas um dado: não é um problema apenas português. Como sabe, a Espanha, com um sistema de incentivos até mais atractivos do que o português, tinha previsto a entrada de — um saldo positivo — 8000 efectivos este ano nas suas Forças Armadas, e o resultado foram 800. É um problema muito sério para todos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Miguel Ribeiro.

O Sr. Rui Miguel Ribeiro (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, gostaria, antes de mais e para começar, de felicitá-lo pela importância e pertinência das grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional que traz a esta Assembleia da República, bem como a metodologia do debate que o Governo implementou desde o início.

Do meu ponto de vista e do ponto de vista da minha bancada, este documento reflecte a realidade das relações internacionais contemporâneas e a realidade que se pode perspectivar num futuro de curto e médio prazos, mesmo sabendo-se o risco que envolve hoje em dia qualquer análise prospectiva em termos de relações internacionais e em termos de desafios de defesa e de segurança. Reflete também a essência da realidade geo-política e geo-estratégica de Portugal, realidade essa que está plasmada na centralidade atlântica que é reconhecida ao País neste documento.

A centralidade atlântica de Portugal não é apenas uma opção, é uma realidade; nem sequer é uma fatalidade, é um trunfo geo-estratégico que, se for valorizado, pode ser gerador de oportunidades e de benefícios para o País. E quando estou a falar de centralidade atlântica não estou a falar de atlantismo nem de europeísmo — estou a falar de centralidade na comunidade transatlântica, portanto com benefícios nas relações com o resto da Europa e, naturalmente, com a América do Norte.

Também gostava de salientar mais um ou dois aspectos que me parecem bastante interessantes e importantes neste documento, nomeadamente a consagração de conceitos militares de extrema actualidade, que são fundamentais nas intervenções militares que se realizam no presente e que se perspectivam para o futuro, e que são fundamentais principalmente para fazer face a ameaças que são consagradas como de especial premência no documento, nomeadamente o terrorismo e a proliferação de armas de destruição maciça. Estou a falar de conceitos como as *Combined Joint Task Forces*, como a inter-operabilidade, como o comando de controlo de comunicações e informação e como os serviços de informações — são essas, quer a inter-operabilidade dentro das Forças Armadas portuguesas quer com as Forças Armadas dos aliados, que são elementos fundamentais para Portugal poder ter uma parte activa nesta luta contra o terrorismo e contra as novas ameaças.

Posto isto, gostava de colocar duas ou três questões ao Sr. Ministro que são as seguintes: em primeiro lugar, em relação ao espaço estratégico de interesse nacional e tendo em conta precisamente a centralidade atlântica do País, penso que seria pertinente, também por razões históricas, pelo menos considerar a referência específica ao Reino Unido por causa da importância que o Reino Unido tem precisamente nessa ponte transatlântica de que Portugal também é parte interessada e actuante.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Sr. Deputado, nesta segunda ronda, eu queria ser mais rigoroso nos tempos porque temos mais quatro Deputados interpelantes e temos cinco intervenções — são 18 horas e 55 minutos, de modo que...

O Orador: — Sr. Presidente, vou abreviar as questões.

Em segundo lugar, queria sugerir uma referência à forma de reacção rápida da NATO, que também será, previsivelmente, um instrumento importante nesta luta contra o terrorismo e que se presume que será uma realidade nos próximos anos, curtos anos.

Em terceiro lugar, para sublinhar o interesse e o empenho do Governo na política de defesa nacional, proporia o estabelecimento de uma baliza temporal para ser atingido um objectivo de a despesa com a defesa ficar na ordem dos 2,0% do PIB — baliza essa temporal que, obviamente, teria de ser de acordo com as possibilidades financeiras do País.

Uma última referência...

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Sr. Deputado, já ultrapassou o seu tempo!

O Orador: — Sr. Presidente, posso terminar ou acabo aqui mesmo?

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Acabe agora mesmo, Sr. Deputado, por favor. Para eu poder dizer o mesmo também aos outros oradores inscritos!

Risos e aplausos do PSD e do CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Soares.

O Sr. João Soares (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, a primeira pergunta que quero colocar-lhe, Sr. Ministro da Defesa, é uma pergunta de resposta simples porque pode responder com «sim» ou «não»: é se o Sr. Ministro cumpriu a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e ouviu, como devia, o Conselho Superior Militar sobre este documento. Acho que a resposta a esta pergunta tem relevância política porque nos dá, a todos, a noção da empatia e da articulação que o Sr. Ministro conseguiu com as Forças Armadas, com os vários ramos das Forças Armadas e com os seus mais altos responsáveis. E não se trata de sublinhar as dificuldades que, como é sabido, o Sr. Ministro já teve nesta matéria e que levaram à demissão do ex-Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, General Alvarenga de Sousa Santos, a quem presto aqui a minha homenagem.

Devo confessar-lhe — e isto é politicamente incorreto, Sr. Ministro Paulo Portas — que V. Ex.^a neste debate e neste conjunto de documentos está muito aquém daquilo que eram as minhas expectativas quanto à sua audácia nesta matéria, que, aliás, já vi comprovada noutras matérias. Penso que V. Ex.^a, ao contrário do que aqui disse, não faz uma nova ordenação das prioridades nem traz um documento que se traduza em algo de actual e de operativo.

A vontade de sermos relevantes no plano internacional também nós a partilhamos, mas numa lógica que não seja a de seguidismo em relação às opções belicistas de algumas superpotências, nomeadamente no que diz respeito ao contexto internacional; nem as de um certo «síndroma de Aljubarrota» que se denota nos seus documentos e algumas intervenções públicas em termos daquilo que eu classifico como um excesso de territorialidade nas opções que foram feitas nesta matéria. O Sr. Ministro, aliás, foi fazendo referências quanto a opções em matéria de equipamento que levariam a que consideremos que seria desejável

que a discussão deste conceito fosse feita em paralelo com a discussão do sistema de forças, sob pena de, depois, ficarmos num plano verdadeiramente caricato em termos internacionais, como aquando da Guerra do Golfo quando nos decidimos mandar um navio que não tinha condições para lá chegar antes da guerra ter terminado! Essa é uma situação que nós queremos evitar — nós queremos umas Forças Armadas numa lógica não belicista, umas Forças Armadas como um elemento de construção da paz. Portanto, as opções em matéria de blindados para o exército ou em matéria de *up-grading* dos F16 estão, para nós, muito atrás com aquilo que tem a ver com o reequipamento da Marinha, para além das opções que já tinham sido feitas pelo Governo anterior.

A segunda questão que lhe coloco, Sr. Ministro, refere-se à segunda Cimeira da NATO, não apenas em termos do comando que está instalado em Oeiras, do comando que está instalado em Portugal — e que nós desejamos todos, qualquer que seja a nossa opção, que continue em Portugal — mas quanto às reformas de fundo de que a NATO precisa, para que a NATO não cometa erros que já cometeu no passado e para que Portugal possa ter aí um papel que me parece claramente relevante, porque pode ser um papel precursor e pode ser um papel de audácia. É isso que, confesso-lhe, ainda continuo a esperar de si, Sr. Ministro.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e da Defesa, apresentou as grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional em nome do Governo pretextando um conjunto de modificações ocorridas nos últimos anos no planeta.

Referiu, nomeadamente, modificações ocorridas no plano internacional, referiu a nossa integração maior no plano da União Europeia, referiu a nossa vocação atlantista e a nossa participação na NATO, referiu o 11 de Setembro e aludiu ainda a um dado novo, naturalmente, que é Timor. Mas, Sr. Ministro, parece-me que, independentemente de ter elencado todas estas grandes mudanças que evocou, a verdade é que todo o olhar deste documento permite perceber que aquilo de que o Governo verdadeiramente está refém é do conceito de defesa estratégico da NATO, aprovado em Abril de 1999, porque é esse que marca a matriz das poucas opções deste documento. E esse novo conceito de defesa estratégico da NATO, é bom relembrar, é aquele que veicula uma atitude não defensiva mas ofensiva, é aquele que modifica radicalmente a própria natureza jurídica que pode sustentar intervenções, é aquele que permite que as intervenções se façam em qualquer local, em qualquer latitude, desde que os interesses, particularmente os dos Estados Unidos da América, estejam em causa, e é aquele que, do ponto de vista de Os Verdes, além do mais, permite que importante património adquirido em matéria de Direito Internacional sofra recuos assinaláveis.

É por isso que nos parece, Sr. Ministro de Estado e da Defesa, que, ao contrário daquilo que anunciou ao Parlamento com a sua intervenção, não há com clareza, no seu documento, escolhas, hierarquia e prioridade. É, no fundo, um documento que tem tudo tendo em concreto nada no sentido de definir o quê e como. Referiu, nomeadamente, o Sr. Ministro duas questões que me parecem curiosas

e importantes de analisar: a questão do terrorismo e a questão da defesa de bens estratégicos para o País — e referiu os oceanos. É evidente que nós estamos inteiramente de acordo. Aliás, há muitos anos que falamos sozinhos neste Parlamento sobre a necessidade de defesa dos oceanos e sobre a necessidade de considerar que a sua defesa é do interesse nacional, mas a verdade é que não vejo nas suas opções e escolhas medidas que dêem suporte a essa dita opção de defesa dos oceanos.

Em concreto, Sr. Ministro, a questão que lhe coloco — porque o terrorismo pode ser tudo ou pode ser nada, o terrorismo pode ser, por exemplo, petróleo que chega à nossa costa... — é esta: que meios logísticos é que tem disponíveis para dar corpo a essa hipotética defesa que diz, neste documento, ser privilegiada?

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Tem a palavra o Sr. Deputado José Lello.

O Sr. José Lello (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, Sr. Ministro do Estado e da Defesa Nacional, antes de mais, o debate — e eu gostaria de ressaltar essa originalidade de o partido de V. Ex.^a ter vindo aqui pedir-lhe que comentasse um desafio feito por um «general-comentador»..., o Sr. Deputado Telmo Correia converteu-se assim em «General Motor» ou em «general-motor» de uma oportunidade para V. Ex.^a aqui gradualizar as expectativas em relação ao Comando de Oeiras...

Depois, V. Ex.^a, indicando alguma má consciência, veio dizer o que já fez em termos de aquisição de meios para as Forças Armadas, dizendo que esse processo evoluiu, mesmo sem necessitar de um novo conceito estratégico de defesa nacional. Ora, não conseguiu esconder, portanto, quanto avançou célebre para este debate, para minimizar a insuficiência de recursos que V. Ex.^a tem para a modernização das Forças Armadas tanto mais que, como é conhecido, em relação à Lei de Programação Militar, que será a essência da modernização das Forças Armadas, as expectativas estarão no grau zero. Assim, à míngua de recursos, V. Ex.^a avançou com a retórica.

Vejo, quanto ao documento propriamente dito, que V. Ex.^a mitigou o seu consabido excesso de atlantismo porque agora assenta num atlantismo com os «péss assentes na Europa»... É, de facto, uma via mais positiva na medida em que a defesa do Atlântico e da Europa não são possíveis uma sem a outra.

V. Ex.^a falou também do compromisso de proteger os interesses dos cidadãos nacionais onde quer que possam estar; ora isso não é nada que seja relevantemente novo na medida em que o anterior governo já o tinha feito na prática — recordo-lhe a operação conjunta inter-ramos, a primeira *Combined Joint Task Force* (CJTF) para a intervenção no ex-Zaire, com projecção de forças para o Congo Brazzaville, no sentido de repatriar os nossos compatriotas, e para uma intervenção que já estava projectada para Kinshasa aquando do problema da queda do General Mobutu.

V. Ex.^a falou na disponibilização das Forças Armadas para acções de segurança interna — tráfico de droga, imigração clandestina —, o que imporia uma especialização, quando o senhor tem manifesta escassez de combatentes. Mas veio dizer, afinal, que isso é com a Marinha, é algo que já vinha sendo feito e portanto, dado que à Marinha estão cometidas responsabilidades de interesse público, nada a dizer. Apenas, e só, é preciso saber se continuam

a cobrar o que cobram às forças de segurança para fazerem essas acções — e não é pouco, como V. Ex.^a sabe!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Sr. Deputado José Lello, já está a ultrapassar o seu tempo, tenho que aplicar a mesma regra, dando-lhe mais 20 segundos.

O Orador: — Isso é de democrata e é de cristão, também.

Risos do PSD e do CDS-PP.

Gostaria de dizer apenas ao Sr. Ministro que, dada a descrição que neste documento é feita, o conceito é escasso nalguns domínios, designadamente no que tem a ver com alguns aspectos que se prendem com a defesa ambiental — e viu-se agora que, na questão do *Prestige*, a marinha de guerra alegadamente teve de intervir, como é conhecido — e também com a questão da água, dos transvases no país vizinho e das fontes energéticas

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Agora vou eu intervir, Sr. Deputado.

O Orador: — Então, Sr. Presidente, acabo com os transvases e falo apenas na questão energética,...

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Faz muito bem!

O Orador: — ... que também é muito importante e que não vejo que esteja aqui avaliada e referida.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero começar por responder ao Sr. Deputado Rui Miguel Ribeiro dizendo-lhe que vamos ponderar a questão que citou sobre o Reino Unido e quanto à força de reacção rápida da Aliança Atlântica, apesar de tudo, ainda é uma ideia demasiadamente recente para ponderar se deve, ou não, estar aqui presente. Mas teremos ocasião de voltar a falar nessa matéria.

Sr. Deputado João Soares, devo dizer que não consegui entender a sua desilusão, porque, para começo, Sr. Deputado, penso que quis causar-me uma dificuldade, mas, por acaso, proporcionou-me uma facilidade. Penso que estava a referir-se à audição do Conselho Superior Militar para outra matéria, que vem hoje num jornal, mas perguntei-me agora se ouvimos o Conselho Superior Militar para efeitos do conceito estratégico de defesa nacional.

O Sr. João Soares (PS): — Não, não!

O Orador: — Sr. Deputado, leia a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas. A seguir ao debate parlamentar, reunirá o conselho dos chefes militares, reunirá o Conselho Superior de Defesa Nacional, que já está marcado, e só então é que o texto final vai a Conselho de Ministros.

Se me pergunta se eu fiz o texto deste conceito estratégico extremamente apoiado nos chefes militares, fiz com certeza, como era minha obrigação!

O Sr. João Soares (PS): — Não foi essa a pergunta!

O Orador: — Por outro lado, quanto à pergunta, há algo que lhe quero dizer — e aí é que não consigo entender a sua divergência: Sr. Deputado, julguei que tínhamos ambos uma visão muito positiva do papel da Aliança Atlântica na História da Europa e suponho que a mantemos. A Aliança Atlântica, como alguém dizia há pouco, venceu a «guerra fria» sem disparar um tiro e deu à Europa 50 anos de paz, e o vínculo transatlântico entre os Estados Unidos e a Europa foi fundamental para a nossa segurança colectiva. Que alguém à sua esquerda não entenda isto, eu percebo, que o Partido Socialista tenha dúvidas sobre isto, faz-me impressão.

Gostava de saber quais foram os erros que a Aliança Atlântica cometeu nos últimos anos — sendo que errar é humano, em todo o caso.

Quero dizer-lhe o seguinte: nem há qualquer preconceito relativamente às questões euro-atlânticas nem há qualquer «síndrome de Aljubarrota»!! Há defesa do interesse permanente de Portugal quando é necessário exercê-lo, que não depende de terceiros.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Por fim, relativamente aos seus comentários quanto a um general que tenha produzido declarações políticas, atendo-me à regra e ao princípio das democracias, e estes, como diz a Constituição e a lei (e suponho que V. Ex.^a se não quisesse fazer oposição com tudo também defenderia), limitam a capacidade de intervenção política dos militares. E assim continuará a ser. Foi no vosso tempo, é no nosso, porque é um princípio da democracia!!.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Relativamente à intervenção da Sr.^a Deputada Isabel Castro, penso que a nossa divergência é muito simples. Sei que a Sr.^a Deputada Isabel Castro não gosta da Aliança Atlântica — é um direito seu. Para mim um dos dias em que tive uma maior alegria na minha vida foi quando caiu o muro de Berlim, Sr.^a Deputada. Para si provavelmente foi um dia triste ou preocupado. Para mim foi um dia de enorme alegria a libertação de milhões de pessoas, corressem os riscos que corressem a partir desse dia, Sr.^a Deputada! E é por isso que nunca nos entendemos quanto ao sistema de segurança e defesa que Portugal deve adoptar: é porque, de facto, pensamos que o papel da Aliança Atlântica foi decisivo para o comunismo ruir e acabar, e graças a Deus que ruiu e que acabou, Sr.^a Deputada!!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Portanto, Sr.^a Deputada, é esta a base da divergência quanto ao novo conceito estratégico da NATO.

Eu era um modesto Deputado da oposição nessa altura, limitei-me a apoiar. Se quiser fazer alguma pergunta terá de se dirigir à bancada imediatamente à sua direita que governava à época e que, creio, o aprovou. Nós limitámo-nos a apoiar a Aliança Atlântica, como é normal que façamos.

Finalmente, Sr. Deputado José Lello, vejo sempre com grande empenhamento a ideia que o Partido Socialista tem

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

de que nós não tornamos decisões suficientes em matéria de equipamento. Mas, Sr. Deputado, com toda a sinceridade, até podemos marcar um prazo para terminarmos ambos de alegar, como V. Ex.^a alega, e de argumentar, como eu argumento.

Mas, Sr. Deputado, o Partido Socialista (e sei que foi certamente com pena sua), especializou-se em matéria de defesa nacional a fazer o seguinte: mudavam de ministro todos os anos, cortavam os orçamentos ano após ano. E, portanto, Sr. Deputado José Lello, por amor de Deus, não diga que é pouco, sem revisão da Lei de Programação Militar, a modernização dos F16, a construção dos navios de patrulha oceânicos ou a modernização do P3 Orion. Não é pouco, Sr. Deputado: é bastante mais, em menos tempo. E isso recomendaria a V. Ex.^a uma certa humildade porque do Governo nessa matéria não tem arrogância.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Terminados os pedidos de esclarecimentos, vamos passar às intervenções, pelo que para o efeito vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Gomes da Silva.

O Sr. Rui Gomes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Já vai longa a discussão e ainda a noite vai a meio com o debate que aí vem.

O Governo apresentou a esta Câmara as grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional, conceito este que visa a definição dos aspectos fundamentais da estratégia global adoptada pelo Estado para a consecução dos objectivos da política de defesa nacional. E quais são esses objectivos? Já o disse o Sr. Ministro da Defesa, mas é importante que aqui os reassumamos: a defesa da independência nacional, a garantia da integridade do território nacional, o afastamento e a prevenção das ameaças externas, a defesa da liberdade de acção dos órgãos de soberania, a permissão do regular funcionamento das instituições democráticas, a manutenção da defesa dos interesses nacionais em qualquer parte onde eles estejam em causa e, por último, a defesa e o cumprimento da Constituição da República Portuguesa.

As grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional aqui apresentadas assumem-se como um documento fundamental, orientador da política da defesa a curto e a médio prazos. Trata-se do cumprimento de uma promessa do Governo assumida na apresentação e discussão do seu Programa. É, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma oportunidade que corresponde a uma necessidade.

Esta discussão tem, desde logo, três enormes pontos positivos que a diferenciam de outros exemplos. Em primeiro lugar, tem uma base concreta para que a possamos discutir.

Em segundo lugar, essa mesma base está feita em termos compreensíveis para que a possamos debater.

Em terceiro lugar, esta mesma discussão não é feita às escondidas de ninguém, não é feita em nenhuma sala fechada; é feita e assente num amplo debate público.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: O mundo mudou. Desde a aprovação do anterior conceito estratégico, em 1994, que o mundo mudou.

Em primeiro lugar, mudou Portugal — quanto mais não seja, não será preciso grande esforço para perceber a dife-

rença que vai entre a governação dos últimos seis anos socialistas e a governação de hoje!!

Nesse período, a NATO alterou o seu conceito estratégico. Em 1999, enveredou por uma trilogia que assenta na cooperação, na segurança e na defesa, enfim na resolução pacífica dos conflitos. Em 1999, a NATO procedeu ao seu alargamento: a entrada da Polónia, da República Checa e da Hungria. Fez a Aliança recentrar-se em termos geopolíticos.

Hoje, em 2002, em vésperas de novo alargamento, provavelmente a sete, a ter lugar no final desta semana, fala-se já da possibilidade do início imediato de um processo conducente a um novo alargamento.

A NATO mantém-se uma aliança defensiva, continua a sua caminhada para uma cada vez maior aliança de caráter euro-atlântico. E é nesse contexto que Portugal pode e deve equilibrar esta mesma tendência. Impõe-se por isso que mantenhamos a nossa mesma especificidade como País atlântico.

Em 2002, os próprios Estados Unidos alteraram o seu conceito estratégico como resultado do 11 de Setembro. Sendo o único país com capacidade de intervenção para manter a lei internacional e garantir a paz, em 2002, também o conceito estratégico de defesa nacional dos Estados Unidos alterou, tendo como pano de fundo três grandes ideias, que nos deve unir a todos: a de liberdade, a de democracia e a de livre iniciativa.

O mundo mudou! Da ordem jurídica que sobrevinha da paz, possivelmente dos princípios de Vestfália, onde os Estados eram os únicos autores e onde as ameaças eram essencialmente nacionais e não transnacionais, até hoje o mundo mudou!

Com o fim da «guerra fria» pensou-se ser possível o mundo sem ameaças, mais seguro, mas foi essencialmente um puro erro.

Hoje, há novas ameaças, que são mais difusas, mais complexas e mais difíceis de prever e de combater. Hoje, o mundo vive em confronto diário.

Como bem disse o Sr. Ministro da Defesa, como sabem o Sr. Ministro da Defesa e o dos Negócios Estrangeiros, e como também o sabemos todos nós, hoje o mundo é essencialmente baseado na incerteza. É um mundo que vive da imprevisibilidade. É um mundo que vive paredes-meias com o aumento dos nacionalismos. É um mundo que vive em pleno debate das novas ameaças sem base estadual. É um mundo onde a dispersão e o mais fácil acesso às armas de destruição maciça é uma verdade. É um mundo que vive da expansão do fundamentalismo. É um mundo crescente onde existe uma só unipolaridade militar.

O processo de globalização, aliado ao aparecimento do sistema económico multipolar, continuou o seu desenvolvimento. Aumentam os fluxos migratórios. A adopção do terrorismo como tática pode vir a desenvolver-se em diferentes áreas para além das tradicionalmente conhecidas.

Qual a resposta ao terrorismo cibernético, ao terrorismo, por exemplo, contra a navegação aérea ou ao bioterrorismo, talvez a maior ameaça do futuro, face a uma exigência de tão mais tecnologia contraposta à possibilidade de tão grande impacto pelas armas utilizadas?

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional reflectem com rigor e equilíbrio a realidade euro-atlântica de Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Recusamos, por isso, as críticas de que esta é uma visão demasiado «atlantista». Com honrosas exceções, quem tem esse discurso, os que hoje assumem essa crítica, ou foram, assumida ou encapotadamente, defensores do ex-bloco soviético ou apontam para soluções puramente federalistas, o que, pessoal e politicamente, recusamos.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — As grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional reconhecem o carácter central da NATO na política de defesa de Portugal — é a trilogia já aqui referida pelo Sr. Ministro da Defesa.

A uma geografia de segurança atlântica contrapomos a geografia política e económica europeia e uma geografia de identidade, tendo como base a língua portuguesa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, as grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional sublinham também a importância da Política Europeia de Segurança e Defesa na esteira do que foi decidido no Conselho de Helsínquia de 1999. Definem com clareza as nossas fronteiras de segurança com base no Atlântico Sul, numa comunidade de língua portuguesa espalhada pelo mundo no Centro e Leste da Europa como áreas de interesse nascente e cada vez mais importante.

As ameaças, embora com diferentes percepções, são as mesmas na Europa e na América; o terrorismo, as armas de destruição maciça e o crime organizado — agora com mais precisão, porque utilizados pelo tráfico de droga, tráfico de armas e tráfico de pessoas — devem preocupar-nos a todos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Deve, por isso, haver um entendimento crescente entre a Europa e os Estados Unidos da América, muito especialmente sobre a forma de combater estes flagelos.

O combate ao terrorismo não deve ser só feito pelas armas; deve também ser feito pela prevenção, através da conciliação de meios aéreos e navais, pelo desenvolvimento económico e pelo apoio sustentado a esses mesmos países, pela colaboração dos serviços de inteligência, pela não existência de Estados frágeis e pelo combate à alteração permanente da localização das ameaças.

A tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Ministros e Srs. Deputados, as grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional dão resposta.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas temos de retirar deste debate consequências ao nível político.

Desde logo, aquilo que entendemos deve ser uma aposta ao nível do texto, quanto a novos tipos de afirmação de soberania com a respectiva autonomização. Pensamos que a participação das forças portuguesas em operações de manutenção de paz e na gestão de crises deve ser autonomizada, uma vez que isso se traduz essencialmente numa afirmação da soberania portuguesa e numa maneira de demonstrar as capacidades militares e de afirmação de Portugal no mundo.

A segunda consequência que nos parece importante é a intervenção tendencialmente universalista em locais onde estejam em causa interesses portugueses. De facto, e ao contrário do que aqui ouvimos, com o tipo de ameaça actual desaparece o conceito, velho e antiquado, de operações «fora de área», que está hoje completamente ultrapassado, e só aqueles que não entendem e que não querem ver o podem defender.

A terceira consequência diz respeito à garantia da integridade do território nacional, sem prejuízo de uma permanente preocupação com a segurança colectiva. O território nacional, o *homeland defense*, deve ser essencialmente, Srs. Ministros, uma das nossas grandes preocupações.

A quarta consequência refere-se à abordagem não tradicional dos conceitos militares, o que não deve ser confundido, como já ouvimos hoje, com excesso de cedência a uma exagerada visão militarista destas grandes opções.

Por outro lado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, temos de retirar deste debate outro tipo de consequências: desde logo, a ideia de que estes conceitos, estas bases, estas grandes opções devem ser o ponto de partida para o reforço da operacionalidade das Forças Armadas e para a promoção da sua modernização e do seu reequipamento.

As Forças Armadas são, como todos sabemos, um sub-sistema do Estado, pelo que a relação da despesa pública tem a ver com a despesa pública global. Relativamente à despesa das Forças Armadas, conhecemos hoje algumas propostas a nível da União Europeia para que esta mesma despesa não seja contabilizada para a aplicação dos critérios de convergência nominal dentro da Europa.

Além destas, há ainda outras consequências que temos de retirar destas bases, consequências essas que se verificam a nível dos recursos humanos e a nível dos recursos financeiros.

A nível de recursos humanos, será esta, porventura, a melhor altura para darmos concretização à ideia de que deveremos ter menos Forças Armadas e melhores Forças Armadas. Devemos assumir, hoje, o esforço colectivo que durante décadas foi sendo adiado por falta de coragem, que foi possivelmente de todos nós, sem estar agora a culpar o partido A ou o partido B.

Deve, portanto, ser feita a valorização do factor humano — e temos de preparar as Forças Armadas para o enorme desafio que representa, como há pouco disse o Sr. Ministro da Defesa, o fim do serviço militar obrigatório.

Reafirmo, para que não existam quaisquer dúvidas, que, embora conscientes das dificuldades, a extinção e a desconstitucionalização do serviço militar obrigatório é para nós um caminho sem regresso!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Não aceitamos nem seremos coniventes com qualquer caminho e qualquer proposta que não vá nesse sentido!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entendemos que este deve ser o caminho para garantir às Forças Armadas a capacidade de cumprir missões no estrangeiro, o que, como há pouco referi, reforça a visibilidade e a afirmação de Portugal no mundo.

Mas também devemos tirar consequências ao nível financeiro: devemos fazer um esforço para reduzir os efectivos, sendo que essa redução deve ser compensada com investimento no reequipamento.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Governo já começou por aí, sendo que este é um esforço que queremos ver repetido nos próximos Orçamentos.

O Sr. Ministro anunciou o investimento nos navios oceânicos, nos F16 e na remodelação do P3 Orion — qualquer um destes investimentos se traduz no reequipamento das Forças Armadas. Também em relação a este aspecto queremos que o esforço tenha continuidade nos próximos anos.

Como todos sabemos, o Orçamento passou, em 2002, antes do Orçamento rectificativo, de 1,3% do PIB para a área da defesa para 1,4% do PIB para este ano, o que significa que invertemos a tendência dos últimos anos de diminuição da orçamentação na área da defesa, tendo como objectivo último os 1,9% do PIB, que é a média dos países da NATO. Este é um objectivo político e, enquanto formos Governo, tudo faremos para que ele tenha a sua concretização!

A terminar gostaria, ainda, de sublinhar que todos sabemos que existem propostas que sublinham a ideia de uma economia de defesa em termos de investimento. Existem também propostas para que seja admitida a defesa da economia em termos de estabilidade. Há, ainda, propostas com vista à criação de um centro de excelência com relação com as indústrias de defesa — tema que será objecto de um debate que deveremos promover no mais curto espaço de tempo. Todos conhecemos também o desenvolvimento de conceitos em áreas como a educação, a economia e a energia, já aqui referidos. Por fim, existe a possibilidade da criação de um conselho nacional de segurança e a redefinição da política dos serviços de informações, sendo que estes dois últimos aspectos dizem respeito a áreas relativamente às quais, enquanto membros da Assembleia da República, nos deveremos preocupar nos próximos tempos.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo, através do Sr. Ministro da Defesa, lançou um repto e um desafio a todos. Esse desafio foi o de definirmos em conjunto, por acordo entre as principais forças políticas, as grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional, desafiando — através de nós, partidos políticos, e através de nós, Deputados — os portugueses a participar de forma activa e empenhada na defesa nacional.

Já dissemos que esta proposta tem méritos! É uma proposta concreta, comprehensível, que foi apresentada a debate público. Exige por isso a participação de todos!

Este é um momento único, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para que elevemos o debate político dentro da Assembleia, para que deixemos a pequena política, para que, de uma vez por todas, pensemos em Portugal, sem curarmos de procurar argumentos quase inexistentes para encontrarmos razões para discordar — não devemos ter medo da unanimidade e da concordância quando ela resulta das nossas convicções!

Este, Srs. Deputados, é um excelente documento, que por essa razão merece o nosso voto favorável. Estou certo

de que merecerá a concordância de todos os partidos, mesmo daqueles que não integram a maioria parlamentar.

É este o desafio que deixamos: ponham de lado a pequena política e votem de acordo com os interesses de Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, reassumiu a presidência a Sr.^a Vice-Presidente Leonor Beleza.

A Sr.^a Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Gomes da Silva, começo por prestar o esclarecimento seguinte: como o Sr. Deputado sabe, este documento não se vota. Por isso, os partidos não vão manifestar-se relativamente ao voto de um documento que não é por eles votado!

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Exactamente!

O Orador: — Depois, gostaria de dizer-lhe que há pouco referi o nosso ponto de vista, mas agora vou ser um pouco mais preciso, citando o meu: penso que a lei deveria ser alterada no sentido de permitir a votação de um documento com estas características em sede da Assembleia da República.

Seguidamente, gostaria de tecer algumas considerações.

Sr. Deputado, uma das coisas que me faz uma certa confusão neste debate é que, quando falamos na defesa nacional em termos teóricos, todos concebemos e admitimos que contribui para a defesa nacional um conjunto de actividades do Estado, mas depois — e eu procuro evitá-lo — só falamos na componente militar «Forças Armadas»!

Dévo dizer-lhe que um dia destes estive em Leiria num debate sobre o conceito estratégico de defesa nacional e fiquei admiradíssimo e felicíssimo (ninguém ignora a minha qualidade de militar, da qual muito me orgulho) porque estava a falar-se da língua portuguesa, tendo, aliás, sido feita uma intervenção longa só sobre a língua portuguesa e sobre a importância da cultura portuguesa. E era um debate sobre conceito estratégico de defesa nacional...!

Por isso, Sr. Deputado, um dos aspectos que me custa é ver arredados deste debate estes outros elementos que considero essenciais para uma concepção de defesa nacional.

Existem mais algumas questões que gostaria de salientar em relação a este documento, mas irei focar apenas uma.

Antes, porém, quero dizer-lhe que não me admiro que o Sr. Deputado diga que concorda com este documento em absoluto e que lhe faça todos os elogios. Aliás, penso que o documento tem muitos aspectos positivos, até porque foi o próprio Partido Socialista que deu o seu contributo para a sua elaboração.

Risos do PSD.

De qualquer forma, Sr. Deputado, a pergunta que quero fazer-lhe é se não lhe parece que deveria haver uma definição de prioridades relativamente às ameaças para as

correspondentes capacidades. Se dizemos que as ameaças têm todas o mesmo grau de prioridade, quais serão, então, aquelas para que vamos preparar as Forças Armadas para responder? Este documento não responde a nada disso!...

Depois, Sr. Deputado, gostaria de referir-me a uma frase que foi dita por si e pelo Sr. Ministro, quando usaram a expressão «menos Forças Armadas e melhores Forças Armadas». Em tese, esta ideia é boa! Mas pergunto-lhe: «menos Forças Armadas» para cumprir que missões?!... Aquelas do conceito estratégico de defesa nacional?!... Então teríamos de aumentar as Forças Armadas para valores insuportáveis!

«Melhores Forças Armadas», sim! Contudo, quero referir um aspecto que me preocupa e deixar a minha opinião expressa de forma clara. A questão de «menos Forças Armadas e melhores Forças Armadas» não pode significar substituir aquilo que é uma concepção tradicional de Forças Armadas e que está inserida na comunidade portuguesa por uma «força armada», que é o que poderia resultar desta ideia de «menos Forças Armadas e melhores Forças Armadas».

Aliás, existe um problema — e o senhor conhece-o — relativamente ao recrutamento de que ainda há pouco falei...

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua.

O Orador: — Com certeza, Sr.^a Presidente.

O problema a que me refiro diz respeito à eventualidade de podermos vir a ter mercenários relativamente às Forças Armadas, problema esse que teremos de evitar.

Por fim, gostaria que me esclarecesse quanto a uma observação sua da qual decorre que o Sr. Deputado e, pressupõe-se, o Governo são radicalmente contra uma qualquer alternativa de voltar ao serviço militar obrigatório. Terá sido isso que ouvi?! Faço-lhe esta pergunta porque, como sabe, a Constituição não desconstitucionalizou o serviço militar obrigatório mas, sim, a obrigatoriedade do serviço militar. Gostava, por isso, que me respondesse a esta questão.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Gomes da Silva.

O Sr. Rui Gomes da Silva (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado, responder-lhe-ei muito sucintamente às perguntas que fez.

Em relação à questão da votação, utilizei uma forma literária. Compreendo esse seu rigor, e portanto faço a correcção nesse sentido.

No que diz respeito à questão da defesa nacional, o conteúdo da defesa nacional está no documento. Compreendo que o Partido Socialista quando era governo quisesse falar de tudo menos da componente militar porque, com os ministros a sucederem-se e com o orçamento a diminuir, interessava-lhe falar de tudo (da energia e de todos aqueles conceitos que defendemos e que integram o conceito de defesa nacional) menos de Forças Armadas. Compreendo que tenha sido assim!

Protestos do PS.

Mas, Sr. Deputado, não é pelo facto de todas essas questões não estarem expressamente referidas no documen-

to (embora estivessem no documento anterior) que essa preocupação não existe, como existe a preocupação em relação a outras matérias como o terrorismo.

O que não se comprehende é que o Sr. Deputado não perceba (e talvez seja erro meu, pois posso não estar a compreender a sua intervenção) que hoje em dia o terrorismo é a grande preocupação. Não é uma ameaça, é uma táctica usada por várias entidades.

Relativamente à questão das prioridades, o Sr. Deputado fala-me das ameaças. Ora, quando leio o documento vejo «ameaças relevantes» que, posso dizer-lhe, estão hierarquizadas e referidas enquanto tal — não estão numa amalgama total, dizendo que existem estas ameaças, que depois serão indiscriminadamente tidas em conta.

Quanto à sua questão sobre termos todas as Forças Armadas preparadas face às ameaças, diria que a sua pergunta é contraditória, porque, por um lado, o Sr. Deputado fala de determinados pressupostos, mas a seguir fala da complementariedade...

Ora, Sr. Deputado, como sabe, hoje em dia existe o debate sobre se um país deve ter uma componente de Forças Armadas a que possa recorrer em todos os momentos e em todas as ameaças ou se estas devem enquadrar-se dentro das forças da NATO, possivelmente, num futuro mais ou menos próximo, dentro da União Europeia em relação ou em complementariedade com outras Forças Armadas.

Por isso, é evidente que as ameaças existem enquanto tal. A definição das ameaças não significa, nem pode significar obrigatoriedade, muito menos para um país como Portugal. Dir-lhe-ei, e todos sabemos, que há um único país que tem capacidade de recorrer e fazer frente a todas as ameaças. Esse país é os Estados Unidos da América. Todos os outros dependerão de complementariedade.

Portanto, em relação a esta matéria, não me parece que o Sr. Deputado tenha razão, pois estão definidas as ameaças; teremos é de encontrar, dentro dos recursos financeiros que temos, os meios que temos para contrapor a essas ameaças.

Por último, no que diz respeito ao serviço militar obrigatório, quero dizer-lhe que conheço a Constituição e os termos em que o conceito está definido. Aquilo que quero definir politicamente, até porque houve outros partidos que fizeram o contrário e vieram propor recentemente a reconstitucionalização do serviço militar obrigatório...

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, terminou o tempo de que dispunha. Conclua, por favor.

O Orador: — Terminei, Sr.^a Presidente, dizendo que para nós há um «não» definitivo e absoluto em relação a esta matéria do serviço militar obrigatório por muitas dificuldades que isso nos traz!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miranda Calha.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As alterações ao conceito estratégico de defesa nacional estão hoje em debate nesta Câmara por iniciativa e vontade do Governo. Todavia, desde logo, o Grupo Parlamentar do PS tomou a iniciativa de participar no debate sugerido pelo Executivo,

tendo sido, na devida altura, entregue ao Sr. Ministro da Defesa Nacional um documento com o nosso contributo.

A partir desse documento promovemos, naturalmente, também um debate aberto a personalidades interessadas na área da defesa nacional. Essa reflexão e outros contributos públicos entretanto produzidos enriqueceram o nosso documento, acabando por resultar o texto que colocámos também à apreciação da Assembleia da República.

Estamos, pois, em condições de fazer uma abordagem cuidada do tema em apreciação, mas, desde já, temos de sublinhar que a opção ministerial de dar prioridade às alterações ao conceito estratégico de defesa nacional não deixará de ficar associada à ideia de que terá sido um instrumento a que o Governo recorreu para retardar a modernização das Forças Armadas. A agenda governamental optou por introduzir uma discussão estratégica, em vez de concretizar a Lei de Programação Militar. O Governo terá ganho tempo, mas as Forças Armadas aguardam decisões importantes para a sua modernização.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Antes de entrarmos no debate, convém dizer, para se perceber o verdadeiro alcance da opção governamental, que a revisão do conceito estratégico de defesa nacional não é, como se pretende, a reforma das reformas, nem é mesmo a «reforma», é, antes, uma carta de princípios. Aliás, o conceito estratégico de defesa nacional está incorporado na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, e este diploma, este fundamentalmente, carece de urgente actualização, embora, até ao momento, não tenha sido avançada qualquer iniciativa para a sua revisão.

Passando à discussão dos eixos do debate, que os portugueses conhecem através do documento governamental intitulado «Bases para o conceito estratégico de defesa nacional», teremos de dizer que a proposta sofreu, à nascente, da tentação de propiciar títulos aos jornais. Faltou-lhe em ponderação, alcance e visão global o que sobejou em procura de sensacionalismo — direi mesmo, de um populismo fácil, que nunca poderia corresponder ao propósito e à instituição a que se destina. Eleger para as Forças Armadas tão-só o combate à droga como o seu grande motivo de existência e a razão de ser para o investimento na sua modernização seria demasiado restritivo. O Governo privilegiou a «árvore» e esqueceu, nessa altura, a «floresta».

A proposta governamental excluiu áreas fundamentais como a política externa, a economia, as comunicações, a investigação, o ambiente ou a cultura, não prevendo o seu contributo e a sua articulação com a política de defesa nacional.

Um documento que se pretendia que fosse uma matriz referencial para as políticas a seguir no sector acabou por ser pouco mais do que um mitigado conceito estratégico militar.

Um documento que deveria ter recato ao explicitar as razões da nossa prioridade de alianças acabou por perder eficácia pelo modo desnecessário como tornou evidente a lógica de uma única dependência.

Um documento que deveria considerar o aprofundamento da construção europeia, fundamentalmente na sua vertente de consolidação de uma Política de Segurança e Defesa Comum, secundarizou esta evolução e este sentimento europeu.

Um documento que deveria considerar a participação portuguesa na Aliança Atlântica, tendo em conta os esforços europeus para o levantamento de uma capacidade pró-

pria de defesa, sobretudo ao nível da compatibilização de armamentos e equipamentos, foi posto a debate ao mesmo tempo que eram anulados contratos para a aquisição de equipamentos a consórcios europeus ou a projectos europeus, em que Portugal também participaria, com prejuízo evidente para as indústrias portuguesas de defesa.

Um documento, ainda, que deveria ter presente a nova realidade no Centro e Leste da Europa, com o surgimento de novas democracias e o correspondente alargamento da Aliança Atlântica a essa área geográfica, reduziu à categoria de «outras organizações» a própria participação na Organização de Segurança e Cooperação Europeia.

É evidente que poderemos ver na proposta do Sr. Ministro da Defesa Nacional de avançar como meta para o investimento um valor correspondente à média de financiamento dos aliados europeus, uma plataforma de reivindicação orçamental cara às Forças Armadas. Compreende-se, até, a procura do comprometimento do Primeiro-Ministro nesse objectivo, mas — nem seria aqui que deveria caber tal desiderato — acabou de servir para pouco: a dotação orçamental da defesa nacional para 2003 é o resultado da estagnação.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: As grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional que apresentámos traduzem, de uma forma global e equilibrada, respostas às ameaças que se colocam a Portugal, tendo particularmente em conta as profundas modificações registadas na situação internacional nos últimos anos.

Portugal integra-se em alargados espaços de segurança numa perspectiva de compatibilização e articulação entre a nossa posição de país empenhado no aprofundamento europeu mas também de país com profundas raízes atlânticas.

Ao longo dos últimos anos, as Forças Armadas participaram em missões internacionais patrocinadas pelas Nações Unidas, visando o apoio à paz e a criação de um ambiente de segurança. Consideramos que esse é um caminho fundamental para a afirmação de Portugal no plano internacional e para a defesa da cultura e dos valores identitários portugueses, do mesmo modo que constitui um incentivo muito importante para a modernização e qualificação das Forças Armadas.

Estamos a falar das condições de treino, de flexibilização de utilização de forças, dos comandos conjuntos e do desempenho de missões com exigências cada vez mais diversificadas e que ultrapassam as tradicionais tarefas militares. Estamos também a falar da necessidade de uma efectiva modernização de equipamentos que terá de considerar a existência de contrapartidas, quer para a indústria de defesa portuguesa, pela integração em parcerias internacionais, quer para outras indústrias nacionais e também para a investigação científica.

É de ter em conta a vocação de relacionamento preferencial de Portugal com os países da CPLP e a participação no processo de consolidação do Estado de Timor Leste. Deve, igualmente, atender-se à particular situação geográfica do País, às portas do Mediterrâneo, com os países vizinhos do flanco sul a serem palco de situações resultantes de fenómenos de explosão demográfica, mas também alvos de ventos de intolerância, que terão de ser considerados na sua multiplicidade de facetas, através do «diálogo mediterrânico» em que Portugal pode e deve estar muito mais activo.

Há todo o interesse em aprofundar laços com as democracias emergentes dos países do Centro e Leste da

Europa, não apenas numa perspectiva de cooperação destinada a ajudar e a consolidar as novas estruturas democráticas desses países mas também de ter presença diplomática e negocial na área da defesa e noutras áreas, como, por exemplo, a da imigração ilegal.

As ameaças resultantes dos grupos terroristas, da proliferação e do tráfico de armas de destruição maciça, das redes internacionais de droga, de imigração ilegal e de outros tipo de criminalidade organizada, que estão a abalar a segurança internacional e a minar a capacidade de actuação de Estados democráticos são consideradas seriamente. Estas ameaças são, porventura, as mais preocupantes que se colocam aos Estados democráticos, numa situação internacional que apresenta, como probabilidade muito remota, a agressão directa de um Estado a outro Estado dentro da área de influência europeia e atlântica.

As novas ameaças terão de ser combatidas pelo reforço da articulação de políticas, bem como da actuação dos diversos instrumentos de que dispõem os Estados. A participação das Forças Armadas nesse combate parece ser um facto adquirido e pacífico e em alguns casos, aliás, não é novo, embora deva ser devidamente enquadrado, para evitar justaposições e eventuais interferências em áreas que não correspondem à vocação militar. Este combate passa, sobretudo, pelo reforço da política de informações dentro de cada Estado e também pela cooperação entre Estados nesse âmbito e passa, igualmente, pelas acções concertadas a nível internacional de apoio à resolução dos principais problemas de âmbito económico e social, que geram os exércitos de descontentes, que são facilmente manipulados pelas ambições de líderes que apenas se afirmam pela violência e pela destruição.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: A modernização das Forças Armadas é o caminho a seguir para dotar a instituição dos meios necessários para o exercício das suas missões de defesa da soberania, de participação em missões humanitárias e de apoio à paz, no âmbito da OTAN ou da União Europeia, e também para o combate às redes de terrorismo e de crime organizado, articuladas internamente com as forças de segurança e em cooperação externa com os nossos aliados.

Portugal ganhou, nos últimos anos, um posicionamento muito importante no plano internacional que importa manter por questões essenciais para a afirmação internacional, a par de contributos fundamentais para a renovação da instituição militar. As Forças Armadas participaram ou estão a participar em missões no Kosovo, na Bósnia-Herzegovina, na Macedónia e em Timor Leste. As Forças Armadas saíram, assim, de um longo isolamento e passaram a estar presentes em teatros internacionais, contribuindo para levar a paz a populações sofredoras e para garantir a segurança em zonas vizinhas do espaço europeu e atlântico a que pertencemos. Portugal, numa palavra, passou «a contar» para a comunidade internacional.

A este propósito, deverá haver uma palavra de apreço para o espírito de missão e empenho de todos os elementos militares presentes nestas operações, pelo modo como prestigiaram o nome do País e dos portugueses.

E justifica-se, aliás, também aqui uma referência — e, através dele, a todos os militares — ao novo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Almirante Mendes Cabeçadas, que agora iniciou funções, esperando que possa concretizar os objectivos a que se propôs, de modernização e de valorização das Forças Armadas, e também — já agora, é preciso referi-lo — uma palavra para o

General Alvarenga Sousa Santos, anterior Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, militar com carreira brilhante e distinta e que esteve precisamente ligado à profícua participação portuguesa nas missões internacionais atrás referidas.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: A discussão que aqui estamos a fazer diz respeito a todos os portugueses, não constitui privilégio de qualquer grupo ou ideologia. O conceito estratégico de defesa nacional só deve ter como referência Portugal e os portugueses e não deve servir para afirmações pessoais ou de grupos que se possam arrogar de pretensa exclusividade de acção ou de prática política, que não corresponde à realidade, quer a nível nacional quer europeu.

A defesa nacional tem sido e terá de continuar a ser uma área de consenso alargado, propiciadora de convergências de todos quantos actuam, tendo por objectivo a afirmação dos valores portugueses e a continuação de Portugal como país livre e independente.

O PS colaborou e participou neste debate de acordo com a óptica do interesse nacional, que se deseja reforçado. Importa, pois, que o Governo tenha em conta todas as vertentes da inserção externa portuguesa e os passos concretizados nos últimos anos na construção europeia e sobre os quais houve — sublinho — consenso nacional.

Importa passar a uma fase seguinte de actuação, de modo que às construções estratégicas teóricas sucedam substantivas alterações nas Forças Armadas, com a dotação dos meios necessários ao cumprimento das missões definidas. Num momento em que a profissionalização dos efectivos é uma realidade, alterações na superestrutura e no sistema de forças têm de corresponder à modernização e à racionalização desejadas e devem estender-se a outros sectores, como o ensino, a saúde e o serviço de apoio aos militares. Aliás, as questões relacionadas com os antigos combatentes devem ser atentamente acompanhadas pelas áreas de saúde e social.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: As Forças Armadas têm dignificado Portugal e continuam a ser uma referência altamente significativa para todos os portugueses. O momento impõe que sejam propiciadas as condições para que esse capital de confiança seja mantido e, se possível, reforçado.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — **Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados:** Questões de guerra e questões de paz, é isso que estamos aqui a discutir. E não deixa de ser curioso verificar que hoje, no portal da RTP *on line*, há uma notícia bastante elucidativa sobre o que aqui se trata e que reza o seguinte: «Portugal é um dos 50 países aliados dos EUA que receberam uma carta do Secretário norte-americano Colin Powell contendo uma solicitação relacionada com meios a disponibilizar para o apoio a um eventual ataque militar contra o Iraque». Também aí se diz que uma fonte do Departamento de Estado norte-americano, citada pela *France Press*, afirmou: «Enviámos mensagens a essas embaixadas para que iniciem discussões com os seus parceiros sobre os meios e as ideias que estarão preparados para apresentar».

Sobre este assunto, curiosamente um assunto da máxima importância — questões de guerra, questões de paz —, o Sr. Ministro disse «zero»!!

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Está a marcar o debate!...

O Orador: — Já agora, se me permite, não deixa de ser também bastante elucidativo — tudo isto se relaciona com o que aqui estamos a discutir e tentarei fazer essa relação — que, na carta que lhe é dirigida pelo Secretário-Geral da NATO, esteja bem claro o seguinte: «Espera e deseja o Sr. Secretário-Geral da NATO que o novo conceito estratégico de defesa nacional provirá Portugal de forças modernizadas e bem qualificadas, de forma a que possam contribuir para toda a espécie de missões da Aliança». E, de facto, é isso que está em cima da mesa, porque, convenhamos, percebemos agora melhor o cariz unidimensional e estritamente militarista deste conceito estratégico de defesa nacional. De facto, é claramente a servidão à NATO e aos Estados Unidos o que aqui está em cima da mesa.

Aliás, não deixa de ser curioso que precisamente nas Bases que nos são fornecidas esteja bem claro que, para a NATO, o novo conceito de intervenção é *out of area* (fora do seu domínio), isto é, onde quer que seja necessário, e nós iremos lá. Neste caso, parece que o lema não é «Sigam o cherne» mas, sim, «Sigam a NATO» ou, para sermos mais realistas, «Sigam os Estados Unidos». E nós seguimos, como se tem visto, de forma acrítica, de forma passiva e de forma servil.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Decidimos caso a caso!

O Orador: — Por isso mesmo, estas questões têm de ser esclarecidas e o «dedo tem de ser posto na ferida».

É piedosa, por isso, a ideia de uma segurança cooperativa aqui apontada, é piedosa e roça a alguma hipocrisia. Como também é piedosa a Convenção de proibição da utilização de minas anti-pessoais que os Estados Unidos se recusaram a ratificar — e sobre isso não há uma única palavra. E piedosa é também a referência à Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas, que o Presidente da Rússia utilizou sem qualquer pejo — e sobre isso também não há uma palavra — e que os Estados Unidos continuam a produzir, como toda a gente sabe.

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — E o Iraque também!

O Orador: — Por isso mesmo, em particular quando verificamos que a defesa nacional aparece também como um factor de desenvolvimento económico, percebemos melhor toda a lógica da questão e percebemos que se trata da militarização da economia, da militarização da política,...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Já está a delirar!

O Orador: — ... de uma visão que, de facto, de paz tem «zero» e de guerra tem tudo.

E, já agora, permita-me que lhe pergunte: como é possível combater o narcotráfico e o crime financeiro se os senhores insistem em que não haja qualquer registo, por exemplo, das operações com capital financeiro?! Se os

senhores insistem em que todas essas transacções ligadas ao branqueamento de capitais possam ser feitas com a maior das facilidades?! Não existem também aqui indícios claros de hipocrisia e de piedosas intenções?!

Pois bem, Sr. Ministro, para nós, de facto, o caminho é claro! Mas nós não vamos por aí, não vamos pelo caminho da guerra, não vamos pelo caminho da servidão, não vamos pela passividade acrítica. Pelo contrário, defendemos, obviamente, a paz e, acima de tudo, uma postura que seja capaz de nos dignificar enquanto pequeno país autónomo e ciente da sua autonomia.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Não apoiado!

A Sr.º Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr.º Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao iniciar a nossa participação neste debate sobre as grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional, a que atribuímos grande importância, não podemos deixar de assinalar as circunstâncias insólitas em que ele se realiza.

A alteração do conceito estratégico de defesa nacional consta do Programa do Governo como um objectivo prioritário da política de defesa nacional, o que pressupõe, nos termos da lei, a realização de um debate parlamentar sobre as grandes opções enformadoras desse conceito.

Em 16 de Julho deste ano, o PCP apresentou um texto de grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional como contribuição para o presente debate. É sabido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou no passado dia 12 deste mês um documento com idêntico propósito.

Quanto ao Governo, sabemos da publicitação de um documento designado por «Bases para um conceito estratégico de defesa nacional» que foi objecto de alguma discussão pública — e que serviu, inclusivamente, de tema para algumas audições realizadas pela Comissão de Defesa Nacional —, mas, quanto ao documento de «Grandes opções» que verdadeiramente serve de base a este debate só ontem, dia 19 de Novembro, é que foi entregue a cada um dos grupos parlamentares, não tendo sido, como é óbvio, objecto de qualquer publicação.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Bem lembrado!

O Orador: — Ou seja: apesar de este debate ter sido agendado com uma antecedência razoável, aliás, a pedido do Governo, foi precisamente o Governo o último a fazer o «trabalho de casa».

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Exactamente!

O Orador: — E não é concebível que o documento governamental de «Grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional», sobre o qual a Assembleia da República tem obrigatoriamente de pronunciar-se, só tenha sido entregue na véspera do respectivo debate. Trata-se de uma desconsideração do papel deste órgão de soberania que não pode passar sem um veemente protesto da nossa parte.

Sr. Presidente, o PCP, dando cumprimento a um dos seus compromissos eleitorais, apresentou há quatro meses um documento para discussão sobre as grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional, assumindo, assim, as suas responsabilidades perante o País e dando o seu empenhado contributo para a promoção de um amplo debate nacional sobre esta matéria.

O debate sobre as grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional é reconhecidamente importante: é deste que decorre a definição do conceito estratégico militar, do qual, por sua vez, dependem a definição da missão genérica e das missões específicas das Forças Armadas, bem como a definição dos sistemas de forças e dispositivo, em função dos quais se devem traçar as perspectivas e as prioridades em matéria de reequipamento, através da Lei de Programação Militar.

Mas entende também o PCP que o debate sobre a defesa nacional não pode restringir-se às questões estritamente relacionadas com a defesa militar e as Forças Armadas, pois é uma questão que tem a ver com as questões essenciais das nossas soberania e independência nacionais e com a nossa capacidade de autodeterminação e de afirmação de uma voz própria e autónoma no plano internacional.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O PCP entende que o conceito estratégico de defesa nacional em vigor carece de urgente reformulação, na medida em que este não reflecte, como deveria, uma estratégia assente no primado da defesa dos interesses nacionais. Não podem ser as dinâmicas e os interesses externos a determinar a condução e a definição dos objectivos nacionais. No entanto, tem sido esta a estratégia seguida, com os resultados que a situação nacional nos planos económico, social, político e militar demonstram.

A estratégia global do Estado que o PCP propõe assenta em seis traços fundamentais: é, em primeiro lugar, uma estratégia de matriz nacional que privilegia os interesses nacionais e os meios nacionais de os prosseguir; é uma estratégia de coesão e de solidariedade que privilegia o fortalecimento da vontade popular por uma maior justiça social e um maior empenhamento cultural; é uma estratégia de progresso que privilegia a afirmação de Portugal no mundo como uma nação em processo de desenvolvimento económico, com uma voz própria nos grandes processos estruturais, tendentes à criação de uma nova ordem económica internacional; é uma estratégia de amizade, paz e cooperação com todos os povos que privilegia a solução negociada de conflitos, o diálogo, a acção nas instâncias internacionais, o respeito pelo Direito Internacional, a caminho da instauração de um novo relacionamento político planetário; é uma estratégia que visa apresentar Portugal perante o mundo como uma nação empenhada em defender, de forma coesa e eficaz, as suas soberania e independência nacionais perante qualquer ameaça e agressão externas; é uma estratégia que pressupõe a participação de todo o povo, uma estratégia democrática assente no empenhamento de todos os portugueses na defesa de Portugal.

Portugal tem interesse em privilegiar e angariar aliados visando garantir a sua segurança externa. Deve, por isso, empenhar-se na solução dos conflitos internacionais por via pacífica e justa e contribuir para uma cultura de paz baseada em critérios de igualdade, respeito mútuo e não ingerência.

Portugal deve empenhar-se activamente para combater a hegemonização ou instrumentalização das Nações Unidas e da OSCE pelos Estados Unidos da América e outras potências militares da NATO; Portugal deve rejeitar entorses ao Direito Internacional, como o recentemente invocado direito de ingerência humanitária através do qual os Estados Unidos da América e outras potências liderantes da NATO procuram instrumentalizar a comunidade internacional, pondo-a ao serviço dos seus interesses hegemónicos.

Uma outra ordem de prioridades, relacionada com a integração europeia, diz respeito à necessidade de Portugal, como pequeno país periférico, estimular de forma muito activa os factores de coesão e de identificação nacionais. Portugal tem interesse em reforçar a sua identidade cultural e a presença das suas cultura e língua no mundo, em diversificar as suas relações externas, em reforçar a coesão do povo português, em assegurar o controlo de instrumentos económicos e financeiros estratégicos para o País, em garantir a formação das reservas estratégicas necessárias, em contrariar uma política externa e de defesa em que Portugal seja subalternizado e amarrado a iniciativas contrárias aos seus próprios comandos constitucionais.

Na Europa, é prioritária a participação activa nas estruturas da OSCE, tendo em vista a institucionalização duradoura de um sistema de segurança colectivo e de cooperação, mas não é do interesse de Portugal uma integração militar estrategicamente apontada para a intervenção em outras regiões do globo. Pelo contrário, o rumo a seguir é o do reforço das Nações Unidas e da disponibilização para participar em acções de manutenção da paz ou de ajuda humanitária, em que a colaboração portuguesa seja solicitada.

Por outro lado, as relações com os países de língua portuguesa devem ser fortemente estimuladas e desenvolvidas, privilegiando a cooperação nas áreas ligadas ao desenvolvimento económico e social, à cultura, à defesa da língua comum e à colaboração técnico-militar.

No plano social, a elevação do nível de vida; a eliminação das manchas de pobreza e outras chagas sociais; a segurança no emprego; a protecção das camadas mais desfavorecidas; o combate às discriminações; a integração e a defesa dos direitos dos imigrantes; a protecção da juventude e garantia dos seus direitos; o desenvolvimento da saúde pública e do combate à toxicodependência; o fomento da habitação social; a defesa e a preservação do meio ambiente, são, entre outros, objectivos imprescindíveis para congregar as vontades dos portugueses de forma solidária e empenhada, na prossecução dos interesses nacionais.

Também as políticas de educação, de apoio às actividades de investigação e desenvolvimento, da cultura, da defesa da língua portuguesa, do fortalecimento dos laços culturais com os países, territórios e núcleos de emigrantes que falam a nossa língua e a existência de estações públicas de televisão e de rádio, dotadas de meios próprios e subordinadas a critérios de qualidade, isenção e pluralismo, devem ser entendidas como elementos de afirmação da soberania e de coesão nacional.

Aplausos do PCP.

No plano económico e financeiro, constituem para o PCP prioridades indiscutíveis: garantir a suficiente capaci-

dade nacional de decisão; promover o crescimento e o desenvolvimento económicos, combatendo as desigualdades sociais e regionais e a desertificação; assegurar o desenvolvimento das actividades em áreas estratégicas (como os transportes marítimo e aéreo, a energia ou as comunicações); bem como garantir a formação de reservas estratégicas, designadamente nos planos energético e alimentar.

No entender do PCP, as grandes opções preconizadas pelo Governo — que só se afastam das bases já publicitadas pela forma mas não pelo conteúdo — deixam o conceito estratégico de defesa nacional completamente dependente das opções impostas pelos Estados Unidos da América à NATO e da evolução da Política Europeia de Segurança e Defesa, invertendo, consequentemente, as prioridades das Forças Armadas, cada vez mais hipotecadas pelos compromissos externos e com maiores dificuldades para cumprir as missões de real interesse nacional.

Por todo o texto das grandes opções elaborado pelo Governo perpassa a ideia de que o que é bom para os Estados Unidos da América é necessariamente bom para Portugal. E essa é uma ideia que não aceitamos!

Por outro lado, o conceito estratégico de defesa nacional defendido pelo Governo quase restringe a defesa nacional à problemática da defesa militar e das Forças Armadas. Sem dúvida que essa vertente é muito importante, mas não esgota, nem de longe nem de perto, todas as questões que dizem incontornavelmente respeito à defesa nacional.

No documento elaborado pelo Governo, problemas como os que dizem respeito à nossa independência económica, ou à defesa da nossa identidade cultural, ou ao progresso educacional e científico do nosso país, ou, mesmo, à nossa suficiência alimentar ou energética, ou não são praticamente abordados ou são manifestamente mal abordados.

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — São abordados, sim, senhor!

O Orador: — Veja-se o caso da educação: para o Governo, o papel do sistema educativo no que diz respeito à defesa nacional esgota-se numa visão estreita assente na valorização dos «padrões de identidade nacional» ou nas «obrigações de patriotismo», sem que se perceba muito bem de que padrões, ou obrigações, estamos a falar, quando o que se exige do sistema educativo, do ponto de vista da defesa nacional, é, acima de tudo, a elevação dos níveis de qualificação dos nossos recursos humanos e a valorização das capacidades e qualificações dos jovens que constituem o nosso capital mais valioso.

Não pode ainda deixar de merecer um sério reparo a confusão que se estabelece no documento governamental entre as missões das Forças Armadas e as atribuições das forças de segurança.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O que se prevê é a participação das Forças Armadas na prevenção e no combate a certas formas de crime organizado transnacional, especialmente o tráfico de droga, o tráfico de pessoas e as redes de imigração ilegal, mas não se diz, em parte alguma, em que condições tal participação se processa, com que limites e qual a relação que se estabelece nessas situações entre as Forças Armadas e as entidades policiais que são responsáveis pelo combate à criminalidade.

O PCP não põe de parte — como é óbvio! — que em situações em que o combate ao crime exija meios e forças que transcendam a capacidade das forças de segurança, estas possam recorrer à cooperação das Forças Armadas — aliás, como já foi dito, essa cooperação é uma realidade, e é desejável que o seja cada vez mais.

Mas o que tem de ficar muito claro no conceito estratégico de defesa nacional — e não está claro no documento do Governo — é que o combate ao crime organizado é uma atribuição primordial das forças de segurança, e designadamente da Polícia Judiciária, que, aliás, se processa sob a direcção e o controlo funcional das magistraturas, e que qualquer participação das Forças Armadas em missões de combate ao crime devem obedecer a rigorosos critérios de justificação e de proporcionalidade e não podem de forma alguma pôr em causa as competências próprias das polícias e das magistraturas. Do nosso ponto de vista, é importante que isto fique muito claro!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Em síntese, Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, as grandes opções que o Governo aqui apresenta contêm algumas diferenças de forma em relação às bases que foram submetidas a discussão pública, mas mantêm todos os defeitos que já constavam do seu conteúdo. Portanto, não são opções que contribuam para a salvaguarda de valores fundamentais para a independência e a soberania nacionais e para a concretização das tarefas fundamentais do Estado em matéria de defesa nacional. Merecem, por isso, a nossa discordância!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Rebelo.

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Srs. Deputados: As grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional são, hoje, objecto de debate na Assembleia da República, previamente à sua adopção, nos termos previstos na referida lei.

Permitam-me que recorde a esta ilustre Assembleia, as palavras do Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, proferidas a 17 de Abril, na sua intervenção durante a apresentação do Programa do Governo que «propunha um programa que, conceptual e legalmente, fornecesse um sistema lógico, perceptível, compatível e coerente às opções da defesa nacional.»

O sistema lógico proposto apontava para uma sequência de iniciativas legislativas coerentes cujo ponto de partida era a revisão do conceito estratégico de defesa nacional, diploma, aliás, esclarecedor do desígnio estratégico de Portugal no século XXI. Dele decorre a elaboração de um novo conceito estratégico militar, onde constam as exigências do Estado às suas Forças Armadas.

Sabemos que os estudos preparatórios estão a ser melhorados e deixe-me dizer-lhe, Sr. Ministro, também com alguma ironia neste argumento, que quem lê a imprensa internacional sabe, por exemplo, que Espanha começou a revisão estratégica antes de Portugal, mas que também se sabe que Portugal vai terminá-la antes de Espanha...!

Paralelamente, deverão ser estudadas as opções para reformar o Ministério da Defesa, o Estado-Maior General e os Ramos, com o objectivo de fazer mais em conjunto e optar, decididamente, pela eficácia.

Ao propor estas grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional está o Governo a dar mais um passo no cumprimento do seu Programa, nessa data aprovado por esta Casa. Em menos de seis meses, repito, seis meses, conseguiu o Governo corresponder a uma necessidade reclamada por muitos desde há, pelo menos, seis anos.

Foram muitos os que deram o seu contributo para este importante debate — e é de salientar aqui o contributo dado pelo Partido Socialista nesta matéria e também pelo Partido Comunista. De resto, apesar de discordarmos, em absoluto, com grande parte desses documentos que elaboraram, eles foram os primeiros a entregar esses documentos à Assembleia da República.

Foram os mais variados sectores da sociedade que promoveram a discussão de ideias em torno dos temas da segurança e da defesa propostos. Seguramente, muitos de nós que, aqui, hoje estamos nele participámos. Se, porventura, existe quem apenas vê inconvenientes e perigos na adopção desta metodologia, pelo menos, com merecida justiça, um mérito todos lhe deveremos reconhecer: levou os cidadãos a interessarem-se pelo futuro da política de defesa nacional e a consequente aproximação do País às suas Forças Armadas.

São conhecidas as razões que aconselharam a revisão do conceito estratégico de defesa nacional, razões que se constituíram desde 1994 até aos dias de hoje e que, de forma simples, se podem agrigar em dois grupos: primeiro, as alterações que se verificaram no ambiente estratégico global; segundo, nas condicionantes internas que se colocaram a Portugal.

Na vertente externa, pela sua importância, destaco: o terrorismo internacional e a grave ameaça ao Estados de direito, à sua autoridade, aos valores humanistas e às sociedades livres; as chamadas «novas ameaças», com a consciência da vulnerabilidade perante as mesmas; a proliferação crescente de armas de destruição maciça, nas suas dimensões nuclear, biológica e química e, ainda, de meios convencionais de médio e longo alcances, como a sua acessibilidade a organizações não estaduais; o novo mapa europeu, consolidado após o fim da «guerra fria», com incidência no novo quadro de relações com a Rússia e a adesão de países de Leste à Aliança Atlântica; a globalização e os seus reflexos no xadrez internacional; o redimensionamento da importância dos conflitos regionais à escala global.

Ainda na vertente externa, destaco as alterações que decorreram no quadro das alianças em que Portugal participa e das suas relações com outros países, como sejam:

Na NATO, que, já há 2 anos, reformulou o seu próprio conceito estratégico, tendo-o completado com uma revisão de capacidades que, aliás, constitui um desafio tanto para Portugal como para todos os seus aliados. Também a revisão das suas estruturas, comandos e forças, cujas orientações serão aprovadas, esta semana, em Praga e onde estão em jogo interesses nacionais relevantes, como é o caso da manutenção do Comando Regional de Oeiras — que, aliás, era considerado como perdido pelo anterior governo —, sem esquecer o já previsível alargamento da Aliança Atlântica.

Na União Europeia, também, em 1999, foi dado um novo impulso à Política Europeia de Segurança e Defesa,

comprometendo os Estados que nela participam a contribuir para as capacidades operacionais da União, no âmbito da gestão de crises e operações humanitárias.

No relacionamento euro-atlântico, com a preocupação do aumento do diferencial do nível do investimento militar, factor que tem como consequência o enfraquecimento da coesão entre aliados. Nas Nações Unidas, que desenvolvem com significado, a partir da década de 90, operações de paz em número e importância sem paralelo na sua história, devendo salientar-se e fazer-se o elogio — que muito bem aqui foi feito pelo Sr. Deputado Miranda Calha — ao contributo de Portugal e dos seus militares. Finalmente, no âmbito da CPLP, com a introdução de uma dimensão de segurança e defesa e, também, com a admissão de Timor Leste como novo Estado-membro de pleno direito.

Das condicionantes internas, saliento: o fim do serviço militar obrigatório e a transformação, gradual, para as Forças Armadas profissionais; e a necessidade de reforçar os valores de defesa, conjugando vectores como a dimensão nacional, o esforço exigido às finanças públicas, as necessidades operacionais e a consecução da meta da professionalização — nunca, no entanto, menosprezando a formação cívica das novas gerações.

Neste alinhamento de razões, colhidos que foram os contributos oferecidos durante o inovador debate público que promoveu, entendeu o Governo remeter à Assembleia da República um texto de grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional, com um articulado inovador, onde transparecem opções claras em matéria de segurança e de defesa.

Definidos que foram os enquadramentos internacional e nacional, são identificados sequencialmente os valores permanentes da defesa nacional, o espaço estratégico de interesse nacional, as ameaças relevantes — e aqui vai ao encontro do que foi dito por algumas bancadas parlamentares —, o sistema de alianças e organizações internacionais em que participamos, as missões e capacidades das Forças Armadas e, finalmente, os meios necessários e as políticas estruturantes para a defesa nacional.

Sem confundir a finalidade de cada documento, são claros e perceptíveis os contributos que o debate público sobre as bases do conceito estratégico de defesa nacional trouxeram ao texto das grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional.

Considerada que está a estratégia de defesa nacional ao serviço da preservação do Estado soberano e independente que é Portugal, afirma-se o papel do Estado como garante da segurança e da defesa do País: obrigando-se a valorizar os factores de identidade nacional; a proteger a língua portuguesa; a promover o respeito e a dignificação da nossa história; a fazer honrar os símbolos nacionais; e, finalmente, a prestigiar as Forças Armadas e a defender os interesses de Portugal no mundo, desígnios que nos parecem, a nós, CDS-PP, indiscutíveis e que, como cidadãos mas principalmente como portugueses que somos, é nossa obrigação interiorizar e difundir.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — A identificação do espaço estratégico de interesse nacional tem de ser precisa e objectivamente orientadora da acção estratégica a desenvolver pelo Estado. Diferenciando o que se considera o espaço estratégico de interesse nacional permanente e o conjuntural demarca-se

aquilo que é vital, e por isso indiscutível, das prioridades diferenciadas, em função das variáveis que podem afectar, num dado tempo, o interesse nacional.

Para além das ameaças tradicionais que se mantêm no texto destas grandes opções, são identificadas outras que se colocam a Portugal e aos nossos aliados. Estas têm repercussões directas e imediatas nas opções da estruturação do nosso sistema de segurança e defesa, designadamente nas capacidades que são levantadas para as nossas Forças Armadas. A destacar, a visão reformadora do sistema, onde se articula a segurança interna e a segurança externa.

Naturalmente, tal matéria exigirá iniciativas legislativas que definirão orientações para o desenvolvimento de estruturas, de doutrinas e de procedimentos a adoptar.

Também neste campo é fundamental reforçar o papel, a qualidade e a partilha de informações de carácter estratégico e operacional, bem como valorizar o planeamento civil de emergência e contar com um sistema de gestão de crises, de modo a dotar os órgãos de soberania de capacidade de mobilizar as reservas e as instituições existentes, para assegurar uma resposta capaz e sólida em situações críticas para a segurança e defesa do País.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Reconhece-se também o papel fundamental da Organização das Nações Unidas para a segurança internacional, bem como para a manutenção da paz e a resolução dos conflitos.

O Governo toma igualmente a opção inequívoca de considerar a Aliança Atlântica como eixo estruturante para o sistema de segurança e defesa de Portugal, o que certamente trará benefícios para a capacidade de emprego conjunto e combinado das Forças Armadas portuguesas e para uma mais eficiente gestão de recursos humanos, materiais e financeiros a atribuir à política de defesa nacional.

Tal premissa não invalida a importância que Portugal atribui ao seu papel enquanto membro de direito da União Europeia: a afirmação do seu maior interesse estratégico na estabilidade, coesão e aprofundamento do projecto europeu, numa perspectiva de acrescida solidariedade entre todos os Estados e povos nela participantes.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Consequentemente, afirma-se o nosso empenhamento no prosseguimento das várias políticas europeias, incluindo a política europeia de segurança e defesa (isso está lá claramente reafirmado), muito embora se considere sempre que a complementaridade da participação de Portugal na União Europeia e na Aliança Atlântica é a que melhor serve o interesse nacional,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... pois evita a duplicação de esforços ou de investimentos que poderiam resultar numa visão concorrencial ou de conflito entre as políticas de defesa atlântica e europeia.

Para tais necessidades e ambições, para o cumprimento das missões que lhes estão adstritas, devem as Forças Armadas portuguesas dispor de uma organização flexível, adequada aos modernos requisitos de empenhamento operacional, conjunto e combinado, privilegiando a interope-

rabilidade dos meios e, desejavelmente, com capacidades crescentes de projecção e sustentação, protecção de forças e infra-estruturas, comando e controlo de comunicações e informações.

Os programas de desenvolvimento das capacidades das Forças Armadas portuguesas devem, preferencialmente, estar coordenados com os da NATO e da União Europeia.

O Estado de direito democrático deve, imprescindivelmente, na prossecução dos seus objectivos estratégicos, contar com um sistema de informações que proceda nos termos da lei e sujeito à fiscalização democrática, à recolha, tratamento, partilha e adequada utilização de informações.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — O tema aqui abordado é, de facto, muito importante.

A profissionalização das Forças Armadas pressupõe a adopção de políticas que contribuam para o prestígio da instituição militar; a expressão das motivações e incentivos que permitam assegurar o efectivo necessário ao desempenho das missões; a valorização pessoal, técnica e profissional dos militares; a modernização das infra-estruturas e, no plano da continuidade histórica, a dignificação dos antigos combatentes.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — O Estado deve obrigar-se, então, a garantir regras de gestão eficiente, transparente e profissional dos recursos públicos afectos à defesa nacional e aos seus sistemas, compras, aquisições e património. A evolução dos orçamentos deve, portanto, reflectir uma mais adequada distribuição, melhorando gradualmente as funções de investimento, de operações e manutenção.

Assim, e para concluir, creio que para a realização do interesse estratégico de Portugal e o cumprimento dos objectivos da defesa nacional torna-se essencial a aprovação deste documento, por parte do Governo, que conta com o apoio inequívoco da nossa bancada.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Saraiva.

O Sr. José Saraiva (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Um pouco lateralmente, permito-me questionar o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas sobre uma notícia que causa a maior inquietação e perplexidade a qualquer um que está habituado a frequentar algumas reuniões internacionais.

Trata-se da notícia saída hoje e que dá conta de que V. Ex.^a ter-se-á, de certo modo, «deshintonizado» dos seus colegas da União Europeia relativamente à presença do ditador Alexander Lukashenko numa próxima reunião em Bruxelas.

A lista negra contempla uma série de entidades que, previsivelmente, gostariam de participar nessa reunião, tendo V. Ex.^a, segundo a notícia, ficado isolado dos seus colegas, o que, segundo outro diplomata, deixará Portugal numa situação incómoda, cujo custo político reverterá, mais tarde ou mais cedo, contra Portugal.

Penso que estas matérias não podem ser desligadas de uma outra (e esta parte é já dirigida ao Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional), que é o veto que Portugal terá usado relativamente à agenda que está prevista para a cimeira da NATO.

Um dos temas da agenda seria a reestruturação a aprovação dos novos comandos operacionais e gostaria que o Sr. Ministro dilucidasse a Câmara sobre o que ocorreu, já que não houve nenhuma resposta em nenhum órgão de comunicação social a uma notícia publicada ontem no *Diário de Notícias*, que dá conta de que Portugal pode vir a perder o comando.

Não creio e, aliás, o Sr. Deputado João Rebelo fez questão de referir que essa possibilidade de perda existia com o governo anterior, o que é desmentido em absoluto. Creio que, neste momento, Portugal não está em perda e espero que o Sr. Ministro, com os seus bons ofícios, venha a conseguir isso, mas gostava que nesta oportunidade também pudesse dilucidar a Câmara sobre esta matéria.

A Sr.º Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidade Portuguesas.

Dispõe do tempo do PSD, que peço que seja transferido no quadro dos tempos.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidade Portuguesas (António Martins da Cruz): — Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Como penso que já foi dita muita coisa sobre este conceito estratégico de defesa nacional, procurarei ser breve, visto que — como também já aqui foi afirmado — ele visa substituir o conceito datado de 1994, assenta num processo de adaptações nos domínios militar e da política externa encetados com o fim da Guerra Fria e está (era isto que queria dizer) enquadrado nos princípios orientadores da política externa portuguesa. Além disso, avalia a dimensão futura das nossas Forças Armadas, também como instrumento dessa política externa.

Membro da União Europeia, fundador da Aliança Atlântica, detendo este ano a presidência da Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE), Portugal é país «charneira» entre o continente europeu e as américas. Os nossos interesses estratégicos reposam fundamentalmente na Europa, mas não se limitam a ela. É a nossa história e não os presentes factores de globalização que nos projecta para a África, para o Mediterrâneo e para a América Latina e que nos posiciona no lugar central do diálogo transatlântico.

Daí a importância, e creio que a maioria concordará na análise, deste conceito estratégico para o nosso perímetro de actuação em termos diplomáticos mas também de defesa nacional, que não se esgota nas nossas fronteiras terrestres e marítimas.

Como *global player* na cena internacional, Portugal tem orientações estratégicas que correspondem à defesa dos seus interesses permanentes, que devem ter em conta o actual quadro internacional e as perspectivas da sua evolução.

O ambiente político-militar internacional, crescentemente instável, exige cada vez mais um desenvolvimento de operações pequenas e frequentes, por vezes simultâneas e prolongadas, incluindo as de manutenção de paz e/ou as de cunho humanitário. São as chamadas missões de Petesberg, como os especialistas se recordam.

Certamente por lapso, há momentos, o Sr. Deputado José Lello confundiu a 4.ª missão de Petesberg, chamada de extracção de nacionais, quando se tratava de um plano de eventual evacuação de cidadãos nacionais do ex-Zaire, com as *combined joint task force* (CJTF).

Como sabem os especialistas da matéria, as *combined joint task force* nunca foram testadas na prática, porque ainda não se conseguiu resolver a questão dos módulos de comando e, no caso que o Sr. Deputado citou, da transferência do comando de uma CJTF marítima para uma CJTF terrestre.

Nos últimos anos, as Forças Armadas têm sido um instrumento precioso e eficiente da nossa política externa, com a colocação de forças em locais tão distantes de nós e entre si como Angola, Timor ou os Balcãs.

As Forças Armadas, para garantirem esta coerência e continuarem a servir os objectivos estratégicos do Estado português, também no domínio diplomático, terão de ser estruturadas e modernizadas, de forma a tornarem-se mais flexíveis, mais sustentáveis e mais móveis, até para se tornarem um modelo a seguir no quadro da CPLP ou no âmbito ibero-americano, círculos em que nos inserimos e em que poderemos ser chamados a ser o modelo inspirador.

O Portugal de hoje é interveniente activo no projecto europeu e também por isso o seu futuro estratégico, político e económico está ligado à Europa. Daí o nosso interesse fundamental justamente na segurança e na estabilidade da Europa e o nosso empenho no reforço da eficácia da Aliança Atlântica como instrumento colectivo essencial para essa defesa, essa segurança e essa estabilidade.

Esta dimensão é, aliás, reforçada através de outros interfaces, nomeadamente os esforços de prevenção de conflitos da OSCE e o sucesso, no âmbito da União Europeia, do desenvolvimento e da consolidação de uma política externa de segurança comum e da política europeia de segurança e defesa que a integra. Estamos, por isso, empenhados num equilibrado *burden sharing*, ou partilha de responsabilidades, entre a Europa e os Estados Unidos.

Por termos claro este entender e por sabermos que a defesa da Europa é impossível, nas actuais circunstâncias, sem os Estados Unidos, somos partidários de um atlantismo europeu e da manutenção da coesão entre os dois lados do Atlântico.

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Os nossos interesses não se limitam, todavia, à Europa como parceiro económico activo com a América do Norte, mas alargam-se à América Latina, à África e aos países do Mediterrâneo, com interesses económicos espalhados pelo mundo. A nossa segurança nacional e o nosso desenvolvimento e estabilidade económica dependem também da estabilidade a um nível global, assim como do nosso envolvimento em organizações como as Nações Unidas.

Aliás, na linha do que já aqui sublinhou o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, Portugal (e porque esta questão concreta foi colocada pelo Partido Socialista) dá particular cuidado às suas relações com o Mediterrâneo, seja no quadro do diálogo 5+5, seja no âmbito mais largo do processo de Barcelona.

Temos, com Marrocos, com a Argélia, com a Tunísia e, crescentemente com a Líbia, diálogos no plano político

e económico. Procuramos, aliás, como já tive ocasião de referir uma vez nesta Câmara, que a evolução negativa do processo de paz do Médio Oriente não contamine o nosso diálogo com os países do Mediterrâneo, não contamine o diálogo euro-atlântico no âmbito da União Europeia.

Para terminar, Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, este conceito estratégico, que agora discutimos, deverá constituir uma base sólida a partir da qual irão retirar-se orientações necessárias em termos de missão e postura das Forças Armadas.

A identidade nacional é, porventura, a maior herança que os portugueses receberam da História, é um património genético colectivo de que, obviamente, todos nos orgulhamos. São essa identidade e esse património que servem este conceito estratégico como instrumento da afirmação dos nossos interesses permanentes que importa saber defender nas frentes política, económica, diplomática, certamente, e também militar, por isso precisamos deste conceito estratégico.

Sr.^a Presidente, aproveitando o facto de ter a palavra, se me permite, gostaria de responder a questões colocadas pelos Srs. Deputados Marques Júnior e José Saraiva.

Foi referido que Portugal vetou a presença do presidente da Bielorrússia em reuniões internacionais, em Bruxelas. Creio que os Srs. Deputados leram apenas o título da notícia, que, apesar de ser enviesada, tem quase tudo aquilo que eu tive oportunidade de referir, ontem, em Bruxelas. Explico-me com o detalhe possível no tempo que me é concedido.

A nossa objecção não era de fundo. Portugal, e tive ocasião de o referir, sempre condenou a falta de representatividade democrática, a violação dos direitos humanos e a violação dos direitos de imprensa na Bielorrússia. Temo-lo feito não só nas Nações Unidas como claramente no quadro da OSCE. Simplesmente, o que estava a discutir-se, Srs. Deputados, era um problema de concessão de vistos, não para excluir o Sr. Presidente da Bielorrússia de nenhuma reunião em Bruxelas, mas para levar a efeito uma acção comum da União Europeia, igual a outras que foram debatidas naquele quadro.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Ministro, o seu tempo terminou.

Peço-lhe que conclua rapidamente, por favor.

O Orador: — Terminarei rapidamente, Sr.^a Presidente.

Portugal opõe-se à posição comum por duas razões: primeiro, por uma razão de uma oportunidade política, já que, exercendo a presidência da OSCE, desejamos manter em aberto um diálogo que temos com a Bielorrússia, no sentido de reabrir a delegação que a OSCE tem na sua capital, justamente para poder ser testemunha das violações dos direitos do homem e da falta de representatividade democrática.

Em segundo lugar, no sentido de permitir que a delegação da Bielorrússia assista, no dia 6 e 7 de Dezembro, à reunião ministerial da OSCE, na cidade do Porto. É que, se a Bielorrússia não vier, Srs. Deputados — e era isso que queria um ou outro parceiro da União Europeia —, segundo as regras da OSCE, a reunião não terá lugar, porque nem sequer a agenda, a ordem do dia, será aprovada.

Para além disso, suscitámos também uma questão horizontal, ou seja, a revisão do sistema de exclusões de voto nas posições comuns, se se dá esse direito a qualquer um dos países, no que fomos acompanhados por outros

Estados-membros da União Europeia. E propus, claramente, que este problema fosse analisado nos grupos do Conselho e regressasse ao Conselho dos Assuntos Gerais nos dias 9 e 10 Dezembro.

Por isto, Sr. Deputado, é que o título da notícia era enviesado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Lello.

O Sr. José Lello (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: A minha intervenção vai ser muito breve, porque quero apenas debruçar-me sobre considerações que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros aqui fez em relação a uma intervenção que também aqui produzi.

O Sr. Ministro, que já foi embaixador na NATO, tem obrigação de ser um conhecedor destas temáticas: na NATO privilegia-se a contenção e o consenso, consenso que, pelos vistos, não foi a «pérola» que V. Ex.^a considerou importante nesta última reunião em Bruxelas, mas a contenção é essencial. E V. Ex.^a, porventura, precipitou-se, ao querer aqui mostrar erudição nestas temáticas, na medida em que viu missões de Petersberg, quando não existiram missões de Petersberg na minha intervenção, falou sobre o conceito de *combat joint task force*, quando eu apenas disse que a nossa intervenção tinha essa formulação, uma vez que era uma intervenção meramente nacional. Aliás, V. Ex.^a sabe que nós estamos aqui a debater, pelo menos, ao que me parece, as bases do conceito estratégico de defesa nacional, que nada tem a ver com a doutrina NATO e, portanto, nada tem a ver com intervenções multinacionais mas, sim, com os recursos que temos para fazer face à tipologia de ameaças que impendem sobre os objectivos e os interesses nacionais.

O que eu disse, na decorrência da intervenção do Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, que referiu que um dos objectivos era, naturalmente, defender, no quadro das possibilidades — ele disse isso —, os nossos nacionais e os nossos interesses, para além do território nacional,...

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, terminou o tempo de que dispunha, pelo que lhe peço o favor de concluir.

O Orador: — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

Por isso, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, o que eu quis dizer foi que se fez uma missão com projecção de forças, do tipo do CJTF, que era comandada por um fuzileiro, tinha *rangers* e meios da Força Aérea, razão pela qual todos os ramos estavam envolvidos. Foi isto que eu quis dizer e nada mais do que isto.

Portanto, Sr. Ministro, um pouco de contenção talvez não tivesse sido pior.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, chegámos ao fim do debate sobre as grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional e, conforme foi decidido há momentos, vamos, agora, proceder ao debate...

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr.^a Presidente, peço desculpa, permite-me o uso da palavra?

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Pede a palavra para que efectue, Sr. Ministro?

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr.^a Presidente, peço a palavra porque, em 30 segundos, com alguma boa vontade, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas tem apenas uma explicação pertinente a dar ao Sr. Deputado José Lello, que, seguramente, gostaria de a ouvir, se a Sr.^a Presidente, com o consentimento de todas as bancadas, o autorizasse. É muito rápido, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, em 30 segundos, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas: — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Quero apenas dizer que a operação que o Sr. Deputado José Lello descreveu, e que tem a ver com a evacuação dos nacionais em áreas controversas, é a IV Missão de Petersberg, como eu disse, é a chamada extracção de nacionais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Ministros, Srs. Deputados, vamos, então, proceder ao debate sobre o acidente com o petroleiro *Prestige* e as suas consequências.

O esquema do debate e a grelha de tempos que vamos utilizar são aqueles que foram hoje decididos em Conferência de Líderes e que relembrar, rapidamente, para que todos saibamos quais são as regras.

O Governo terá 10 minutos para abrir o debate e, depois, seguem-se duas rondas de perguntas ao Governo, por parte dos Srs. Deputados.

Os primeiros três partidos que vão formular pedidos de esclarecimento são os três partidos que solicitaram um debate de urgência sobre esta questão, pela ordem de entrada desses pedidos, isto é, primeiro o PS, depois Os Verdes e, em seguida, o Bloco de Esquerda. Só depois formularão perguntas os restantes partidos.

Para esta primeira ronda de perguntas, os dois maiores partidos dispõem de 5 minutos, os dois partidos de dimensão seguinte dispõem de 4 minutos, os dois partidos cujos grupos parlamentares são mais pequenos dispõem de 3 minutos.

Na segunda ronda de perguntas, cada partido disporá de 3 minutos para formular as suas perguntas.

O Governo dispõe de 30 minutos, tempo que utilizará como entender, para responder ao conjunto das perguntas.

Srs. Ministros, Srs. Deputados, vamos, então, dar início ao debate.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Desde o dia do acidente do navio *Prestige*, o Governo acompanha muito atentamente a situação, tendo como prioridades a defesa

intransigente do interesse de Portugal, a prevenção para limitar danos do ponto de vista ecológico, o envolvimento das instituições internacionais e a transparência perante a opinião pública.

Quando se deu a verdadeira alteração de rota do navio *Prestige* já acidentado, o Governo português interveio na exacta medida em que tinha de o fazer e devia fazê-lo. E é isso que demonstrarei à Assembleia da República.

Foi criada uma célula de acompanhamento, constituída pelo Ministério da Defesa Nacional, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, pelo Ministério do Ambiente, pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministério das Obras Públicas, pelo Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência e Proteção Civil, sendo que, como é abundantemente demonstrável, cada Ministério, com orientação geral do Governo, teve a sua prontidão e o seu relacionamento com este tema desde o primeiro dia. Por isso, aliás, terão os Srs. Deputados detectado a presença, por exemplo, de meios navais portugueses próximos da evolução dos factos desde o primeiro dia.

Qual foi a primeira prioridade do Governo de Portugal? Não tinha de se colocar em «bicos dos pés», porque não tinha de atrair para si responsabilidades que não eram suas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — No momento em que o navio entrou na zona portuguesa de busca e salvamento, o Governo foi muito claro ao esclarecer que, pela convenção respectiva, as responsabilidades de Portugal, no caso de um navio que está na sua zona de busca e salvamento, são apenas as de salvar vidas humanas no mar e, por isso, os meios de busca e salvamento da nossa Marinha estavam absolutamente prontos e próximos do local. Nunca esse problema se colocou.

Foi dito, com toda a clareza, a quem de direito, que Portugal não aceitaria a transferência de uma responsabilidade que não era sua. E quero que os Srs. Deputados saibam que, no dia 18, foi dito, primeiro, ao armador, depois, ao rebocador — primeiro, oralmente, depois, por comunicação escrita —, que Portugal não aceitaria, em nenhuma circunstância, a rota de aproximação à zona económica exclusiva portuguesa e que o navio não entraria nessa zona económica exclusiva nem poderia atracar em nenhum porto português.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Alguns dos mais apressados julgam que as decisões do Governo não surtiram efeito. Facultarei à Assembleia da República os documentos da Marinha de Guerra portuguesa que provam que, quando o Governo disse «O navio não entra em zona económica exclusiva de Portugal, porque não estamos disponíveis para aceitar, nas nossas águas, uma catástrofe potencial, do ponto de vista ecológico. A responsabilidade não é nossa, aqui não entram; a responsabilidade não é nossa, aqui não vão atracar!», o navio entendeu a linguagem do Governo de Portugal, a dissuasão funcionou e a rota do navio alterou-se da rota 230, a caminho da zona económica exclusiva portuguesa, para a rota 270, que o afastava da zona económica exclusiva portuguesa. Estes são os factos documentados! Portugal fez o que tinha a fazer, não reclamou, para

si, responsabilidades que não eram suas e evitou, como era dever do Governo, que o navio entrasse na sua zona económica exclusiva ou pudesse aqui atracar.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Se não o tivéssemos feito, aí, sim, teríamos atraído para Portugal problemas e responsabilidades graves.

O navio afundou-se na zona económica exclusiva espanhola, a 32 milhas da zona económica exclusiva portuguesa. Aquilo que o Governo tinha de fazer, para dissuadir a entrada do navio, fez, e se hoje o armador produziu declarações tentando culpar o Governo de Portugal e a nossa Marinha da situação do navio, chamo a atenção desta Câmara, com patriotismo, que o armador está, certamente, entre os maiores responsáveis pela situação do navio...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... e que pode procurar responsabilidades terceiras onde entender, mas o Governo português, em nenhuma circunstância, aceitaria que o navio entrasse na nossa zona económica exclusiva, porque não aceitamos trazer para Portugal a consequência de uma catástrofe que não é da nossa responsabilidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ao mesmo tempo, foram tomadas todas as providências necessárias para podermos ter o máximo de informação e a maior limitação de danos possível.

O número e a qualidade de meios navais e aéreos que estão sobre o local e que acompanham as manchas do derrame são os suficientes, neste momento, para podermos ter toda a informação. Estiveram no local várias corvetas, uma fragata, um *aviocar* e serão colocados todos os meios necessários para que Portugal possa seguir a rota das manchas de crude, ter uma projecção do seu destino e agir em conformidade.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Depois, do ponto de vista da prevenção da situação ambiental, como o Sr. Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território poderá explicar detalhadamente, foram também analisadas as zonas sensíveis onde pode haver consequências, verificados os locais de armazenamento e tratado o recrutamento de pessoal necessário para estas circunstâncias.

A partir daqui, Sr.^{as} e Srs. Deputados, entramos numa zona que, graças a Deus, é hoje menos provável do que ontem e que tem que ver com um «se», com um condicional. Neste momento, a projecção possível dos ventos aponta para que as manchas de crude se dirijam para a costa espanhola. É o que é possível prever hoje, é o que era possível prever ontem, aliás, de ontem para hoje a previsão melhorou de forma considerável e importante. A projecção feita fora da nossa zona económica exclusiva, fora do território português, ontem era esta, hoje é esta! Não são projecções do Governo, são projecções científicas das autoridades competentes.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Foram accionados, no domínio do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, os meios necessários para se produzir a fiscalização dos produtos alimentares com origem naquela região espanhola, foram analisadas dezenas e dezenas de milhares de quilos de pescado, foram feitas inspecções extraordinárias nas lotas e nas grandes superfícies, cujos resultados serão transmitidos ao Parlamento.

Foram accionados os centros distritais de operações de emergência em Viana do Castelo, no Porto, em Braga e em Aveiro para que o pessoal que habitualmente está disponível e vocacionado para dar ajuda substancial nas nossas costas esteja de prontidão, nomeadamente bombeiros, escuteiros, organizações não governamentais.

Foram dadas hoje instruções — e quero que a Câmara saiba também disto — para que, caso venha a ser necessário (esperemos que não e, sobretudo, esperemos que nunca em proporções graves) apoio humano nas nossas praias, nas nossas zonas de costa para retirar poluição, porque, como os Srs. Deputados sabem, em acidentes deste género o maior combate dá-se junto à costa e não no mar, estejam disponibilizados 550 efectivos do exército português, que com brio ajudarão a retirar a poluição que for necessário.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Talvez aqueles que não gostam das missões de interesse público das Forças Armadas tenham agora um bom motivo de reflexão, porque tencionamos demonstrar, e quero aqui elogiar o trabalho da Marinha, da Força Aérea e do Exército português em apoio do País numa situação crítica! Fizeram o que lhes competia, e fizeram-no com imensa dignidade! Se temos hoje muita informação, em grande medida, a eles lhes devemos.

· **A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza):** — Sr. Ministro, peço-lhe que conclua, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

O Orador: — Termino já, Sr.^a Presidente.

Foram accionados também os serviços do planeamento civil de emergência para o caso limite, que esperamos não venha a acontecer, de haver problemas de abastecimento por parte de Portugal.

Foram ainda accionados mecanismos de envolvimento das instâncias internacionais União Europeia e autoridades marítimas internacionais para termos a capacidade de resposta solidária para um problema que não foi da responsabilidade de Portugal. Enquanto potencial desastre ecológico, que, graças a Deus, não se aproxima da nossa costa de acordo com as projecções de hoje, é, obviamente, um problema de todos e todos temos obrigação de contribuir para o resolver.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para iniciar a primeira ronda de perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, dispondo de 5 minutos.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, desejo começar por registar o facto surpreendente de V. Ex.^a ter terminado a sua intervenção introdutoria literalmente aos gritos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. José Sócrates (PS): — Isso não ajuda nada!

O Orador: — Devo dizer-lhe que essa atitude me parece muito pouco adequada ao sentido deste debate.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Já há pouco, o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional procurou transformar um requerimento do PS para a realização de um debate urgente hoje, em Plenário, numa exigência sua e do Governo. Nada disso faz sentido, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional!

O PS requereu este debate de urgência, como outros grupos parlamentares representados nesta Câmara, com o objectivo muito preciso de permitir ao Governo esclarecer o Parlamento, e através deste o País, sobre as medidas que tem vindo a adoptar, e tenciona adoptar no futuro, para fazer face a uma iminente catástrofe ecológica.

Da nossa parte, Sr. Ministro, não encontrará resposta para aquilo que possa ser uma querela político-partidária a propósito dessa questão. Connosco não conta para isso!

Aplausos do PS.

Sr. Ministro, verifico que, desde que ontem tivemos ocasião de solicitar este debate de urgência, já foi possível ao Governo, provavelmente por coincidência, mas permitirá que pensemos o contrário, fornecer finalmente um conjunto de informações muito positivas sobre os acontecimentos com o petroleiro e sobre as medidas que o Governo estava a adoptar. Isso aconteceu já seis dias depois do incidente; não é propriamente uma resposta muito célebre, mas ainda bem que aconteceu.

De novo esta iniciativa se mostrou pertinente, porque o Sr. Ministro teve ocasião de aqui vir trazer informações adicionais. Infelizmente, porém, ainda existem algumas respostas que pretendemos obter e, por isso, gostava de colocar-lhe algumas questões.

Sr. Ministro, tivemos conhecimento, pela sua intervenção, que o Governo tinha transmitido a quem de direito — são as suas palavras —, tendo precisado que no dia 18 transmitiu ao armador, informação de que o Estado português não aceitaria a entrada do petroleiro na zona económica exclusiva portuguesa nem a atracagem num porto português. Registo, Sr. Ministro, que nesta sua referência a quem de direito não consta menção a nenhuma tomada de posição do Governo português junto das autoridades espanholas.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — Pretendemos saber, Sr. Ministro, que intervenção teve o Governo português junto das autoridades espanholas na definição da estratégia face a esta crise.

As autoridades espanholas decidiram, também elas, aparentemente, não permitir a atracagem do navio para que num porto espanhol mais próximo pudesse fazer-se a transfega do fuel. Ora, queremos saber, Sr. Ministro, se, de alguma forma, o Governo português fez sentir junto do Governo espanhol a necessidade de ser adoptada uma resposta para esta crise que não agravasse a ameaça para os

interesses portugueses, designadamente para os interesses ambientais, e se o fez com o sentido enérgico que, naturalmente, a gravidade das circunstâncias exige. Até ao momento esta resposta não foi dada, mas imagino que o Sr. Ministro esteja em condições de nos dar esclarecimentos sobre essa matéria.

Por outro lado, Sr. Ministro, não entramos numa teoria geral sobre a insuficiência de meios para responder a esta crise, porque temos bem noção, até por outros acidentes que aconteceram noutras latitudes, que nunca um Estado costeiro tem os meios suficientes para impedir que uma maré negra possa atingir a sua costa, sobretudo se aquela tem as dimensões que se adivinha na situação aqui em causa.

Todavia, é necessário mobilizar esses meios internacionais, mas também nessa matéria não há ainda registo de informação suficiente sobre se o Estado português já garantiu a mobilização desses meios internacionais para minorar os efeitos que possam vir a verificar-se caso a maré negra se aproxime das águas portuguesas e, portanto, seja necessária uma intervenção em alto mar e junto à costa portuguesa.

Peço-lhe, Sr. Ministro, que confirme uma informação. Como é sabido, estão em construção, nos estaleiros de Viana do Castelo, duas patrulhas oceânicas.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

O Orador: — Concluo já, Sr.^a Presidente.

O governo anterior tinha decidido que uma das duas primeiras patrulhas oceânicas que, no âmbito desse programa, iria ser construída tinha uma valência de combate à poluição. Existe uma informação, que gostaria que o Sr. Ministro negasse, se for o caso, de que houve uma inversão das prioridades decididas, no mês de Dezembro de 2000, pelo anterior governo e que, agora, nenhuma das patrulhas que vão ser construídas nos estaleiros de Viana do Castelo tem a valência de combate à poluição. Gostaria de saber, Sr. Ministro, se ocorreu ou não essa inversão de prioridades em matéria de meios de combate à poluição marítima.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, naturalmente, todos os Ministros do Governo de Portugal que têm uma tutela que, de alguma forma, pode ter que ver com este tema entraram bem cedo em contacto com as autoridades espanholas.

Ficou muito claro, desde o início, que não estariam disponíveis para atrair ou deixar atrair para Portugal um problema que não era da nossa responsabilidade e que estávamos, e estamos, disponíveis para contribuir para a resolução de um problema ecológico que pode ser sério e que, como problema ecológico numa Europa civilizada de recursos que têm de ser protegidos, deve merecer a colaboração de todos. Isto ficou muito claro desde o início!

Houve uma diferença: não o fizemos aos gritos...

O Sr. António Filipe (PCP): — Os gritos foram só para aqui!

O Orador: — ...pela simples circunstância de que fazê-lo aos gritos atrairia para Portugal uma responsabilidade que não era nossa!

Protestos do PS.

Srs. Deputados, estamos a falar de uma coisa muito séria para todos, relativamente à qual podiam, pelo menos, ter tido a humildade de reconhecer que, no momento...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Já está aos gritos!

O Orador: — ...em que o navio apresentou perigo para a zona económica exclusiva portuguesa e houve intenção de o fazer atracar num porto português, o Governo dissidiu a sua entrada em zona económica nacional ou a sua atracagem em porto português! Defendeu o interesse nacional e evitou que na nossa zona se dessem responsabilidades ou problemas. Isto, pelo menos, podia ser reconhecido por VV. Ex.^{as}!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. António Filipe (PCP): — Não precisa gritar! Ninguém aqui é surdo!

O Orador: — Segundo ponto: evidentemente, como aqui foi dito, e muito bem, nenhum país dispõe por si só de meios suficientes para fazer face às consequências do pior cenário que podemos imaginar nesta catástrofe. Por isso mesmo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, obviamente, Portugal solicitou ajudas e recebeu apoios. A Direcção-Geral da Autoridade Marítima, em estreita colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, centraliza esses apoios, que são, pelo menos e para já, salvo alguma informação complementar, do Reino Unido, da Holanda, de países nórdicos e dos Estados Unidos.

A propósito dos navios de combate à poluição, chamo a atenção para o facto de estes não terem eficiência num mar como aquele que se apresenta neste momento na zona da catástrofe, dada a alteração das condições marítimas. Talvez por isso, bem aqui ao lado, Estados que dispõem há muitos anos de navios dessa ordem não os utilizaram.

Quanto ao programa dos navios-patrulha, Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, vou dizer-lhe, com toda a franqueza, que se há uma matéria em que considero que o PS não tem muita autoridade para falar é nessa. Sabe porquê, Sr. Deputado? Que Portugal precisa de navios-patrulha oceânicos concordo eu e concorda o senhor. Que Portugal precisa de navios de combate à poluição concordo eu e concorda o senhor. Durante muitos anos falou-se na construção dos navios-patrulha oceânicos e na substituição de corvetas que têm 40 anos. Sobre isto eu vi despachos, eu vi projectos, eu vi declarações, só não vi um contrato assinado! Foi este Governo quem assinou o contrato, em colaboração com os estaleiros navais de Viana do Castelo,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... para a construção dos dois primeiros navios-patrulha oceânicos de um programa de 10 mais 2, dos quais 2 com

valência ambiental. E, Sr. Deputado, foi a própria administração dos estaleiros navais de Viana do Castelo que entendeu que, como os estaleiros iam iniciar este projecto, como precisavam de segurar o seu risco técnico do ponto de vista do projecto e da construção, queriam começar por dois navios-patrulha oceânicos, indo, a seguir, entrar um programa de um navio de combate à poluição. Com uma grande diferença em relação a VV. Ex.^{as}: nós fazemos, vocês prometem!

Aplausos do PSD e CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro. Dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro, gostaria de dizer que, do ponto de vista de Os Verdes, estamos a discutir um grave problema nacional e não são, seguramente, a histeria e os gritos que aumentam a nossa capacidade de defesa em relação à esse problema.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

E o problema que temos pela frente, Sr. Ministro, é um acidente ocorrido há uma semana e que logo no primeiro derrame provocou uma maré negra. Ora, como ele ocorreu na Galiza, pelo menos a probabilidade de a nossa costa norte ser atingida podia ser equacionada. E a verdade é que o gabinete de crise foi criado cinco dias depois. Esta é a primeira questão que eu gostaria de ver esclarecida.

Em segundo lugar, como o Sr. Ministro bem sabe, o acidente ocorreu em Finisterra e o barco começou — e bem — a ser rebocado para nordeste. Contudo, no domingo, houve uma inflexão no rumo que o rebocador passou a dar ao barco espanhol. É evidente que, do nosso ponto de vista, trazer para sul...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — O barco não era espanhol!

A Oradora: — Não era um barco espanhol, era um barco com bandeira de conveniência. O Sr. Deputado sabe muito bem do que é que eu estou a falar!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Então não era espanhol!

A Oradora: — E estou a falar do seguinte: sendo pelo menos admissível que as autoridades espanholas tenham recusado a acostagem do barco nos seus portos e sendo pelo menos — «pelo menos» é a leitura que eu faço — admissível que o reboque para sul tenha pretendido fazer reflectir negativamente a questão sobre a nossa zona económica exclusiva, na qual, aliás, tangencialmente, o petroleiro veio a afundar-se, gostaria que me dissesse, sendo certo que a atitude de Espanha, do nosso ponto de vista, foi de grave irresponsabilidade, o que é que, para além do envio da corveta João Coutinho para a nossa zona económica exclusiva, foi feito no plano diplomático no sentido de não se aceitar o rumo dado ao navio.

Terceira questão, Sr. Ministro: ontem, numa conferência de imprensa dada na Galiza, ouvi o representante de Madrid nessa região espanhola dizer que tinha sido criado

um gabinete de emergência para o acompanhamento das operações em Espanha, que as autoridades portuguesas tinham sido convidadas a integrá-lo e que o não tinham feito.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr.^a Deputada, o seu tempo terminou.

A Oradora: — Gostava que sobre esta matéria — e referi uma afirmação feita pelas autoridades de Espanha — o Sr. Ministro desse também uma resposta cabal.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (Isaltino Moraes): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, o Governo, logo que tomou conhecimento deste acidente, tomou medidas e convocou um gabinete de crise, que integrou os Ministérios da Defesa Nacional, das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e das Obras Públicas, Transportes e Habitação. Foram também, de imediato, tomadas medidas ao nível dos diversos ministérios, mas gostaria de aqui esclarecer os Srs. Deputados que só do dia 17 para o dia 18 se verificou uma inflexão na rota do barco, o que significa que só nessa altura surgiu uma iminência de perigo para Portugal. Isso determinou, naturalmente, usando as vias diplomáticas, uma chamada de atenção às autoridades espanholas por parte do Governo português, de forma mais dura, que as informou também sobre a sua posição relativamente ao problema, que, aliás, o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional já aqui referiu.

Portanto, do dia 17 para o dia 18, momento em que teve conhecimento da nova rota do barco, as autoridades portuguesas comunicaram que não tolerariam a sua entrada na zona económica exclusiva de Portugal.

Por outro lado, devo dizer também que, desde o início, foram tomadas medidas, até diria que, neste momento, estamos numa situação que se assemelha a uma espécie de exercício de protecção civil.

Devo dizer que, por vezes, fico com a sensação clara que há um desejo extraordinário de que a catástrofe chegue a Portugal!

Protestos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

É uma sensação estranha!

Nós estamos, repito, a viver um período de exercício de protecção civil. De resto, eu esperava que, estando a mancha em evolução, os Srs. Deputados perguntassem, designadamente ao Ministro do Ambiente, que está na vossa presença, que medidas pretendia tomar para combater a poluição no caso de ela evoluir no sentido da nossa costa — e desejamos que assim não seja —, porque está demonstrado que é na costa que tem de se atacar a poluição.

Realmente, ainda não me chegou questão alguma! E eu estou aqui para esclarecer os Srs. Deputados!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Srs. Ministros, estamos a discutir uma matéria de enorme importância e, por isso, ainda bem que temos este debate, ainda bem que os factos são mais teimosos que os argumentos e que a resistência suscitada quando fiz aqui uma declaração política foi ultrapassada e que temos o debate, que é a nossa obrigação.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — Quero, aliás, dizer ao Governo que tudo o que for feito para prevenir a catástrofe ambiental, para combater os seus efeitos, para mostrar solidariedade efectiva com a Galiza tem o nosso apoio sem qualquer reserva.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ainda por cima, notícias das últimas horas dizem que os contentores do navio afundado estarão a ceder e que se formou uma segunda mancha, o que, a ser verdade, agrava o risco de uma segunda vaga de maré negra.

Dito isto, foram feitas aqui afirmações sobre as quais não é possível passar em silêncio. O Sr. Ministro Paulo Portas disse-nos, o que é uma novidade absoluta, que havia intenção do Governo de fazer atracar o navio em porto português...

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Não disse nada disso! Não minta para a televisão!

O Orador: — Disse isso.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Disse que era a intenção do navio!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ah!

O Orador: — Foi exactamente isso que eu disse!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Não disse, não!

O Orador: — Quero saber em que altura o navio comunicou ao Governo português que tinha a intenção de atracar em porto...

Srs. Deputados, não sei por que é que há esta exaltação e este nervosismo! É preciso não perder a cabeça.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Porque não está a dizer a verdade!

O Orador: — Sr. Ministro, comporte-se!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Eu não lhe admito isso!

O Orador: — O Sr. Ministro disse-nos aqui que o navio transmitiu a intenção de vir a porto português. Naturalmente o Governo rejeitou e eu quero saber quando.

Em segundo lugar, disse-nos o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, que o navio, do dia 17 para o dia 18, fez uma inflexão. Extraordinário! O navio tem um acidente no dia 13, no dia 15 começa a vir para Portugal e do dia 17 para o dia 18 chega à zona de busca e salvamento de Portugal. Leva quatro dias a aproximar-se de Portugal e só quando chega é que descobrem que há uma inflexão?!

Mais ainda: o que é isso da rota 270?! O caso da passagem da rota 230 para a rota 270 é a ligeira inflexão que mantém o navio na zona de busca e salvamento portuguesa a aproximar-se da zona económica exclusiva de Portugal e a afastar-se da zona económica exclusiva de Espanha, onde ainda estava no momento em que se afundou.

Este mapa, que lhe mostro, não nos deixa enganar! Foi isto que o navio fez ao longo destes dias!

E, sobre isso, entre a viragem ocorrida no dia 15, às 8 horas e 10 minutos, e o afundamento, a partir das 9 horas e 45 minutos do dia 19, a rota foi sempre de aproximação a Portugal.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo acabou. Conclua, por favor.

O Orador: — Concluirei, Sr.^a Presidente.

Gostava de saber, em primeiro lugar, se o Governo foi consultado por Espanha e se se pronunciou contrariamente, como deve ter feito, à hipótese de bombardeamento do Prestige,...

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — ... e, em segundo lugar, se as três hipóteses alternativas, as de arrastá-lo até ao afundamento, ou seja, levá-lo para oeste, fazer a transfega no alto-mar ou levá-lo para um porto espanhol quando ele estava à beira do cabo Finisterra, foram discutidas com o Governo português.

Temos o direito — é importante que se saiba — de conhecer a resposta a estas questões, porque são elas que dão a dimensão de um caso que não era exclusivamente espanhol, que não era galego,...

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Orador: — ... que, embora tendo ocorrido em águas espanholas, afectava necessariamente Portugal. E é por isso que estamos a discuti-lo.

Vozes do BE: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado Telmo Correia, pede a palavra para que efectue?

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Para interpelar a Mesa, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, este é um debate importante e sério, que queremos seja travado com a maior serenidade, mas parece-me que, em nome da dignidade desta Câmara e do prestígio da Assembleia,

os termos em que o Sr. Deputado Francisco Louçã — que dará ordens a quem muito bem entender — se dirigiu a um Ministro do Governo de Portugal não são respeitosos e, na nossa opinião, não são aceitáveis.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do BE.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — O Sr. Deputado Francisco Louçã pede a palavra para que efectue?

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr.^a Presidente, é para, sob a forma de interpelação à Mesa, esclarecer este assunto.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr.^a Presidente, obviamente, este é um debate da máxima importância.

Reagi à intervenção do Sr. Ministro porque ele me estava a interromper sistematicamente e porque, nitidamente, não tinha percebido a citação que fiz da intervenção que ele tinha produzido.

Sr. Deputado Telmo Correia, a respeito de qualquer esclarecimento e sobre como me dirijo ao Governo e como o Governo se dirige a mim, creio que o Sr. Dr. Paulo Portas não precisa de nenhuma tutela aqui.

Aplausos do BE.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, peço que o debate prossiga com a maior serenidade.

Suponho que houve um lapso, quando o Sr. Deputado Francisco Louçã estava a falar, porque falou na intenção do Governo em fazer atracar o navio num porto português e não na intenção do navio. Presumo que esse lapso — que o terá sido, seguramente — teve alguma responsabilidade naquilo que se gerou.

Peço a maior serenidade para que possamos continuar o debate.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Desculpe, Sr.^a Presidente, mas corrigi imediatamente e foi depois de ter corrigido que houve interpelações sucessivas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Não, não!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, quanto à vontade do navio atracar num porto português, V. Ex.^a julgou ter encontrado nessa vontade algum facto extraordinário. V. Ex.^a, porventura, interessou-se por este assunto há pouco tempo, mas se consultar as notícias das agências internacionais e da agência oficial portuguesa sabe que o armador manifestou, em público, a vontade de se dirigir a sul, a um porto português.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, Sr. Deputado, não há nisso nenhum facto extraordinário. Há, apenas, a registar que, no preciso momento em que uma alteração de rota o podia trazer para zona económica exclusiva portuguesa, auxiliado ainda pela manifestação de vontade hipotética do armador, o Governo português foi meridianamente claro ao dizer: na nossa zona económica exclusiva não entram! Em porto português não atracam!.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E, porventura, a leitura dos documentos provará, Sr. Deputado, que V. Ex.^a não tem razão.

Foi, de facto, a posição do Governo português que permitiu dissuadir, com eficiência, a rota que, entretanto, o navio tinha determinado. E sabe porquê? Vou ler-lhe a própria notícia da Marinha, segundo a qual o navio vinha com um rumo 230° — a este rumo, entraria, limite norte, na zona económica exclusiva portuguesa. De acordo com Lisboa, não há autorização das autoridades portuguesas. Deste modo, foi pedido ao rebocador, coordenador da operação, para entrar em contacto com o outro rebocador e também clarificar... Ria de Vigo, após contacto, para obter instruções, com o centro de salvamento marítimo espanhol, informou que a rota mudou para 270°. A este rumo, a distância mais aproximada da zona económica exclusiva portuguesa são 35 milhas náuticas.

Ou seja, Sr. Deputado, pela alteração de rota, o navio dirigia-se, se nada fosse feito, para zona económica exclusiva portuguesa. E aí, sim, por convenções internacionais relevantes, poderiam discutir-se responsabilidades, que Portugal não tem. Era, portanto, absolutamente necessário que o navio não entrasse em zona económica exclusiva portuguesa. Foi feita a comunicação oral e, depois, a comunicação escrita, ao armador e aos rebocadores. O navio mudou de rota e desviou-se da rota que o fazia entrar na zona económica exclusiva portuguesa.

São estes os factos, Sr. Deputado, e não outros, por muito que o Sr. Deputado desejasse que fossem outros.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, Sr. Deputado, não creio que tenha colocado mais alguma questão que me diga respeito do ponto de vista da defesa nacional.

No entanto, quero apenas que fique claro, absolutamente claro, nesta Câmara que Portugal não tinha de reivindicar para si um problema de que não era responsável. A partir do momento em que houve o risco de entrada na nossa zona económica exclusiva, Portugal agiu como tinha de agir, dizendo, com toda a clareza, que não aceitávamos essa transferência de responsabilidades, dizendo, com toda a clareza, que um navio, que previsivelmente poderia alquebrar, como todos sabem, não iria alquebrar em zona económica exclusiva portuguesa, nem poderia aproximar-se de porto português.

Se não o tivéssemos feito, Sr. Deputado, o que estariamos hoje, aqui, a discutir seria certamente uma questão muito grave. Podemos, graças a Deus, estar a discutir a evolução de uma situação que não está ainda confirmada do ponto de vista da natureza do derrame mas que, na evolução que tem, se aproxima da costa espanhola e não da costa portuguesa.

São estes os factos, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Nazaré Pereira, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. António Nazaré Pereira (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Ministros, o acidente com o petroleiro *Prestige* ocorreu no dia 13, quarta-feira. Navegava, nessa altura, como já aqui foi bem vincado, em águas territoriais espanholas; o acidente ocorreu em águas territoriais espanholas, no norte da Península Ibérica, próximo do cabo Finisterra.

Na sequência do acidente, o navio dirigiu-se para norte e, na altura, predominavam ventos de sudoeste; entre os dias 14 e 15, o *Prestige* continuou a dirigir-se para o noroeste e os ventos mantinham-se do quadrante sul; no dia 16, sábado, o *Prestige* — nesta altura, rumando já para sul — continuava a uma latitude aproximada à que navegava aquando do acidente.

É, portanto, natural que o Governo, que, como aqui foi reconhecido, acompanhou de perto a situação durante essa fase, tivesse feito as diligências suficientes e na proporção devida para que se mantivesse informado dos acontecimentos.

A preocupação aqui manifestada, informando a Câmara das iniciativas que foram tomadas para que o *Prestige* não fosse rebocado para as águas da zona económica exclusiva, é claramente a prova de que o Governo defendeu os interesses nacionais.

Desde o conhecimento do acidente, no próprio dia 13, a situação foi acompanhada através de pedidos de informação e de contactos directos, como aqui foi dito, e as prioridades foram bem definidas. Fica aqui provado que, face à situação que se vivia até àquela altura, se tomaram as medidas com a proporção e a responsabilidade que seriam de esperar de um Governo da República.

Srs. Ministros e, em particular, Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, sei que foi constituída, em coordenação, uma célula de acompanhamento que envolve os Ministérios da Defesa Nacional, das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e das Obras Públicas, Transportes e Habitação. Sei também que foi não só acompanhada a situação como elaborado um plano de ação, que contém medidas concretas de controlo. E, há pouco, o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, aqui mesmo, anunciou as medidas de controlo de qualidade do pescado proveniente da Galiza que o Governo português já tomou.

Também devo salientar que, ao longo deste período, o Governo português manteve informada a opinião pública, quer através de comunicados, quer através de conferências de imprensa, facto este que parece ser ignorado pela oposição.

Srs. Ministros e Srs. Deputados, tomar ações de emergência não basta. O PSD considera que, na costa portuguesa, há evidentes riscos de ocorrência de situações como esta. Aliás, temos, infelizmente, história de algumas dessas situações: em 1989, o navio *Marão* derramou cerca de 6000 t de crude na zona de Sines e, em 1990, o navio *Aragon* causou uma catástrofe ecológica na ilha de Porto Santo. Na sequência destes acidentes ecológicos, o governo de então empenhou-se na aquisição de equipamento e na organização de estruturas que permitissem, por um lado, coordenar as ações de combate e, por outro, articular com outros países vizinhos essas mesmas ações. Foi, então,

criado o Centro Internacional de Luta contra a Poluição do Atlântico Nordeste, o CILPAN.

Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, pergunto-lhe se o CILPAN está funcional, se pode e deve, neste momento, assumir claramente as acções de coordenação e se o CILPAN, que tem como função gerir parte do stock português dos meios de combate, está de facto na situação descrita pelo seu ex-director, o Eng.^º Marques Inácio, que aparentemente terá abandonado o seu posto, após argumentar com a falta de suporte para o funcionamento do Centro, em Setembro de 2001.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, o Governo informou a Mesa de que responde, conjuntamente, no fim do próximo pedido de esclarecimento.

Assim, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo, dispondo, para o efeito, de 4 minutos.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, começo por dizer que o PCP sente profundamente as consequências do desastre ecológico resultantes do afundamento do *Prestige* e que, simultaneamente, considera que esta catástrofe mostra à evidência que o País continua sem defesas adequadas e suficientes, no que diz respeito a fazer face a situações deste tipo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Apesar das boas intenções manifestadas pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro da Defesa Nacional, a verdade é que Portugal, confrontado com situações desta natureza na sua zona económica exclusiva, ou nas suas proximidades, não tem sistemas e meios suficientes e adequados para a sua prevenção e controlo. É isto que preocupa o PCP e que deve preocupar o País!

De facto, Portugal — e não vou gritar para dizer isto, peço apenas para ouvirem aquilo que todos sabem —, continua não a ter o sistema de vigilância costeira, a não dispor de meios de reboque em alto mar, de meios técnicos de transvaze em alto mar, a não ter meios de controlo de manchas em quantidade suficiente, e há quem diga que aqueles que estão operacionais não poderiam ser rebocados para o alto mar por não haver meios complementares que os tornem eficazes.

O País está, assim, em grosso modo, desguarnecido e indefeso perante catástrofes deste tipo. E nem os gritos do Sr. Ministro melhoram as condições de Portugal neste aspecto.

O Sr. António Filipe (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Que, ao menos, este acidente sirva, hoje, para que, num futuro próximo, a curto prazo, se lance um programa credível e integrado de investimentos em meios de vigilância, prevenção, controlo e combate a situações desta natureza.

A primeira contribuição que o PCP dá para este debate de urgência é a de perguntar ao Governo se está, ou não, disposto, se se compromete aqui, perante o País, a apresentar, no mais curto espaço de tempo, um plano integrado e diversificado de investimentos da mais diversa

natureza para aumentar e melhorar os meios de vigilância, combate e prevenção a situações desta natureza.

O que o País quer saber é se as condições de segurança e prevenção de situações deste tipo vão ou não melhorar, vão ou não ser suficientes!

Protestos do CDS-PP.

Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, se não for assim, um dia destes vamos estar a repetir este debate quando ocorrer o próximo desastre ecológico com o próximo petroleiro.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — *Vade retro!*

O Orador: — Uma outra questão tem a ver com o comportamento do governo espanhol.

Sr. Ministro, não vou comentar a eventual intenção de bombardear o navio *Prestige*, anunciada pelo Ministro da Defesa espanhol, embora, confessado, talvez fosse interessante saber se o senhor foi consultado, se sabia, qual foi a sua opinião e se esteve ou não de acordo.

Relativamente a esta matéria, também parece interessante invocar as declarações do Sr. Deputado Moreira da Silva, Eurodeputado do PSD, que dizia claramente que o governo espanhol tinha sido responsável.

Na verdade, os factos são claros.

Ainda ontem, antes do afundamento, o *Prestige* continuava a ser rebocado para águas portuguesas — isto é inaceitável, porque prenunciava claramente que o governo espanhol tentou empurrar o *Prestige* para a ZEE portuguesa. O que fez o gabinete de crise do Sr. Ministro Paulo Portas? Ninguém acredita que o senhor tenha impedido ou fosse impedir a entrada do navio na ZEE portuguesa.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, pois já não dispõe de tempo.

O Orador: — Vou terminar, Sr.^a Presidente, se me deixarem.

O que o senhor disse foi que impedia a entrada do petroleiro em portos portugueses, nunca disse que impedia a entrada na zona económica exclusiva portuguesa. Não o disse, nem o iria fazer, porque a rota do navio, com ou sem desvio, conduzia, de facto, à ZEE portuguesa.

Esta é uma verdade que nenhuma areia atirada para os olhos dos Srs. Deputados consegue tapar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Nem lhe bate palmas?!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr.^a Presidente, antes de mais, permita-me uma interpelação, porque uma coisa é querer criticar o Governo por coisas que tenha feito e, outra, é, para criticar o Governo, atribuir-lhe coisas que não fez.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ora, o Sr. Deputado Honório Novo acaba de dizer que o Governo nunca disse que não queria o *Prestige* na zona económica exclusiva de Portugal. Peço muita desculpa, Sr. Deputado Honório Novo, mas eu disse-o segunda-feira, em conferência de imprensa pública, e já o tinha dito ao armador às 19 horas e 30 minutos, meia hora antes.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, explique o conteúdo deste mapa que vem publicado no jornal!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Orador: — Sr. Deputado Honório Novo,...

Protestos do Deputado do PCP Honório Novo e contraprotestos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, peço-vos que deixem o Sr. Ministro fazer-se ouvir.

O Orador: — Sr. Deputado Honório Novo, o senhor pode mostrar os jornais que entender!

Qualquer pessoa que consulte as declarações do Governo proferidas na segunda-feira poderá comprovar que a primeira de todas as prioridades conseguida com eficácia foi a de dizer, com clareza, que o navio não entraria na zona económica exclusiva portuguesa e que, em consequência, não poderia atracar em nenhum porto português.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Disse o contrário, Sr. Ministro! Disse que não entrava em nenhum porto português!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, ainda a estes pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, estamos a tratar de um assunto que é muito complexo, relativamente ao qual tem havido as mais variadas informações e em que tem sido mais que muita a contra-informação, cuja sede não sei bem onde está.

Devo dizer-vos que na terça-feira à noite já o meu gabinete era inundado com telefonemas de jornalistas, portugueses e espanhóis, garantindo que o navio já se encontrava na zona económica exclusiva de Portugal. Isto na terça-feira à noite.

Gostaria também de dizer que, por vezes, há males que vêm por bem, pelo que aproveito este momento para responder a várias questões.

Falou-se no CILPAN, e eu devo dizer que o CILPAN não está a funcionar, aliás nunca esteve a funcionar. O facto de ter alguém que, nominalmente, é o seu director... A verdade é que o Acordo de Lisboa não foi ratificado por Espanha, nem por Marrocos, e, portanto, este Centro não está, de facto, a funcionar. De qualquer modo, o CILPAN não é a panaceia para resolver os problemas da poluição, porque será, fundamentalmente, um organismo de planeamento e troca de informação no sentido da cooperação internacional. Depois do que está a acontecer, talvez Es-

panha e Marrocos se sintam em condições de vir a ratificar o acordo que referi.

Por outro lado, discute-se muito a questão dos recursos, cuja evolução tecnológica se verifica todos os dias, como acontece com o equipamento dos bombeiros, e, às vezes, até se compra equipamento que ninguém utiliza. A verdade é que a Espanha tem toda a panóplia de equipamento que aqui foi referido e o crude está nas costas de Espanha. Está lá! E, portanto, o problema questão está a ser resolvido justamente pelos meios mecânicos e manuais — é assim que se diz! —, que o mesmo é dizer: pá, balde e força braçal. É assim que se retira o crude das áreas costeiras, onde quer que ele esteja.

No âmbito do gabinete de crise, o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente começou por preparar algumas medidas de ataque a esta catástrofe na nossa costa, se, efectivamente, ela for iminente. Se, porventura, tivéssemos sido surpreendidos, de repente, provavelmente estaríamos numa situação muito difícil e com dificuldades em combater esta situação.

Felizmente, apesar de tudo, o tempo que esta situação levou a desenvolver-se permitiu montar um sistema de combate à poluição, e, neste momento, posso dizer-vos que há uma articulação diária e permanente entre o Ministério do Ambiente de Portugal, o seu congénere espanhol e as autoridades do gabinete que está a coordenar as acções na Galiza. Portanto, a todo o momento, estamos em contacto.

Ao nível do Ministério, as Secretarias de Estado, o Instituto da Água, o Instituto dos Resíduos, a DRAOT-Norte (Direcção Regional do Ambiente e de Ordenamento do Território do Norte) estão, em articulação com as autoridades marítimas — há, como eu disse, técnicos da DRAOT na Galiza —, a acompanhar a situação.

Há três dias, foram destacados 20 vigilantes da natureza para as zonas mais preocupantes e encontram-se sedeados na área de Paisagem Protegida do Litoral de Espoende.

Através do Instituto da Conservação da Natureza, foram feitos contactos com as diversas organizações não governamentais na área do ambiente e com autarquias locais no sentido de preparar as necessárias acções de recolha, limpeza e acolhimento das espécies que vierem a ser consideradas em perigo.

Foi feita a identificação das zonas sensíveis da costa e foram estabelecidas prioridades de protecção das mesmas — estuários dos rios Minho, Coura, Lima e Cávado. Há que salientar que os estuários dos rios Minho e Coura estão classificados como zonas de protecção especial (ZPE) e toda a linha de costa, desde o estuário do Minho ao do Cávado, faz parte da lista de sítios da Rede Natura 2000.

A sul destas áreas, foram identificadas diversas áreas classificadas — Barrinha de Esmoriz, Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, Ria de Aveiro, Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas —, que são as que estão a ser objecto de maior atenção e acompanhamento e onde poderá desencadear-se um ataque imediato, se, porventura, a mancha negra chegar à nossa costa.

Foram estabelecidos vários contactos, e já contamos com a disponibilidade de cooperação de várias ONG, para recolha e limpeza de animais.

Foi criada uma estrutura de intervenção operacional que comporta núcleos de intervenção rápida, centros de acolhimento e recuperação de espécies, centros de recuperação de aves.

No âmbito dos núcleos de intervenção foram criadas 8 equipas motorizadas com 2 elementos cada, das quais 6 delas são de recolha de animais ao longo da costa e respetivo transporte até ao núcleo de intervenção rápida.

Por outro lado, foram estabelecidos centros de acolhimento e recuperação de espécies em Caminha, Viana do Castelo, Esposende e ria de Aveiro. Estes centros de recuperação também estão a funcionar em articulação com as autoridades do Parque Natural Peneda-Gerês, do Parque Biológico de Gaia, da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, do Parque Ecológico de Monsanto, da Reserva Natural das Lagoas de S. André e da Sancha.

Foi feita uma inventariação da flora e da fauna potencialmente afectadas.

Como sabem, esta é uma zona costeira de grande sensibilidade e, portanto, foi dada prioridade à protecção dos recursos piscícolas, visto que, nesta região, existem bancos pesqueiros muito ricos e pela relação directa com os ecossistemas estuarinos e fluviais.

Ocorrem nesta zona cerca de 150 espécies animais distintas, das quais mais de 12 apresentam um elevado estatuto de conservação, como é o caso do colhereiro, do alfafate, etc.

Por outro lado, foi criada uma Linha Azul, com funcionamento permanente, para prestar e receber informação no que respeita ao encaminhamento de exemplares da fauna que eventualmente venham a ser afectados. De resto, posso dizer que, até agora, já deram à costa duas aves petroleadas, vivas, que foram recolhidas e enviadas ao Parque Biológico de Gaia.

Por outro lado, como penso que é importante os Srs. Deputados terem conhecimento de como se vai resolver o problema da recolha e acantonamento dos resíduos que forem recolhidos,...

Vozes do PS: — Como é?

O Orador: — ... devo dizer que está feita a identificação dos locais de armazenagem temporária em determinadas zonas do Norte, onde será possível fazer reforços com material ido de outros pontos do País, e das técnicas de eliminação dos resíduos de hidrocarbonetos e detritos contaminados, estando feito, ainda, o levantamento dos materiais necessários para essa recolha.

Serão definidos — provavelmente, neste momento, já estarão — locais de fácil acesso para o armazenamento temporário dos resíduos, a recolher em sacos, em bidões ou mesmo a granel. Tais locais serão protegidos com tela de polietileno de alta densidade, sendo tomados os devidos cuidados em termos de segurança.

Subsequentemente à operação de recolha, estes resíduos serão valorizados em território nacional nas empresas autorizadas para o tratamento de hidrocarbonetos, se as suas características técnicas o permitirem, ou, eventualmente, serão transportados para tratamento fora do País, o que já aconteceu, de resto, noutras circunstâncias.

Está, também, feita a inventariação das disponibilidades de diverso material, desde rolos de geomembrana de polietileno a barreiras de protecção, enfim, todo um conjunto de equipamento que pode ser utilizado.

As câmaras municipais das áreas em causa já estão disponíveis para facilitar a cedência de máquinas de terraplanagem, retroescavadoras, etc., para transportar e desenrolar a geomembrana, para recolher os resíduos, para, enfim, o que for necessário fazer.

Por outro lado, também já estão de prevenção, designadamente, instalações da RESULIMA e da LIPOR.

Termino, dizendo que, do ponto de vista do que será o combate à poluição, se, porventura, a mesma vier a confirmar-se, estão reunidas as condições para, com tempestividade, em cima do acontecimento, com os meios técnicos e humanos disponíveis, e alguns deles já aqui foram referidos pelo Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, podermos realmente atenuar os efeitos que a dimensão desta catástrofe pode fazer prever.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para o último pedido de esclarecimento desta primeira ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Sr. Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território e, *last but not least*, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Deputado, terminou o seu tempo!

Risos do PS e do PCP.

O Orador: — ... não me referi inicialmente ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, numa pergunta que gostaria de tentar sussurrar — parece que é o novo estilo! —, porque a sua presença é habitual. E devo dizer que, ontem, nas Jornadas Parlamentares do Partido Social Democrata, ouvi o Sr. Primeiro-Ministro dizer que este Governo gostaria de ficar na História como o governo que, de entre todos, desde o 25 de Abril, mais democraticamente trabalha com o Parlamento.

Risos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

A presença de VV. Ex.^{as} aqui e a realização deste debate hoje são a demonstração de que assim é e de que não há dúvidas sobre esta matéria.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

No entanto, não há aí nada de extraordinário nem que deva causar um entusiasmo tão grande como aquele que verifico em alguns dos Srs. Deputados da oposição, porque esta é uma matéria importante, estamos perante uma catástrofe que a todos preocupa. Diria, pois, que é normal que o Governo não só tenha feito o trabalho que nos foi descrito, como esteja hoje aqui para falar connosco.

O que já não me parece tão normal é a forma como parte da oposição — sublinho bem, «parte da oposição» — reage a esta matéria. É que já aqui dissemos hoje que se trata de um navio de um armador grego que, a pedido de um escritório russo, se dirigia para Gibraltar e que se encontrava em águas espanholas, segundo parece, com bandeira das Bahamas — diz a Sr.^a Deputada Isabel Castro que

se trata de uma bandeira de conveniência. Acho que a Sr.^a Deputada da CDU, sobre bandeiras de conveniência, percebe certamente mais do que eu. Eu não sou especialista em bandeiras de conveniência.

Risos e Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. António Filipe (PCP): — E os senhores só percebem de governos de conveniência!

O Orador: — Mas acho normal que, num debate desse tipo, perante uma catástrofe e uma possível tragédia, que não estará — disse-nos agora o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente — completamente afastada...

O Sr. António Filipe (PCP): — Os senhores só percebem de ministérios de conveniência!

Orador: — Eu queria sussurrar, mas, assim, não consigo, Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sussurre!

O Orador: — Perante uma tragédia que não estará ainda completamente afastada, o que seria normal, num país civilizado, num país que tem brio e orgulho nacional em si próprio — vejam o que aconteceu noutras países, seja perante catástrofes deste tipo, seja perante, por exemplo, o ataque terrorista de que os Estados Unidos foram vítimas! —, seria estarmos aqui todos de mão dada, para ver como lhe fariamos frente. Isto é que era normal; isto é que era desejável!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Dito isto, quero, no entanto, deixar uma ou duas perguntas, Sr. Ministro.

Em primeiro lugar, que previsão existe em relação às consequências económicas? Porque, a prazo, haverá certamente consequências económicas, elas já são previsíveis e referidas, e obviamente vai ter interferência na actividade pesqueira portuguesa.

Em segundo lugar, ouvi a Sr.^a Comissária Europeia dos Transportes, Loyola de Palacio, fazer referência a várias coisas. Primeiro que o navio teria estado em águas portuguesas; segundo que era lógico que ele tivesse sido reboçado para um porto português e terceiro que o porto mais próximo era o da Corunha, mas para a Corunha não podia ser rebocado.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Porque era da Rede Natura!

O Orador: — Porque era da Rede Natura, diz-me o Sr. Ministro.

Ora, estas declarações parecem-me algo estranhas e surpreendentes.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo terminou. Conclua, por favor.

O Orador: — Terminaria, com esta pergunta, Sr. Ministro: que comentário faz a estas declarações, uma vez que, quanto ao resto e ao que está a ser feito, V. Ex.^a

e o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente foram extremamente esclarecedores?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, vamos dar início à segunda ronda de perguntas. Tenho a informação de que o Governo responderá após as perguntas de mais dois Srs. Deputados.

Para fazer uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, o Governo trouxe a esta Assembleia uma novidade: a confirmação de que houve uma inversão de prioridades no que diz respeito ao programa das patrulhas oceânicas.

O Sr. José Sócrates (PS): — Sim, sim!

O Orador: — Aquilo que era uma decisão política de vários membros do Governo, por despacho conjunto de Dezembro de 2000, de que um dos dois primeiros navios tivesse uma valência de combate à poluição, foi agora alterado. Diz o Sr. Ministro que foi alterado pelos estaleiros de Viana do Castelo, mas certamente o Sr. Ministro não ignora que uma decisão política só pode ser revogada por uma decisão política. E, portanto, certamente que esta inversão de prioridades corresponde a uma opção pela qual o Governo é responsável.

Gostaria, aliás, de saber se o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente estava a par dessa inversão de prioridades.

O Sr. José Sócrates (PS): — Diga lá, Sr. Ministro!

O Orador: — É que o Orçamento do Estado para 2003 contém, no artigo 5.º, n.º 8, uma transferência do orçamento do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente para o Ministério da Defesa Nacional, por conta da construção destas patrulhas oceânicas com a valência de combate à poluição. É, portanto, necessário saber se o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente estava a par desta alteração de prioridades, que nos parece manifestamente errada.

Em segundo lugar, quanto ao Acordo de Lisboa, concretamente, ao CILPAN, é verdade o que disse o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: Espanha e Marrocos ainda não ratificaram o Acordo de Lisboa. Mas é necessário prosseguir as iniciativas diplomáticas que o Governo português, desde sempre, encetou, no sentido de convencer Espanha e Marrocos a assinarem rapidamente esse protocolo. E, para esse efeito, o CILPAN também é um instrumento útil. Contudo, hoje mesmo, ficámos a saber, pela leitura do jornal *Público*, que o CILPAN, neste momento, não tem director e que a demora na substituição é, segundo o Sr. Secretário de Estado, devida ao facto de o novo director dever ser equiparado a director-geral, o que requer uma «luz verde» do Ministério das Finanças. Ora, gostaria que o facto de o Governo se fazer representar nesta Assembleia por um tão grande número dos seus membros, o que registo com muito apreço, significasse que os Srs. Ministros dão uma ajuda ao Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente no sentido de convencer a Sr.^a Ministra das Fi-

nanças a desbloquear um problema que não parece fazer grande sentido ou, então, encontrar alguém que esteja interessado no cargo sem ser com o estatuto equiparado a director-geral.

Finalmente, o Sr. Ministro referiu-se aqui à circunstância de ter feito sentir às autoridades espanholas o facto de Portugal não desejar este petroleiro nem na sua zona económica exclusiva nem nos seus portos.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo terminou. Conclua, por favor.

O Orador: — Vou concluir.

Sr. Ministro, há uma coisa por esclarecer: afinal, qual foi a estratégia espanhola para esta crise? E como é que essa estratégia é consentânea com a deslocação do navio em direcção à zona económica exclusiva portuguesa?

Há aqui qualquer coisa que certamente não bate certo.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para fazer uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.^a Presidente, quero começar por fazer um registo desagradável, manifestando, em nome da nossa bancada (mas suponho que não será apenas em nome da nossa), o quanto consideramos intolerável que, da parte de algumas bancadas (essas duas à minha frente), tenha havido sistematicamente, ao longo deste debate, algumas insinuações acusatórias, de que há Deputados nesta Casa que eventualmente estariam interessados em que o derrame tivesse ocorrido na nossa zona económica exclusiva!!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Isto é inaceitável! Isto é absolutamente intolerável!!

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Isto é uma vergonha!

O Orador: — Ao contrário do que o Sr. Ministro Paulo Portas disse no início deste debate, no caso do *Prestige*, é claro que o Governo não agiu bem nem a boas horas. E, senão, vejamos as datas: o acidente ocorre na quarta-feira e só na segunda-feira da semana imediatamente a seguir é que o Governo cria o chamado «gabinete de crise». Parece que só cinco dias depois é que se apercebeu da gravidade do problema e de que tinha de informar claramente o País. Isto é incompreensível! E, além do mais, toda a gente tem a percepção de que o gabinete de crise funcionava um pouco desta maneira: era o ministro Paulo, o ministro Sacadura e o ministro Portas...! Não era mais ninguém! Não havia mais nada a não ser este Ministro!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Parece que ficaram incomodados!

Quando toda a gente sabe que este assunto não era eminentemente de Defesa, mas fundamentalmente uma questão ambiental. Se calhar por isso é que o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente esteve aqui a enumerar-nos tudo aquilo que todas as câmaras se disponibilizam para fazer ao longo de todo o País...

Ainda bem, Sr. Ministro, ainda bem! E se o Sr. Ministro quiser entregar-me um balde para ajudar a carregar com algum bocado de *crude*, estarei disponível.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Só que, Sr. Ministro, do ponto de vista do gabinete de crise, falta aqui o responsável desse gabinete pelas actividades económicas afectadas — não está aqui o representante do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. E, sobre este sector, queria saber o que está programado. Isto é: vai ou não ser suspensa a pesca? Durante quanto tempo? Qual vai ser o valor das indemnizações a armadores e pescadores?

É que, como sabe, neste momento, já há 120 milhões de euros, atribuídos pela União Europeia a Espanha. E, no que diz respeito a Portugal, o que é que está programado? O que é que Portugal está a pensar... Ó Sr. Ministro, só de Matosinhos e de Vila do Conde, são mais de 12 arrastões que trabalham diariamente nas águas onde o *Prestige* se afundou! Não sei se sabe, mas, se não sabe, fica a saber.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo terminou. Conclua, por favor.

O Orador: — Por isso, pergunto: o que é que está programado para atender às consequências económicas e sociais resultantes do acidente com o *Prestige*?

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder às perguntas feitas, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Telmo Correia, das declarações que foram atribuídas à Comissária Loyola de Palacio, várias estão, factual e tecnicamente, erradas. Primeiro, se disse que o navio esteve em águas territoriais portuguesas, não é verdade. O navio esteve em zona de busca e salvamento, de responsabilidade portuguesa, mas nunca esteve em águas territoriais de Portugal nem em zona económica exclusiva portuguesa.

Se disse que podia ter ido para um porto português, eu devo responder: pois podia, mas... «Não, obrigado!».

E se disse que não teria ido para a Corunha porque era Rede Natura, pois nós também podemos dizer que portos portugueses da Rede Natura temos vários, portanto... «Não, obrigado!».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Creio que foi esclarecedor.

Quanto à fiscalização democrática, gostava de chamar a atenção das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados para este pequeno detalhe: em Espanha, há *crude* nas costas, as manchas dirigem-se, neste momento, para costa espanhola, a zona económica exclusiva onde decorreu o acidente é espanhola e, tanto quanto sei, ainda não houve um debate destes no Parlamento espanhol. Em Portugal, graças a Deus, não aconteceu o acidente, não foi na nossa zona económica exclusiva, ainda não há, graças a Deus, *crude* na nossa

costa, não se dirige para a nossa costa o sentido da mancha e este debate foi feito na Assembleia da República.

O Sr. Honório Novo (PCP): — «Graças a Deus!»...

O Orador: — É para vermos como sempre o Governo se disponibilizou, Srs. Deputados! Sempre!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Depois, gostaria de salientar que há respostas, Sr. Deputado, que, como compreenderá, não lhe posso dar. Não posso responder-lhe por nenhum ministro do governo espanhol! Quem defende o interesse de Portugal são os Ministros e os Deputados de Portugal, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Honório Novo (PCP): — «Graças a Deus!»...

O Orador: — Não estou à espera que o interesse nacional seja defendido por terceiros; quando corre risco, tem de ser defendido pelos órgãos de soberania de Portugal. Isto, para mim, é claro!!

Depois, gostaria ainda de dizer ao Sr. Deputado do Partido Socialista o seguinte: há, realmente, uma alteração de prioridade. VV. Ex.^{as} tinham prometido fazer, fizeram um despacho; era para ter começado no ano de 2000, não começou nenhum — não fizeram! Nós fizemos! É esta a alteração de prioridade.

Sr. Deputado, por amor de Deus, caia em si e perceba que estar a perguntar a um Governo que assina o contrato de construção dos navios de patrulha oceânicos, que há tanto tempo estava aguardado, que dá trabalho aos estaleiros nacionais de Viana do Castelo, que cumpre um desiderato que o vosso governo também partilhou, mas não cumpriu...

O Sr. José Sócrates (PS): — Não é essa a questão!

O Orador: — Sr. Deputado, nós não perdemos fundos comunitários pelo adiamento do programa; nós assinámos o contrato e, efectivamente, alterou-se uma prioridade. VV. Ex.^{as} prometeram, nós cumprimos! É a diferença!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do PS: — Não foi essa a alteração de que se falou!

Orador: — Se eu não tenho razão, poderá o Sr. Deputado facultar-me a data e o local da assinatura pelo governo do Partido Socialista do contrato de construção dos navios de combate à poluição ou de patrulha oceânica.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Agora, concéntremo-nos no essencial: temos de os construir, a uns e a outros; temos de compreender os requisitos técnicos dos estaleiros, Sr. Deputado. A grande diferença é que, neste momento, o projecto está em marcha, convosco, era para ter estado, mas não chegou a estar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr.^a Presidente, peço a palavra!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sobre que matéria, Sr. Deputado?

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr.^a Presidente, é sobre a questão que foi agora aqui respondida pelo Sr. Ministro de Estado e de Defesa e referente à minha intervenção anterior.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr.^a Presidente, a organização deste debate supõe um modelo, que, aliás, é peculiar nos debates de urgência, segundo o qual os Deputados fazem perguntas e o Governo responde. É portanto fundamental que o Governo compreenda as perguntas que se fazem!

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Oh!

O Orador: — A questão que coloquei não tinha que ver com haver ou não construção de navios de patrulha oceânica mas, sim, de ter sido alterada a prioridade quanto ao combate à poluição! Ora, esta questão não foi respondida pelo Sr. Ministro, quanto às razões políticas de alteração dessa prioridade e a assunção de responsabilidades deste Governo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Está a fazer queixa à Sr.^a Presidente?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Talvez o Ministro espanhol saiba responder!

O Sr. José Sócrates (PS): — Vamos ficar sem resposta?

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, vamos guardar a serenidade! Já não falta muito para chegarmos ao final dos nossos trabalhos.

É óbvio que o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira não fez uma interpelação. Ora, o Sr. Deputado fez uma pergunta como entendeu que a queria fazer e o Sr. Ministro, também, obviamente, respondeu como entendeu que deveria fazê-lo.

Protestos dos Deputados do PS.

Srs. Deputados, dão-me licença que dê a palavra aos oradores seguintes, para que sejam feitas as quatro perguntas que faltam?

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr.^a Presidente, mas o Sr. Ministro também queria interpelar...

Aplausos do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — É justo! Sr. Ministro de Estado e da Defesa, tem a palavra para interpelar em termos equivalentes.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr.^a Presidente e Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, aquilo que esclareci — e creio que fui claro — foi que nós tomámos a decisão de encontrar as verbas necessárias para cumprir um projecto nacional que perpassou vários governos, entre os quais, o vosso, para os quais não houve verba, no vosso tempo, Sr. Deputado.

O Sr. José Sócrates (PS): — Exacto!

O Orador: — É verdade! Sabe que isto é assim e, mais, sabe ainda que não foram utilizadas verbas inscritas no PIDDAC para este efeito em 2001, Sr. Deputado!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ah!

Aplausos de alguns Deputados do CDS-PP.

O Orador: — Portanto, nós tivemos que rectificar esse caminho, estabelecer um acordo com os estaleiros, porque queremos que eles sejam feitos nos estaleiros; a administração entende que, sob o ponto de vista técnico deve começar por dois NPO e que, só a seguir, se deve passar ao NPC.

Protestos do Deputado do PS Pedro Silva Pereira.

Sr. Deputado, para além de já ser levemente injusto que V. Ex.^a queira deste Governo um NPC que o vosso pôde fazer e não fez,...

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O Orador: — ... é também injusto criar a ideia de que isso seria, aliás, para este efeito, uma solução milagrosa. Os espanhóis têm navios de combate à poluição,...

Vozes do PS: — Não tem nada!

Protestos do Deputado do PCP Honório Novo.

O Orador: — ... veja lá, se os utilizaram, neste mar, para este efeito, nos últimos dias!... Veja lá se utilizaram!?

As soluções são exíguas para problemas muito difíceis, mas há uma coisa que eu lhe garanto: Portugal vai ter navios patrulha oceânicos e navios de combate à poluição — é este o compromisso que este Governo vai honrar, utilizando todos os fundos disponíveis para isso!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS José Lello.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, vamos tentar chegar ao fim com toda a serenidade de que formos capazes.

Para fazer uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã. Dispõe de três minutos.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, até agora, este tem sido um debate de silêncios. Creio mesmo que somos o único lugar da Europa onde se argumenta que o interesse nacional é não criticar o Governo espanhol.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — É por isso que em questões concretas, como saber a resposta do Governo português...

Protestos de alguns Deputados do PSD.

Srs. Deputados, mantenham-se com alguma tranquilidade!

Foi por isso que na questão de saber qual era a resposta do Governo português, sabendo que lhe foi perguntado se aceitava o bombardeamento do *Prestige*, tivemos silêncio e razões de Estado; que em relação às questões fundamentais, como saber se nos foi perguntado, como tinha que ser, e como nós teríamos de perguntar a Espanha, se a situação fosse inversa, para saber de alternativas — ir para o oeste, trasfega no alto mar ou entrar num porto espanhol — tivemos silêncio! Existe segredo de Estado. Isto é que é o verdadeiro debate.

Tivemos, depois, além do silêncio, Ministros que não sabem bem o seu calendário: o Ministro das Cidades disse-nos que foi de 17 para 18 que o navio inverteu a marcha — foi no dia 15, às 8 horas e 10 minutos. Avisaram-no com dois dias de atraso!...

Vozes do PSD: — Não, não!

O Orador: — Explicou-nos, hoje, que terça-feira, à noite, recebeu catadupas de telefonemas portugueses e espanhóis — jornalistas — a perguntar se o navio estava na zona económica portuguesa. Ontem, à noite, portanto, recebeu os telefonemas mas o navio começou a afundar às 9 horas e 45 minutos de ontem!... Os jornalistas deviam saber que o Ministro estava uns dias atrasado...!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Foi na semana passada!

O Orador: — Na semana passada, terça-feira, não tinha começado o acidente do navio, Sr. Deputado!

Vai-me desculpar, foi na quarta-feira, portanto, na terça-feira é que não pode ter sido! O Sr. Ministro está totalmente baralhado sobre os dias, portanto, não tem safa a este respeito!

Risos do PS.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Ministro nada sabe disso!

O Orador: — Falam-nos da rota 270: ora, a rota 270 manteve o navio na zona de busca e salvamento português, como, aliás, o Sr. Ministro reconheceu, e bem! E aproximou-o até 35 milhas da Zona Económica Exclusiva. Parece que só o Governo português é que não percebeu que o Governo espanhol decidiu abalar o navio, tomá-lo militarmente, tomar decisões sobre o navio, prender o comandante e tomar decisões sobre o seu curso, mandando-o para sul — ele não ia para a Gronelândia, nem para

Marrocos, mas ia cruzar uma rota sobre Portugal!! Só o Governo português é que não percebeu isso!

Protestos do PSD.

Mas o mais grave de tudo é a alegação, que já é sintomática, feita pelo próprio Ministro de Estado, de que qualquer crítica como a que aqui as oposições fizeram é interpretável como o desejo de que os resultados fossem outros.

Já não é a primeira vez que isto acontece, mas não nos peçam, não nos digam que querem um governo democrático, com este argumento!

Protestos do PSD.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Isto é intolerável!

O Orador: — Se criticamos a política económica é porque queremos que o défice seja mais do 3%!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo terminou, peço-lhe que conclua.

O Orador: — Com certeza, Sr.^a Presidente.

Termino, dizendo, se criticamos a política ambiental é porque queremos uma maré negra, em Portugal. Amanhã, criticamos a política de segurança rodoviária e vão dizer-nos que queremos acidentes de morte nas estradas.

Isto é um governo sem tino e é um conjunto de Ministros que se permitem viciar o fundamental do debate democrático, que é a contraposição de opiniões e de argumentos. Não tem respeito algum pela oposição, nem pela sua decisão de criticar o Governo. Por isso, também, não ouvem as propostas que a oposição aqui foi fazendo sobre os caminhos para acabar com as bandeiras de conveniências, para alterar as rotas de segurança, impor os duplos cascos e outras propostas fundamentais para uma boa coordenação europeia no combate aos crimes ambientais. Aí, queremos o Governo numa unanimidade nacional. O Governo pretende, pelo contrário, dizer que quer dar a mão e, pelo contrário, proibir o debate democrático.

Aplausos do BE.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para formular uma pergunta, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ofélia Moleiro, que dispõe de três minutos.

A Sr.^a Ofélia Moleiro (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O acidente com o navio *Prestige*, cujo nome contradiz as condições em que circulava, e cuja última viagem, não concluída, desprestigiou a actividade armadora internacional, não ocorreu, como sabemos, em território marítimo nacional, mas constitui para todos nós uma grande preocupação nacional.

Mas o que é grave, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é que esta preocupação nacional, legítima, está a ser transformada num grande medo nacional fomentado pela oposição — isso é grave!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Na verdade, todos os dias na comunicação social, em todos os lados, aqui mesmo, hoje, os Srs. Deputados das outras bancadas fomentam o medo nos portugueses: o medo da perda ecológica, o medo da perda económica, o medo da perda da saúde das populações!

Por isso, Srs. Membros do Governo, as interrogações dos portugueses e das portuguesas são extremamente legítimas. Mas quem está atento aos noticiários que, desde o início do acontecimento e do acidente, mostram, transmitem as ações que o Governo português desencadeou sabe que são as sinergias aglutinadoras...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos do Deputado do PS Joel Hasse Ferreira.

A Oradora: — ... de uma acção de vigilância concertada, transversal ao nível dos vários Ministérios, já aqui citados e, além disso, aqui presentes.

Nós sabemos, e já foi reafirmado, que a enorme mancha de fuel se desloca para nordeste, em sentido contrário em relação ao nosso País e à nossa costa.

Mas as previsões meteorológicas fiáveis e anunciadas diariamente têm apenas um horizonte de 48 horas, portanto, de dois em dois dias os órgãos de comunicação trazem a incerteza aos portugueses e os portugueses assustam-se.

Sabemos que a autoridade marítima activou uma acção chamada «mar limpo». Sobre as ações já preconizadas e postas em execução, o Sr. Ministro fez já um vasto relato que a todos nos dá confiança. Mas o que os portugueses, naturalmente, pretendem saber é que medidas serão tomadas, em consequência de uma — felizmente, pouco previsível, mas no entanto, devemos tê-la como previsível — alteração nas condições meteorológicas que alterem o sentido da deslocação da mancha de fuel...

O Sr. Honório Novo (PCP): — «Se Deus quiser», nada disso vai acontecer!...

A Oradora: — ... e que seja, portanto, desfavorável a Portugal. O que os portugueses desejam saber é se, tomadas as medidas preventivas, já anunciadas e accionadas desde o início, se, mesmo assim, por uma adversidade pouco...

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr.^a Deputada, o seu tempo terminou, peço-lhe que conclua.

A Oradora: — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

Os portugueses querem saber, Sr. Ministro do Ambiente — porque já aqui foi referido que uma mancha chega à costa portuguesa —, é se vai exigir esforços institucionais e esforços físicos grandes, da comunidade, das pessoas e dos portugueses. Mas nós já sabemos, Sr. Ministro, que temos o Sr. Deputado Honório Novo como primeiro voluntário para o trabalho — muito obrigada, Sr. Deputado, pela sua colaboração.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu vou tentar!

A Oradora: — Portanto, Sr. Ministro, aproveite estes recursos que já tem na nossa Assembleia, aproveite! Nós vamos juntar-nos, também!

E aproveito para perguntar, então, o que é que o Sr. Ministro espera para recrutar a solidariedade ecológica nacional, para recrutar outras pessoas, milhares de pessoas que se juntam ao Sr. Deputado Honório Novo, e qual é o plano e se tem de facto um plano estruturado e sustentado...

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr.^a Deputada, tem de concluir.

A Oradora: — Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo: Da nossa parte, estamos confiantes. A acção de acompanhamento que estão a fazer dá-nos essa confiança. A vossa presença, hoje, aqui mesmo, tão rápida quanto a vossa deslocação do Ministério aqui é credora da confiança de todos os portugueses!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para fazer uma pergunta, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves. Dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a Isabel Gonçalves (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Praticamente no final deste debate, pudemos apercebermo-nos de que, em toda esta questão e desde que começou o incidente/acidente, o Governo esteve, tem estado e está alerta.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — O Governo, designadamente o Ministério do Ambiente, através do ICN, está em Esposende para proceder à recolha e tratamento de aves que eventualmente apareçam.

Outra medida a que já se fez aqui referência foi a da criação de um plano de acção e de emergência para reagir a um cenário de poluição nos locais de maior risco de contaminação, designadamente nas Áreas Protegidas de Esposende, do Estuário do Minho e do rio Coura.

O Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas também já promoveu inspecções extraordinárias de controlo alimentar a produtos oriundos da região afectada, tendo sido efectuadas análises a pescado no âmbito das medidas de controlo alimentar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Já estão inventariados e prontos a ser disponibilizados todos os meios humanos, conforme nos foi dito, caso venham a ser efectivamente necessários.

Muito concretamente, queria perguntar ao Sr. Ministro do Ambiente se, no âmbito de todas estas medidas, o Ministério já fez algum reconhecimento de espécies da ictiofauna que poderão vir a ser afectadas e, ainda, que medidas concretas estão contidas nesse plano de acção e de emergência para reagir caso se verifique poluição nos locais de maior risco de contaminação.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, concluímos este debate..., um debate em que o Partido Popular vem discutir segurança marítima sem saber o que são bandeiras de conveniência...

Vozes do CDS-PP: — Sabemos perfeitamente!

A Oradora: — Presumo que o vosso conhecimento se circunscreva àquilo que são «ministérios de conveniência».

Vozes de Os Verdes, do PCP e do BE: — Muito bem!

A Oradora: — Seguramente, Srs. Membros do Governo, este debate suscita preocupações do ponto de vista de Os Verdes.

Em primeiro lugar, há um conjunto de factos que, imputáveis ou não ao Governo, ainda não foram devidamente esclarecidos pelo Governo, que alegou segredo de Estado ou, pelo menos, remeteu-se ao mutismo. Portanto, a nossa proposta vai no sentido de ser obtido um esclarecimento sobre o momento em que ocorre a mudança de rota do navio, o momento em que é feito, ou não, um pedido de informação pelas autoridades espanholas e sobre todo um conjunto de informação que, se não é passível de ser discutido perante todos os portugueses, pelo menos seja transmitida a todos os grupos parlamentares para que não sobrem dúvidas sobre o que estamos a discutir.

Em segundo lugar, todos temos consciência de que, no fundo, o futuro depende do regime dos ventos — neste momento, o desastre económico e ambiental está na mão dos ventos... É assim, não vale a pena tentar fugir à realidade — e, provavelmente, mesmo que existissem outros meios, nada poderia ser feito.

Em todo o caso, sendo certo que a carga está submersa, o navio era velhíssimo e pode haver rupturas, gostaria de saber se o Instituto Hidrográfico já está a fazer uma monitorização para que possamos ter uma noção do comportamento daquelas quase 70 000 t de fuel — porque é de fuel que estamos a falar e não de crude, Sr. Ministro do Ambiente, e são coisas totalmente diferentes! — e prever o que pode vir a acontecer, porque podemos ter de enfrentar situações totalmente inesperadas sem que, tão-pouco, possamos determinar quando e como.

Este é um problema sério, grave e que pode lançar na ruína a nossa economia. Temos mais de 50 000 barcos que cruzam anualmente a zona económica exclusiva portuguesa e cerca de 30% do tráfego marítimo passa muito próximo da nossa costa, transportando muitas substâncias de enorme perigosidade. Mas, em relação ao presente, já vimos como estamos, por isso interessa-nos falar do futuro e, nesse âmbito, tendo nós estado a discutir o conceito estratégico de defesa nacional, queremos saber se o Governo admite, ou não, antecipar o calendário para instalar o sistema VTS costeiro; se está prevista, ou não, a aquisição de um rebocador de alto mar; se se prevê, ou não, o início de negociações com a Organização Marítima Internacional para afastar corredores e se há, ou não, disponibilidade para adoptar regras mais apertadas em relação à circulação na nossa ZEE, tendo em conta, nomeadamente, a necessidade de prevenir a circulação de substâncias perigosas.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, quanto às matérias que me dizem mais directamente respeito,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Vai dar apoio aos pescadores, Sr. Ministro?

O Orador: — Sr. Deputado, lá iremos!

Mas, dizia, quanto às matérias que me dizem mais directamente respeito, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Francisco Louçã que não tem *dossier*, não tem «caso» contra o Governo português nesta matéria.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Bem gostaria!

O Orador: — Não vou fazer julgamentos sobre se o desejava ter, ou não; apenas estou a dizer-lhe que não tem «caso».

Sr. Deputado, mais uma vez, a única alteração de rota relevante — e este mapa que vos mostro não é de um jornal, por mais considerável que ele seja, mas, sim, de um laboratório científico do Estado, chamado Instituto Hidrográfico —, do ponto de vista de poder cruzar a zona extrema Norte da nossa zona económica exclusiva, dá-se no dia 18 e é exactamente nesse dia que o Governo faz, como já creio ter demonstrado, uma claríssima acção de dissuasão que leva a modificar a rota do navio, conforme o relato da Marinha (que, como deve imaginar, é um relato técnico): com 230 podia tocar o limite Norte da zona económica exclusiva portuguesa; com 270 dirige-se para Oeste, mais para Norte.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Para Norte?!

O Orador: — Sim.

Sr. Deputado Francisco Louçã, não tem «caso» contra o Governo português — lamento dizer-lhe, não consegue constitui-lo.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Está a confundir o Norte com o Sul!

O Orador: — Sr. Deputado, se quiser acreditar no que o senhor gostava que fosse a realidade, acredite!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Estou a dizer-lhe que o Instituto Hidrográfico, que é um instituto científico em que presumo que V. Ex.^a, como Deputado da Nação, acreditará, diz o que diz com toda a clareza.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Instituto é científico, as sua declarações é que não!

O Orador: — Sr. Deputado, há outro aspecto que também gostava de referir: V. Ex.^a insinuou que o Governo não fez o que tinha a fazer e eu quero dizer-lhe, com toda a clareza, que se o Governo não tivesse feito o que tinha a fazer não era patriota. Eu não julgo o seu patriotismo e não admito que julgue o meu! Sou patriota e fizemos o que tínhamos a fazer: o desastre não deu em zona económica exclusiva portuguesa, nenhum porto aceitaria aquele navio e, neste momento, a circulação das manchas dirige-se para a costa espanhola.

Sr. Deputado, não julgo o seu patriotismo e não admito que ponha em causa o meu! E se Portugal não tivesse defendido o seu interesse, este Ministro que aqui está a falar não era patriota.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Gostava ainda de dizer à Sr.^a Deputada Isabel Castro que os meios navais portugueses, em colaboração com os institutos científicos, recolheram as amostras necessárias relativamente aos derrames já produzidos, amostras que estão a ser analisadas e avaliadas nos laboratórios competentes. Esta seria uma das informações que poderíamos trazer com mais detalhe se o debate não fosse hoje.

Por outro lado, também quero dizer-lhe que, pelo menos relativamente a uma das manchas, não há certeza alguma quanto à natureza do produto derramado e, graças a Deus!, pode dar-se a circunstância de não ser o pior de todos os produtos que estavam dentro do navio.

Quanto ao mais são questões que, no essencial, passam pelo meu Colega responsável pelo ambiente, a quem eu pediria à Sr.^a Presidente que desse a palavra.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Com certeza. Também para responder aos pedidos de esclarecimentos formulados, tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, em primeiro lugar queria dizer-lhe que o Governo tem a maior consideração e respeito pelos Srs. Deputados e a prova disso é que, provavelmente, nunca houve um governo em que tantos dos seus membros estivessem presentes na Assembleia da República para responder a todas as questões que lhe pretendem colocar.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Relativamente à situação em concreto, isto é, se a mancha negra chegar, de facto, a Portugal, a pergunta que se impõe é esta: que fazer? É esse o problema que temos pela frente — se acontecer. Como resposta, já falei do plano de acção e de emergência.

Relativamente ao reconhecimento das espécies mais sensíveis, questão colocada pela Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves, devo dizer que tive oportunidade de referir que foi feito esse levantamento, não só nas zonas mais sensíveis (aqueles que devem ser protegidas justamente porque têm um elevado valor, seja em matéria de conservação da natureza seja em relação à questão particular da avifauna e da ictiofauna, como os estuários dos rios, designadamente do Minho, do Coura, do Lima e do Cávado) como, naturalmente, nas zonas de reservas naturais, justamente porque estes são, de alguma forma, espaços que têm de ser protegidos e, portanto...

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Ministro, o tempo de intervenção de que o Governo dispunha está ultrapassado, por isso pedia-lhe o favor de resumir a sua resposta.

O Orador: — Termino, Sr.^a Presidente, dizendo apenas que o Governo, designadamente o Ministério do Ambiente, pelo que já aqui anunciei e como os Srs. Deputados

pudermos comprovar, tem um plano de acção, um conjunto de iniciativas que estão prontas a ser lançadas no terreno.

Na próxima sexta-feira, terei a oportunidade de estar no Porto, justamente para fazer uma avaliação da situação e, naturalmente, estou convencido de que as autarquias locais, as ONG e, provavelmente, o Sr. Deputado Honório Novo não deixarão de sensibilizar as pessoas para,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — E o Sr. Ministro também!

O Orador: — ... numa conjugação de esforços, podemos todos resolver o problema, o mais rapidamente possível, se for necessário combater esse desastre ecológico. Seria, de facto, um desastre ecológico para Portugal, mas temos esperanças de que ele não ocorra.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — O Sr. Deputado Luís Marques Guedes pediu a palavra para que efectue?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Para uma interpelação à Mesa, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Sr.^a Presidente, queria apenas registar que no final deste debate, em que o Governo foi tão criticado, há mais membros do Governo na Sala do que Deputados do maior partido da oposição.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, chegámos ao fim do debate de urgência sobre o acidente do petroleiro *Prestige* e suas consequências.

Srs. Deputados, a próxima reunião plenária realiza-se amanhã, às 15 horas, e terá como ordem do dia, por agendamento potestativo, a apreciação do projecto de lei n.º 148/IX — Lei da responsabilidade civil extracontratual do Estado (PS). Lembro ainda que é possível, dada a ordem de trabalhos, que as votações agendadas ocorram antes das 18 horas, uma vez que terão lugar no final do debate.

Está encerrada a sessão.

Eram 22 horas e 30 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

António Alfredo Delgado da Silva Preto
João Manuel Moura Rodrigues

Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado

Maria Teresa Pinto Basto Gouveia

Pedro Filipe dos Santos Alves

Pedro Miguel de Azeredo Duarte

Partido Socialista (PS):

Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro

Luís Manuel Carvalho Carito

Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta

Maximiano Alberto Rodrigues Martins

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Popular (CDS-PP):

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Maria Elisa Rogado Contente Domingues

Partido Socialista (PS):

Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins

José Manuel de Medeiros Ferreira

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Partido Popular (CDS-PP):

José Miguel Nunes Anacoreta Correia

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto

Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso

António Manuel da Cruz Silva

António Paulo Martins Pereira Coelho

João Bosco Soares Mota Amaral

Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

José Manuel Pereira da Costa

Partido Socialista (PS):

Fernando Ribeiro Moniz

Luís Manuel Capoulas Santos

Maria Celeste Lopes da Silva Correia

Rui do Nascimento Rabaça Vieira

Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUIDO 5%)

€ 3,60